

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
R. 13031816/64

R412,80.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**DEPARTAMENTO DE SAÚDE COMUNITÁRIA**  
**MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS:**  
**LIMITES ENTRE O BATER E O NÃO BATER.**  
**Contribuições ao estudo da violência**  
**intrafamiliar**

**MARY ANNE FONTENELE MARTINS**

**FORTALEZA – CE**

**2002**

*[Faint handwritten notes or signatures]*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

**PRÁTICAS EDUCATIVAS:  
LIMITES ENTRE O BATER E O NÃO BATER.  
Contribuições ao estudo da violência intrafamiliar**

**MARY ANNE FONTENELE MARTINS**

**Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Saúde Pública da  
Universidade Federal do Ceará como  
requisito para obtenção do título de  
Mestre em Saúde Pública.**

**ORIENTADORA: PROF.<sup>a</sup> JÚLIA SURSIS NOBRE  
FERRO BUCHER, MD, PhD**

**FORTALEZA – CE**

**2002**

M<sub>33p</sub> Martins, Mary Anne Fontenele.

Práticas educativas: limites entre o bater e o não bater.  
Contribuições ao estudo da violência intrafamiliar. / Mary  
Anne Fontenele Martins. – Fortaleza, 2002.

142f.

Orientadora: Prof.a Dra. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará.  
Mestrado em Saúde Pública.

1. Violência – Crianças 2. Família – Educação 3. Práticas  
Educativas. I. Título

CDD 362.76

*"E há tempos nem os santos  
Tem ao certo a medida da maldade.  
E há tempos são os jovens que adoecem.  
Há tempos o encanto está ausente.  
Há ferrugem nos sorrisos.  
E só o acaso estende os braços.  
A quem procura abrigo e proteção."  
Legião Urbana*

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho ao  
meu irmão José Rubens,  
que se foi cedo demais*

11

## AGRADECIMENTOS

Quando traçamos uma meta, um objetivo em nossa vida, o universo de alguma forma conspira a nosso favor, trazendo as pessoas certas nos momentos mais oportunos para nos ajudar a cumprir nossa missão. Posso dizer que neste período do mestrado, muito aprendi e serei eternamente grata aos que direta ou indiretamente compartilharam para a construção deste estudo.

- Obrigada às famílias que aceitaram participar do estudo, tanto os moradores do Pirambu, quanto os pais do SOS-Criança, permitindo que eu invadisse seu cotidiano familiar.

- Obrigada à Dra. Júlia Bucher, minha orientadora, que em muitos momentos trouxe uma luz para resolução das minhas dúvidas e angústias. Nunca vou esquecer a dedicação com que me orientou ao longo destes dois anos.

- Obrigada aos meus pais, irmãos, sobrinha, familiares, amigos e colegas do curso e do trabalho da 3ª Microrregional de Saúde e da Escola de Saúde Pública.

- Obrigada às minhas amigas Cláudia Jatahy Peixoto, Kátia Torquato, Láina Maíza dos Santos, Débora Rodrigues Guerra, Ana Virgínia Paiva, Telma Rabelo, companheiras de tantas histórias e aventuras.

- Obrigada à Cléa Jatahy Peixoto pela paciência no processo de transcrição das fitas.

- Obrigada à minha madrinha Maria Vilani Cavalcante Guedes, exemplo de enfermeira e orientadora de vida.

- Obrigada ao Dr. Adalberto Barreto pela acolhida e incentivo no Projeto 4 Varas, também aos moradores e funcionários que lá trabalham e aos acadêmicos de medicina que contribuíram na identificação das famílias.

- Obrigada aos profissionais e estagiários do SOS-Criança que me apoiaram e incentivaram na coleta dos dados.

- Obrigada a todos professores, funcionários e Coordenação do curso de Mestrado que tornaram possível a concretização de um sonho.

Sei que jamais poderia ter alcançado esta vitória sozinha. Este estudo não é meu. Mas o resultado de um enorme número de contribuições que o torna nosso.

Muito Obrigada.

## LISTA DE DIAGRAMAS DE SIGNIFICAÇÕES

Diagrama N° 01 – VIVÊNCIA: A OBEDIÊNCIA	72
Diagrama N° 02 - EDUCAÇÃO BASEADA NA VIOLENCIA	74
Diagrama N° 03 - A INFÂNCIA DE QUEM NÃO BATE	75
Diagrama N° 04 - DIA A DIA VIOLENTO	77
Diagrama N° 05 - VIVÊNCIA: TRABALHO X BRINCAR	79
Diagrama N° 06 - SENTIMENTOS EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO RECEBIDA	80
Diagrama N° 07 - OS RISCOS NA FAVELA	83
Diagrama No 08 - A FALTA, A NECESSIDADE	86
Diagrama N° 09 - O ABUSO DO ÁLCOOL	88
Diagrama N° 10 - A POLÍCIA	89
Diagrama N° 11 – OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	90
Diagrama N° 12 – AUTO-PERCEPÇÃO DA MATERNIDADE/PATERNIDADE I	93
Diagrama N° 13 –AUTO-PERCEPÇÃO DA MATERNIDADE/PATERNIDADE II	95
Diagrama N° 14 – O CONCEITO DE CRIANÇA I	98
Diagrama N° 15 – O CONCEITO DE CRIANÇA II	98
Diagrama N° 16 - OBEDIÊNCIA IRRESTRITA	102
Diagrama N°17- A COBRANÇA DO RESPEITO	104
Diagrama N°18 DEMONSTRAÇÃO EXCESSIVA DE AUTORIDADE E FORÇA	106
Diagrama N°19 - EXCESSO DE TAREFAS DOMÉSTICAS	108
Diagrama N°20 – MEDO DA INVERSÃO DA RELAÇÃO DE PODER	109
Diagrama N°21 - CONSTRUÇÃO DO PROCESSO EDUCATIVO NAS RELAÇÕES DE PODER	110
Diagrama N° 22 - RESPEITO E OBEDIÊNCIA	111
Diagrama N° 23 - MOTIVOS PARA BATER I	113
Diagrama N° 24 – MOTIVOS PARA BATER II	113
Diagrama N° 25 - MOTIVOS PARA NÃO BATER	116
Diagrama N° 26 - CONTROLE SOCIAL I	118
Diagrama N° 27 - CONTROLE SOCIAL II	118

## *LISTA DE QUADROS E MODELOS*

- QUADRO 01: CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E CULTURAL DOS ENTREVISTADOS
- MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE I
- MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE II

## *LISTA DE SIGLAS*

ABRAPIA - A Associação Brasileira de Amparo e Proteção à Criança

IDB - Indicadores e Dados Básicos para a Saúde

MS - Ministério da Saúde

ONG - Organização Não-Governamental

CBDDCA - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

UFC - Universidade Federal do Ceará

SESA - Secretaria de Saúde do Estado

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde

LACRI - Laboratório de Estudos da Criança

UFC - Universidade Federal do Ceará

USP - Universidade de São Paulo

CBDDCA - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender a significação atribuída ao castigo físico corporal e/ou psicológico como método educativo adotado pelos pais, por meio da identificação dos fatores que influenciam na educação dos filhos e do conhecimento das experiências, sentimentos, definições, atitudes e opiniões dos pais acerca do processo educativo. Partimos do pressuposto que a raiz da violência social encontra-se nas relações familiares estabelecidas e construídas no cotidiano do sistema familiar. Como uma herança cultural e de posse do pátrio-poder, em nome da educação, pais e responsáveis maltratam e agridem seus filhos, como se fossem coisas, objetos de descarga das frustrações, dos medos, das angústias vividas na sociedade contemporânea, o que gera um círculo vicioso. Estudo qualitativo realizado junto aos pais da comunidade 4 Varas do Pirambu-CE e do SOS-Criança no ano de 2001. A coleta dos dados foi por meio de 12 entrevistas semi-estruturadas e grupo focal. Utilizando as práticas discursivas como foco central de análise na abordagem construcionista, foi possível a produção de sentidos a partir do cotidiano das famílias, nas relações pais e filhos, através da construção de 27 diagramas de significação. Desenvolvemos um modelo teórico relacionando as práticas educativas a partir do conceito de limite entre o bater e o não bater nas relações pais e filhos. Levamos em consideração o imaginário social e como esse imaginário se repercute nessas práticas educativas. Procuramos identificar nos discursos dos pais os significados atribuídos a essas práticas e encontramos 7 fatores: **Modelo de identificação transgeracional; Modelos de violência social extrafamiliar internalizados; Auto-percepção da maternidade/paternidade; Conceito de criança; Relações de poder; Motivos para bater; Controle social.** Este estudo nos aponta para a compreensão de que o ato de bater nos filhos seja adequado para impor a ordem e manter a relação de dominação-subordinação. Observamos que no imaginário social há uma diferença clara entre bater para maltratar e bater para educar, embora todos pratiquem a segunda opção. O limite, segundo eles, estaria na força empregada no ato de bater: uma palmada não dói, um espancamento sim. Neste contexto, não há violência na percepção dos pais que batem. Não entendem o limite entre a violência e a não violência, considerando que estão no processo educativo correto. Verificamos que o conceito de criança, os modelos intra e extrafamiliar internalizados, as relações de poder estabelecidas e o cotidiano violento diferenciam entre os discursos dos pais que batem e dos que não batem. Ressaltamos que o aspecto transgeracional exerce influência no estilo de educação adotado pelos pais e contribui de forma incisiva na construção deste discurso. Desta forma, obtemos respostas complexas e diversas dos pais que sinalizam para a necessidade de construção de um projeto que busque educar pais e mães, informando-os e preparando-os para desempenhar adequadamente seus papéis na educação de seus filhos, mesmo dentro das condições de vida precárias e no atual sistema econômico desigual e desumano. Recomendamos uma interlocução de todos setores da sociedade, entidades governamentais e não governamentais, para que se possa construir uma cultura da tolerância, um costume do diálogo e do respeito mútuo entre pais e filhos, uma nova prática social de educar nossas crianças baseada no amor e na compreensão. Talvez possamos aprender e seguir o exemplo de nossos índios que sabiam educar sem bater.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práticas educativas – Violência - Família

## ABSTRACT

The purpose of this study is to comprehend the meaning of bodily physical and/or psychological punishment as a disciplinary method adopted by parents, identifying factors that influence them in their children's discipline and the parents' knowledge on their experiences, feelings, definitions, attitudes and opinions around the educational disciplinary process. We assume that the root of social violence comes from already established family relationships and are built in everyday routines of the family system. Under the guise of discipline, added to their own cultural baggage, parents, with their parental authority, or others who are in charge mistreat and beat their children as if they were objects – things to unload their own frustrations, fears and anguish – who live in modern society, thus creating a vicious circle. A selective study was made with parents in 4 Varas do Pirambu community, in Ceará and SOS-Children in 2001. The data was gathered through 12 semi-structured in-depth interviews and focus groups. We used practical discussions as the central focal point for constructive approach and it was possible to reproduce the families' daily routines with parents-children relationships through the development of 27 "meaning" diagrams. We developed a theoretical model relating disciplinary practices about the concept on the limit of spanking or not spanking in parents-children relations. We took in consideration the social realm they live in and how this social realm reflects in those disciplinary practices. We tried to identify with the parents' discussions the meanings given to those disciplinary practices and we established 7 factors: **Trans-generation identification model; internalized extra-familiar social violence model; parenthood self-perception; children's concepts; power relations; reasons to spank; social control.** This study points out to us how to understand that the act of spanking children is appropriate to impose order and to maintain a dominant-submissive relationship. We observed that in the society's eyes, there is a clear difference between spanking for the purpose of mistreating someone and spanking to impose discipline, although everyone practices the latter. The limit, they say, is the physical strength at the time of spanking: a swat doesn't hurt, beating does. In this context, there isn't violence in the perception of parents who spank. They don't understand the limit between violence and non-violence, but are instead, doing the correct disciplinary process. We checked that children's concept, the internalized intra and extra familiar models, established power relations and the everyday violence are different between those parents who spank and those who don't. We would like to highlight that the trans-generation aspect exerts influence in the disciplinary style adopted by the parents and adds incisively in this discussion. In this way, we received assorted and complex answers from parents who show a need for the development of a project that tries to educate parents, informing and preparing them for their special roles in disciplining their children even in the most primitive and adverse social settings and the current inhumane and unequal economic system. We recommend interaction in all sectors of society, government and non-government agencies, so there can exist a culture of tolerance, dialogue and mutual respect between parents and children and a new social practice of understanding. Perhaps we can learn and follow the examples from our Indian natives who knew how to **discipline without spanking.**

**KEYWORDS:** Disciplinary Practices – Violence – Family

# SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E ESQUEMAS

LISTA DE DIAGRAMAS DE SIGNIFICAÇÕES

LISTA DE SIGLAS

RESUMO

ABSTRACT

APRESENTAÇÃO	1
1 – CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO OBJETO	2
2 – DELINEAMENTO EMPÍRICO E TEÓRICO	10
2.1 - FAMÍLIA: conceitos, funções e atual realidade	10
2.1.1 - O que é família?	10
2.1.2 - Qual o papel da família?	14
2.1.3 – 500 anos de família brasileira	16
2.1.4 - A família brasileira nos tempos atuais	18
2.2 - PROCESSOS EDUCATIVOS	20
2.2.1 - Um pouco de história....	20
2.2.2 - Quando educar é assunto de família	24
2.2.3 - Relações pais e filhos na educação autoritária	28
2.3 - MARCAS E CICATRIZES: quando a educação autoritária ultrapassa os limites?	33
2.4 – VIOLÊNCIA FÍSICA DOMÉSTICA: um problema de saúde pública	43
3 – PROBLEMA DA PESQUISA	46
4 – OBJETIVOS	46
5 - METODOLOGIA	47
5.1 - TIPO DE PESQUISA	47
5.2.- OS SUJEITOS DO ESTUDO	50
5.3 - TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	52
5.4 – ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	55
5.5- A ANÁLISE DOS DADOS: a produção de sentidos	56
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	60

6.1- PERFIL DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS _____	60
6.2 - ANÁLISE DOS MODELOS TEÓRICOS E PRODUÇÃO DOS SENTIDOS _____	64
6.2.1 Modelo Teórico I _____	64
6.2.2 - Modelo Teórico de Análise II _____	70
6.3 - MAS QUAL O LIMITE? Dimensões do imaginário social concretizadas nos discursos dos pais. _____	121
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	125
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	132
ANEXOS	

## APRESENTAÇÃO

Eu apanhei quando criança. Minha mãe me bateu porque eu fui desobediente. Lembro-me que queria apenas brincar. Você apanhou? Levou alguma palmada? O que sentiu?

Há um certo tempo, nem mesmo tinha entrado na faculdade, li um livro intitulado *Um país chamado infância* escrito por Moacyr Scliar (1989), em que ele afirma que há um país denominado Infância, cuja localização é desconhecida. Assim, ele coloca:

*Os habitantes deste país deslocam-se em naves siderais, mergulham nas profundezas do oceano, caçam leões, aprisionam dragões. E, depois, exaustos, tombam na cama. No dia seguinte, mais aventuras. (...) Nem todas as crianças, contudo, podem viver no País da Infância...*

Nem todas as crianças têm o direito de serem o que são. E isto ficou guardado em minha memória, como um certo incômodo, que não sabia explicar ou até mesmo entender. Os anos passaram e, formei-me enfermeira em 1998. Durante os anos de faculdade, deparei-me com a dura realidade de crianças maltratadas, vítimas de uma violência silenciosa, uma violência cotidiana que permeia muitos lares espalhados por este mundo. E estas crianças não vivem no país chamado Infância.

Em outra oportunidade, li o livro *Uma criança tratada como 'coisa'* de autoria de Dave Pelzer (1999) em que o autor conta sobre a sua experiência de ter sido uma criança maltratada, espancada por sua mãe durante a infância (4 a 12 anos de idade), e só após uma atitude de denúncia por parte da direção da escola onde estudava, ele se tornou livre, rompendo o complô do silêncio e do medo que o atormentava. Transcrevo, aqui, alguns trechos marcantes do livro:

*"Tenho de acabar logo de lavar a louça, senão nada de café da manhã; e, como não jantei ontem, tenho de comer alguma coisa de qualquer jeito. Mamãe está correndo de um lado para outro, berrando com meus irmãos. SCHLAP! Mamãe me bate na cara e eu caio no chão. Não sou bobo de aguentar as pancadas em pé. Aprendi a duras penas que ela encara isso como uma provocação, o que significa mais pancadas, ou pior de tudo, nada de comida. (p. 17). Antes que a caminhonete pare de todo, desço em disparada. Mamãe grita para eu voltar. Ela diz: "Explique para eles.... Fale que você bateu na porta." (p.18). Acidente. Sempre devo dizer isso. Mas a enfermeira não é boba. Ela ralha comigo para eu*

*dizer a verdade. Eu sempre desmonto no final e confesso, embora ache que devo proteger mamãe. (p.19). O Sr. Hansen grita que já está cheio disso. Eu tremo inteiro de tanto medo. "Ele vai ligar para mamãe de novo!", meu cérebro grita. Eu fico aflito e choro. Uma vez, há mais ou menos um ano, ele ligou para mamãe para perguntar sobre meus machucados. Naquele tempo, ele não tinha nenhuma idéia do que estava realmente acontecendo. Só sabia que eu era um garoto-problema que estava roubando comida. Quando cheguei na escola no dia seguinte, ele viu os resultados das surras de mamãe. Nunca mais telefonou para ela de novo. (p. 21). O policial explica que foi chamado pelo Sr. Hansen. Ele pede que eu lhe conte sobre mamãe. Eu balanço a cabeça dizendo que não. Pessoas demais já conhecem o meu segredo e eu sei que mamãe vai descobrir isso. Eu respiro fundo, torcendo as mãos e, relutante, conto tudo a eles. (...) Choro enquanto desabafo, dizendo que mamãe me castiga porque sou um menino mau. Desejo que eles me deixem em paz. Depois de todos esses anos, sei que não há nada que alguém possa fazer..."(p.22-23).*

Muito mais que uma história alarmante, trata-se de um relato verdadeiro de sofrimento e sobrevivência, que exemplifica a realidade vivida de muitos lares. Só no Brasil, segundo a AMENCAR (nòv./2000), são 18 mil crianças espancadas por dia. Isto causa indignação e repúdio no meio social, entretanto são poucos os segmentos da sociedade que se preocupam e assumem o compromisso de buscar o conhecimento, propondo alternativas viáveis de solução, que se não resolvem o problema por completo, tentam, ao menos, amenizar algumas situações extremas de abuso infantil.

Enquanto enfermeira, pesquisadora e, além de tudo, ser humano indignada com esta realidade, apresento, pois, um estudo que busca contribuir para a compreensão das causas da violência, sob a perspectiva dos processos educativos autoritários e do abuso físico infantil. Além disso, a contribuição deste estudo dar-se-á num sentido mais amplo de poder subsidiar a implantação e implementação de políticas e estratégias para o enfrentamento destas causas no contexto da saúde pública.

## **1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO OBJETO**

A pesquisa tem como temática central os processos educativos autoritários que utilizam métodos punitivos como instrumento de força, coação e manutenção da ordem e da disciplina. Por que alguns pais batem em seus filhos? Qual a diferença entre bater para educar e bater para maltratar?

O meu interesse em estudar este tema teve início em 1996, quando realizei uma pesquisa qualitativa no SOS-Criança de Fortaleza-CE e me revelou algo que até então, desconhecia. Esta instituição recebe temporariamente crianças e adolescentes que

foram retirados de seus lares por estarem correndo risco de vida, ou seja, são vítimas de maus-tratos por seus pais. Entretanto, através de entrevistas com as crianças, constatei que os maus-tratos, que foram considerados crimes e que culminou com a segregação familiar, é tão somente o resultado pontual de uma prática que acontecia diariamente no seio familiar: a prática educativa autoritária. Vejamos a seguinte situação lá encontrada: “*A .C.S., 13 anos, sexo feminino, nos contou que havia fugido de casa, em Aracati, pelo fato de sofrer maus-tratos físicos de sua mãe, diariamente. Afirmou que, se não fizesse os afazeres domésticos ao gosto dela ou se maltratasse os irmãos menores, era agredida por corda ou cinto de couro.*” (Martins e Castro, 1996, p.9).

Em outro estudo, pude observar que os profissionais da emergência, tais como médicos, enfermeiros, assistentes sociais não estão preparados para identificar e detectar casos suspeitos de crianças maltratadas por seus pais. (Martins e Castro, 1997)

A sociedade brasileira encontra-se alarmada devido aos altos índices de violência nos grandes centros urbanos. Mas a realidade é bem mais complexa, e a solução para isto não está na construção de mais prisões ou a contratação de mais guardas policiais, com fim de garantir a segurança. São milhares de crianças morando na rua porque fugiram de casa, a exemplo citado anterior, por não suportarem tanto as “surras” dadas por seus pais. E são estas crianças, na maioria das vezes, que se tornam ladrões, assassinos, drogados, devido não receberem a orientação correta e o carinho e atenção de seus pais. Estes, por sua vez, tendo que lutar pela sobrevivência, desconhecem a melhor maneira de educar os filhos e acabam por adotar métodos educativos autoritários e abusivos, agredindo-lhes quando desobedecem. E como quebrar este circuito? Pais batem nos filhos acreditando que estão lhes educando, assim como foram também educados; filhos fogem de casa e vão para as ruas por não aceitarem as palmadas que levam em casa; estes para sobreviver aprendem progressivamente a roubar, prostituir-se, drogar-se e até matar, elevando os altos índices de violência.

Fala-se muito em mundo pacífico, busca-se uma cultura de paz. Campanhas são organizadas para que se lute pela paz. Mas como pensar em harmonia e paz, se

ainda em muitos lares a educação dos filhos está pautada no castigo físico e/ou psicológico e os pais são hostis e autoritários? Quando a imprensa divulga um caso de espancamento de uma criança por sua mãe, isto aconteceu porquê? A mãe é pré-julgada pela sociedade, o filho separado da família e se instala um processo de investigação, quando a intenção da mãe era dar umas “boas palmadas” para que o filho lhe obedecesse.

A Associação Brasileira de Amparo e Proteção à criança (ABRAPIA, dados de 01/03/2000) recebe cerca de 1.400 denúncias por ano, no qual a violência física é a que possui maior índice, representando 29,6%, ficando em segundo lugar a violência psicológica, com 28,5% do total de casos. Aponta ainda que em 47,7% dos casos, a própria mãe é a agressora.

Ao observar estes índices e procurar a causa de tantas denúncias nos levam a perguntas até então pouco esclarecidas. É necessário entender o processo que culminou com a denúncia. Se nos utilizarmos da metáfora de uma árvore, veremos que os frutos, as folhas e o caule são os elementos que nos saltam aos olhos. Entretanto não temos a consciência clara e precisa de que a raiz é a responsável por esta estrutura, por manter, nutrir e fixar a árvore à terra. De maneira semelhante, quando vemos uma criança toda machucada, espancada por seus pais, ficamos aterrorizados e só intervimos quando o fato já ocorreu. E nem sempre enxergamos a raiz do problema. E qual seria?

Estamos partindo do pressuposto que a raiz se encontra nas relações familiares estabelecidas e construídas no cotidiano do sistema familiar. Na forma como os pais entendem, compreendem e adotam uma educação restritiva, autoritária, extrapolando para agressões físicas e psicológicas quando percebem sua autoridade ameaçada ou uma ordem sua não ser atendida.

O mais forte, caracterizado pelo pai, mãe e/ou responsável, é quem sustenta a família e vive em um mundo opressor, competitivo e estressante, estando, portanto, na condição de oprimido. Geralmente, o homem é o responsável por produzir e reproduzir as condições sociais em que vive. Assim, tende a ocupar o lugar de opressor e reproduz o modelo internalizado fora, quando entra em casa. De posse do pátrio-poder, em nome

da educação, pais e responsáveis maltratam e agridem seus filhos, como se fossem coisas, objetos de descarga das frustrações, dos medos, das angústias vividas na sociedade capitalista, o que gera um círculo vicioso, no qual os “pais apanham da vida, e os filhos apanham dos pais.”(ABRÁPIA, 1992).

Mas o que representa esta situação para um homem ou uma mulher como esta? O que está por trás de uma palmada ou de um espancamento, no contexto psíquico, sócio, cultural, político e econômico deste cidadão? Por que agir desta forma? Qual o sentido da educação autoritária? Qual a diferença entre a palmada que educa e a palmada que maltrata?

O mais fraco, a criança ou o adolescente, sofre a agressão por não ter obedecido as normas da casa impostas por seus pais. Ele precisa ser obediente, quieto e satisfazer todas as vontades de seus pais, o que é muito difícil para uma criança que é curiosa, inquieta, ou um adolescente que já entende, compreende e questiona muitos fatos da realidade.

Como se fosse uma herança, essa forma de educar na base do castigo corporal foi se transformando num modelo de comportamento socialmente aceito, dentro do qual pais e filhos mantêm uma relação de dominação-subordinação, de coisificação da criança e do adolescente. Além disso, as condições sócio-cultural, política e econômica da sociedade e o modo como ela se organiza e elabora seus conceitos e teorias de educação refletem nas relações, no modo de vida de qualquer família desta sociedade.

A maneira de pensar que criança só aprende a ser adulto apanhando, não surge no pensamento moderno. Esta forma de pensar e agir vem ultrapassando gerações desde a Antiguidade, onde predominava o conceito de que criança era como uma tábua rasa, uma folha de papel em branco que precisa ser preenchida.

Guerra (1998, p.57) em seu livro, intitulado *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*, apresenta duas teses sobre a história da violência doméstica no mundo, uma de Ariès, e a outra de Lloyd deMause e constata que ambas são opostas,

principalmente no sentido de que uma aponta que o pesadelo das crianças começou a partir do conceito de infância, na transição do feudalismo para o capitalismo e a outra de que este pesadelo está ficando muito para trás na história da humanidade, tendo seu início ainda na Antiguidade. A Autora afirma que apesar das divergências teóricas sobre o passado, estas servem

*para nos mostrar o quão longe estamos em termos da possibilidade de afirmarmos que este ou aquele período da história trouxe mais ou menos violência física no relacionamento pais-filhos. As dívidas persistem e a única certeza que temos é a de que ao chegarmos à última etapa do século XX ainda nos deparamos com este fenômeno e em números assustadores.*

As políticas de apoio à infância foram surgindo em diversos pontos do mundo, na medida em que o fenômeno foi sendo desvelado, desmascarado, provocando indignação e repulsa pela sociedade burguesa emergente. Porém, a grande maioria dessas políticas têm fracassado ou se limitado apenas em atender os casos mais graves de violência, quando a vítima já foi agredida várias vezes e corre risco de vida. É um fenômeno que sempre esteve presente de forma endêmica nas sociedades ocidentais. “A violência física é o resultado lógico de uma sociedade que incorpora a força física como um método de educação e de controle de uma parcela de nossa população: as crianças.” (Richett e Hudson citados por Guerra, 1998, p. 75).

Na atualidade, Azevedo & Guerra (1998) realizaram um levantamento bibliográfico na vertente anglo-saxônica, no período de 1986 a 1997 e puderam constatar que: (1) a violência doméstica é vista como “um crime a ser *punido* e um *problema* a ser explicado cientificamente”; (2) é relevante a preocupação do meio acadêmico, sendo significativo o “interesse da comunidade científica sobre um tema que durante muito tempo foi considerado um tabu, na medida em que revela a face perversa da família nuclear, instituição pretensamente voltada para investimento de amor e proteção à criança”; (3) elas consideram que muitas pesquisas analisadas respondem apenas perguntas do tipo *como*, faltando a indagação *porque* o fenômeno ocorre, a fim de explicar a própria (re)produção do mesmo, o que abre uma lacuna a ser investigada, um conhecimento a ser buscado (p.45).

Ainda no panorama internacional, as referidas autoras no ano de 1997 apresentaram o trabalho de Armstrong feito em 1978, no qual que ele analisou os programas de atenção à infância e à adolescência na sociedade americana. Dessa forma, ele pode constatar que o foco de atenção é *ex post facto*, ou seja, após o acontecido, e só a partir daí é que as medidas terapêuticas do tipo avaliação diagnóstica, terapias, atividades de apoio, intervenções em situação de crise são implementadas, sendo chamadas de *band-aid* terapêutico. As autoras consideram que este tipo de abordagem é tópica, salvacionista e fragmentária.

*Tópica porque voltada prioritariamente para as vítimas em vez de privilegiar o combate à própria fabricação de vítimas na sociedade americana. Salvacionista porque a expectativa é a de curar feridas (físicas ou psicológicas), em vez de trabalhar o resgate da cidadania de crianças e adolescentes e seu fortalecimento como pessoas. Fragmentária porque cada Programa seleciona para abordagem esta ou aquela faceta do problema, em vez de trabalhar suas verdadeiras raízes. (1997, p.253) (grifo original)*

Dessa forma, elas revelam um panorama da sociedade americana que não é tão diferente da realidade brasileira. As propostas de prevenção do fenômeno são ainda bastante limitadas e não discutem a raiz do problema, ou seja, não se estuda os processos educativos autoritários; não se busca entender o sentido da palmada como método de educação bastante utilizado, nem conhecer quais os sentimentos, opiniões, concepções dos pais acerca da educação adotada por eles e praticada em seus lares.

No Brasil, o primeiro trabalho científico foi registrado somente em 1973, em São Paulo, realizado por professores da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa e se limita à descrição de um caso de espancamento de uma criança do ponto de vista clínico, revelando a preocupação somente com o diagnóstico. Quase dez anos depois, em 1984 surge o primeiro livro brasileiro com o título *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*, de Viviane Nogueira de Azevedo Guerra. Notamos o quão recente é a preocupação científica sobre a violência física doméstica no Brasil. (Guerra, 1998)

Azevedo, citada por Guerra (1998), realizou em 1995 um levantamento bibliográfico sobre os trabalhos científicos que tratam da violência doméstica e pôde constatar que dentre os 14.779 trabalhos consultados, apenas 22 dissertações/teses abordaram periférica ou focalmente o fenômeno, o que a levou concluir de que se trata de uma produção caracterizada por:

- Ser marginal, representando 0,15% da produção total do período;
- Ser rarefeita, sendo a maior produção a partir da década de 80;
- Ser dispersa e periférica;
- Ser clandestina, pois dos 22 trabalhos apenas 13,6% foram publicados;
- Ser principalmente desinteressada, já que 68,1% do total de trabalhos produzidos estão mais interessados em descrever, explicar e/ou compreender o fenômeno do que propor alguma solução para o problema, o que caracteriza uma produção sem grande compromisso efetivo de mudança para este fenômeno social.

*Esse perfil permite afirmar que a compreensão do fenômeno na cultura brasileira de hoje ainda é lacunar porque assentada em trabalhos que – com raras exceções – ou silenciam sobre a problemática – ou tratam-na de forma reprodutivista de estudos e pesquisas realizadas no Exterior. (p.86).*

Também não são diferenciados os programas de atenção às vítimas de violência, visto que no Brasil existem os SOS-Criança espalhados em todo país, a pastoral do menor, a FEBEM, os conselhos tutelares, além de diversas ONG's, como AMENCAR, ABRAPIA que atuam após a violência ocorrida, exposta e denunciada. Assim como na sociedade americana, não há uma política efetiva que atue antes do pai agredir seu filho; não se combate com eficácia a cultura de que criança precisa apanhar para crescer 'saudável'; não se viabiliza práticas educativas para que se previna os maus-tratos contra a criança e o adolescente.

Azevedo & Guerra (1997, p.300) revelam que

*O balanço das políticas sociais na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes, neste final de século e de milênio é bastante sombrio, seja no nível internacional, seja no nível nacional. As estatísticas nacionais e internacionais sobre o fenômeno mostram que tanto no Brasil quanto no exterior, Estado e Sociedade, mesmo quando procuram trabalhar articuladamente, têm sido impotentes para impedir a (re)produção do ciclo de violência no lar.*

Brêtas et al. (1994) dizem que a comunidade exige dos pais um bom trabalho de educação, porém, oferece oportunidades mínimas para que eles aprendam os métodos corretos. A criança e o adolescente são vítimas da desordem, das grandes desigualdades sociais e dominação de classes. Além disso, as condições sócio-culturais, tais como fome, desemprego, competitividade no mercado de trabalho, falta de oportunidade, as frustrações, os estresses freqüentes no cotidiano da vida das pessoas, obrigam-nas a agir como seres irracionais, despejando suas raivas e tensões em seres indefesos e inocentes, seus filhos. Gallardo (1986,p.23) confirma que “freqüentemente é o meio que condiciona o homem a ser agressivo.”

*Defendem-se os direitos da criança, mas a própria sociedade os solapa, uma vez que o reconhecimento destes direitos implicaria modificações no meio da família e da sociedade, tendo em vista que criança-família-sociedade se constituem uma trindade intimamente ligada. (...). Por mais que se diga que todas as crianças são livres e iguais, isto não é verdade. Por mais que se defenda que ela tem receber amor e compreensão de seus pais, é preciso verificar antes de mais nada se a família tem realmente condições de oferecer isto.(Azevedo & Guerra,1985,p.55).*

Dadas estas considerações, propomos neste estudo a compreensão do sentido da educação baseada no castigo físico e/ou psicológico, sob o ponto de vista dos pais. Tentar enxergar a raiz do fenômeno dos maus-tratos, identificando sentimentos, atitudes, práticas, opiniões, percepções, motivos apontados pelos pais para que se utilizem das punições físicas e/ou psicológicas como meio de manter a ordem, a autoridade e a disciplina, ou seja, educar seus filhos.

## 2 - DELINEAMENTO EMPÍRICO E TEÓRICO

O conhecimento científico é construído através da pesquisa que é considerada por Minayo (1994,p.17) “a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”. No decorrer da pesquisa, o cientista deverá ter em mente todo o processo de desenvolvimento da mesma, obedecer etapas e utilizar a linguagem científica para que os resultados possam somar aos conhecimentos já estudados e incorporados em nossa realidade.

Garanhani (1993,p.11) afirma que

*esta busca na literatura da expressão do pensar de outros pesquisadores e dos resultados encontrados por estes faz parte do próprio ato de pesquisar, de ir em direção daquilo que se deseja, saber e verificar se já existe conhecimento produzido que responda as inquietações que se tem.*

Aventurar-se no mundo científico em busca de respostas e propostas para romper com a prática da educação autoritária representa um desafio, porém, para “ Kuhn, o progresso da ciência se faz pela quebra dos paradigmas, pela colocação em discussão das teorias e dos métodos, acontecendo assim, uma verdadeira revolução.” (Minayo, 1994, p.17).

Dessa forma, é preciso estar claro e explícito os conceitos e teorias, as causas, os fatores que influenciam e o processo histórico no qual o fenômeno está inserido, de modo que possamos obter uma compreensão geral sobre o assunto.

### 2.1 - FAMÍLIA: conceitos, funções e atual realidade

#### 2.1.1 - O QUE É FAMÍLIA?

Se pretendemos discutir o tema processos educativos em família, é necessário deixar claro o conceito de família e como ela está envolvida no processo de formação e manutenção dos modelos de educação no contexto sócio-cultural de nossa sociedade.

Se sairmos às ruas perguntando às pessoas o que elas entendem por família encontraríamos respostas que a classificariam como um núcleo de pessoas ligadas por sangue ou afinidade, ou como um aspecto romântico, resultado do amor profundo entre um homem e uma mulher, ou numa concepção religiosa, matrimonial, em que a família é a realização do poder de Deus, ou ainda encontraríamos respostas como sendo a célula da sociedade, a unidade básica social, numa visão positivista.

*Discutir pois as Relações Familiares, admitindo que Família, mais do que tudo é uma idéia, uma noção subjetiva mas, ao mesmo tempo é um tema sobre o qual vêm se debruçando antropólogos, sociólogos, historiadores, psicólogos e educadores entre outros, permite e exige que se busque compreender as diversas definições que sofre, bem como as funções que lhe são atribuídas e as alterações que vem sofrendo. (Biasoli-Alves, 1999, p. 229).*

Falar de família envolve aspectos subjetivos, pois parte das experiências, das vivências de cada sujeito, mexe com as emoções, sentimentos, opiniões e representações de cada um. Não se pode falar em um tipo de família, mas em modelos familiares que permeiam a sociedade em que vivemos. “Hoje o conceito família parece distanciar-se da ligação biológica para ganhar um sentido muito mais subjetivo, que geralmente depende da perspectiva do sujeito em questão.” (Dias, 1992, p.10).

Bruschini (1997, p.50) afirma que há uma tendência

*À naturalização da família, tanto no nível do senso comum quanto da própria reflexão científica, que leva à identificação do grupo conjugal como forma básica e elementar de toda família e à percepção do parentesco e da divisão de papéis como fenômenos naturais.*

Entretanto, a autora explica que a família é um produto humano mutável e pode se apresentar como instituição bem diferente da concepção atual em outras sociedades ou em diferentes momentos históricos. Ela exemplifica que em algumas comunidades indígenas, não há divisão de espaço físico para pequenos grupos e todos vivem numa aldeia, existe a procriação entretanto, não há a formação do núcleo familiar e todos são responsáveis pela ‘educação’ das crianças.

Reis (1984) explica que é impossível tentar entender o grupo familiar sem considerá-lo inserido na complexa trama social e histórica que o envolve. Ele considera que a família é uma instituição criada pelos homens, constituindo-se de formas diferentes em situações e tempos diferenciados, a fim de atender às necessidades sociais de cada tempo, possuindo também uma representação e uma orientação da conduta de seus membros.

*Assim como a família não é uma instituição natural, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou grupos sociais heterogêneos, o modelo nuclear de família, que nos parece tão natural, só se consolidou por volta do século XVIII, segundo nos informam os estudos históricos. (Bruschini, 1997, p.50).*

A família nuclear encontrada nos dias atuais é resultado das mudanças que ocorreram na família nuclear burguesa, esta nascida no início da sociedade capitalista, com divisão clara de papéis e que se tornou ao longo do processo histórico sinônimo universal de família.

Partimos, então, da idéia de que a família não é natural, é mutável e que a família nuclear burguesa monogâmica, com sua definição clara e objetiva de papéis, concretiza-se num fenômeno que está historicamente construído e que permeia os conceitos, as teorias, as representações atualmente elaboradas.

Nesta perspectiva, a estudiosa no assunto Biasoli-Alves (1999, p.229-230) propõe três conceitos de família que explicaremos a seguir. O primeiro conceito, proposto por Fukui, através de uma visão sociológica e generalista, entende a família como “laços de sangue, adoção e aliança socialmente reconhecidos. De uma outra forma, Scabini diz que ela é “uma organização complexa de relações de parentesco”, historicamente definidas, com um passado, um presente e uma perspectiva de vida futura, que se propaga através de um ciclo vital, com períodos críticos que constituem as etapas evolutivas (casamento, nascimento do primeiro filho, filhos na adolescência), trazendo consigo “incumbências de desenvolvimento correspondentes a objetivos psicossociais próprios de cada uma das fases.” O terceiro conceito apresentado pela autora, define família, segundo Petzold, como sendo um espaço das relações mais,

íntimas e formadoras da identidade pessoal, um lugar em que há o estabelecimento de vínculos entre cônjuges, pais e filhos e a origem do “processo no qual a pessoa torna-se sempre mais ‘si mesma’ diferenciando-se dos ‘outros’ significativos da sua vida”, além da busca do equilíbrio entre as necessidades de pertença e de liberdade dos membros constituintes da família.

Araújo (1999,p.40) contrapõe-se ao conceito de família afirmando que é preciso estar atento ao fato de que qualquer tentativa de “conceituação de família, estará arriscando-se a ‘cair’ na abstração e não corresponder a uma existência concreta.” Ela ainda acrescenta que a família, do modo como conhecemos hoje, se formou no decorrer da história, “da maturação das relações sociais entre as pessoas, constituindo-se e consagrando-se uma instituição social com poder, sendo repassadora de valores e formadora de novos personagens históricos.”

*Outro aspecto fundamental a considerar – além da não-naturalidade, da mutabilidade e da diversidade de conceitos – é que o conceito de família refere-se, de um lado, a um grupo social concreto e empiricamente delimitável, e de outro, remete também a um modelo cultural e à sua representação. A análise da família deve por isso mover-se tanto no plano das construções ideológicas quanto no de seu papel na organização da vida social. (Bruschini, 1997, p. 63).*

Dessa forma, concebemos à família como um grupo social concreto no qual a família composta por marido, esposa e filhos é o modelo mais comum encontrado na sociedade ocidental. Porém, não podemos entender que grupo social é um aglomerado de pessoas unidas com objetivos comuns, mas a formação de um sistema “dinâmico, atuante, significando, de fato, algo mais que a mera soma de seus componentes” (Mielnik, 1993, p.1).

Contudo, a realidade pode nos mostrar que não só o modelo referido é totalmente predominante em nossa sociedade. O grupo familiar tanto pode extrapolar o modelo, incluindo parentes e/ou agregados, tornando-se uma família extensa, ou nem mesmo concretizar este modelo, como no caso de casais sem filhos, mães ou pais solteiros, irmãos sem pais. “Portanto, exceções ao modelo não apenas reforçam sua

elasticidade, como também a riqueza da realidade empírica, que de longe o extrapola” (Bruschini, 1997, p.63).

Camargo & Buralli (1998, p.30) acrescentam que

*Como toda instituição social, apresenta aspectos positivos, enquanto núcleo afetivo de apoio e solidariedade. Apresenta, também, aspectos negativos, como a imposição normativa através das leis, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas, que se tornam, muitas vezes, elementos de coação social geradora de conflitos e ambiguidades.*

Concordamos com Reis (1984) quando destaca que a relativa autonomia da organização familiar é determinada por uma complexa rede composta por diversos fatores que se referem tanto às formas características da organização interna do grupo familiar, quanto aos aspectos econômicos, sociais e culturais que o circunscrevem. É por isso que, embora a família monogâmica burguesa seja a forma de família predominante em todos os segmentos sociais, há padrões internos que provocam a diferença entre as famílias das diversas classes sociais, como também padrões que diferenciam as famílias dentro de uma mesma classe social.

O mesmo autor revela que encontramos hoje é uma grande variação de padrões familiares herdados de todo um processo histórico. Encontramos tanto famílias marcadas por um extremo conservadorismo e uma rígida hierarquia interna, como também, famílias no outro extremo, muito liberais e que não impõem regras de convivência grupal.

Dada sua diversidade conceitual, em seus amplos campos de visão, quais seriam, então os papéis desempenhados pela família atual?

### **2.1.2- QUAL O PAPEL DA FAMÍLIA?**

Alguns estudiosos em família consideram que as principais funções da família são: **reprodução** – que se refere ao caráter biológico, natural - característica pertencente a todos os seres vivos; **socialização**, característica do ser humano social, em que a família é a unidade primeira da sociedade e se constitui num espaço propício para

a formação e propagação dos valores, das representações, dos costumes, das atitudes, dos hábitos, entre outros. Um espaço social em que a criança “recebe orientação e estímulo para ocupar um determinado lugar na sociedade adulta, em função de seu sexo, sua raça, suas crenças religiosas, seu *status* econômico e social” (Camargo & Buralli, 1998, p.32).

Conforme Dias (1992, p.13) a família

*Constitui uma unidade social, uma microsociedade – ou seja, ela reproduz no seu microespaço os traços sociais dominantes, forma uma unidade econômica (pois supre suas necessidades pela atividade profissional de seus membros) e compõe uma unidade de consumo – do mesmo modo, compõe, também, uma unidade emocional, onde os pais são as figuras significativas que funcionam como modelo. (grifo nosso)*

Reis (1984, p.102) considera que além de sua função biológica, a família exerce também uma função ideológica. “Isto significa que além da reprodução biológica, ela promove também sua própria reprodução social”. É na família que os indivíduos são educados para que venham dar continuidade tanto genética, como socialmente a estrutura familiar, ou seja, a família é responsável pela formação do cidadão e reprodução da ideologia dominante.

Baseada na ordem patriarcal, predominante há mais de dois mil anos, temos mentalizado e reproduzido como um padrão um modelo familiar nuclear, hierarquizado, com divisão (tanto sexual, como econômica) estabelecida de papéis: o pai, por ser o homem, o mais forte é responsável pela manutenção econômica, ou seja, é quem trabalha para prover o sustento da família; a mãe, mais frágil por ser mulher, fica com o papel de reprodução direta e de cuidar da casa e dos filhos, numa relação de dependência e submissão; enquanto a criança, produto do ‘amor’, precisa aprender, e somente aprender, o que seus pais têm para lhe ensinar, ou seja, os padrões adotados pela sociedade.

O autor afirma ainda que a família é o espaço social no qual gerações se defrontam e os dois sexos definem suas diferenças e relações de poder. Dessa forma “a

família teria por função desenvolver a socialização básica numa sociedade que tem sua essência no conjunto de valores e de papéis.” (p.100).

Bruschini (1997, p.55) cita Parsons ao tentar explicar de que maneira a família nuclear funciona, a qual a autora chamou-a de um pequeno grupo-tarefa. “Os membros adultos desempenham papéis altamente diferenciados, assimétricos e complementares, o que possibilita a presença de modelos masculinos e femininos claramente definidos.”

Percebemos, entretanto, que no decorrer do processo histórico, a família nuclear passou por profundas transformações, estando diretamente articulada com as mudanças ocorridas na sociedade.

Mioto (1999) explica que nos últimos vinte anos houve uma verdadeira revolução caracterizada pelo declínio da natalidade, a diminuição do número de casamentos, o aumento dos divórcios, o advento da pílula anticoncepcional e a entrada de vez das mulheres no mercado de trabalho, competindo com os homens. Desta revolução “derivou uma justaposição de novas formas familiares, como por exemplo as famílias monoparentais, as famílias reconstituídas e famílias unipessoais”. (p.212).

Segundo a autora, a família brasileira também acompanhou as mudanças ocorridas, principalmente quando se pensa na liberalização de muitos hábitos e costumes rígidos herdados da família portuguesa, especialmente relacionados à sexualidade e à posição da mulher na sociedade.

### **2.1.3 500 ANOS DE FAMÍLIA BRASILEIRA**

Para compreendermos melhor estas mudanças, é válido salientar que no processo de formação da família atual brasileira, tivemos a contribuição de três culturas bastante diferenciadas: a do índio, habitante da terra colonizada; a do negro escravizado trazido da África; e a do branco colonizador europeu.

O que temos hoje é o resultado de uma “multiplicidade étnico-cultural que embasa a composição demográfica brasileira.” (Neder, 1996, p.26). Muito mais que

uma miscigenação de raças, este resultado traz a reflexão de que muitos hábitos e costumes foram inseridos na cultura brasileira, dentre eles, destacam-se o costume da punição física corporal como prática pedagógica legítima e dominadora.

Se atualmente ainda vivenciamos e encaramos como 'natural' a pedagogia da palmatória na educação de nossos filhos, devemos lembrar que os índios não praticavam tal ato. Conforme Paranhos (2001) as famílias indígenas não costumavam castigar fisicamente as crianças, antes da chegada dos portugueses.

*Diversos relatos de padres no início da colonização revelam que, entre os índios, nem pai nem mãe agrediam seus filhos. Foram os jesuítas e os capuchinos que introduziram o castigo físico como forma de 'disciplinar' as crianças no Brasil. (p.90).*

Azevedo & Guerra (2001) reforçam esta noção, acrescentando que na família indígena a criança era amada por seus pais, não havendo nenhum tipo de registo de que os pais recorressem ao disciplinamento corporal como prática educativa. O que existia eram rituais para que a criança entrasse na condição de guerreiro, como uma passagem da infância para idade adulta.

Já as crianças negras escravizadas sofreram todo tipo de maus-tratos ao longo da história. Trazidas da África num navio negreiro, no qual muitas morreram no caminho, para servir de objeto, de coisa do senhor de escravos ou de seus filhos. “o menino negro nas mãos do menino branco era como se fosse feito de pó de serra e não de carne, pois era apertado, maltratado e judiado” ( Freyre citado por Azevedo & Guerra, 2001, p.115)

Neder (1996, p.39) traz a reflexão de que a escravidão marcou a sociedade brasileira em qualquer análise que se possa fazer. Ela afirma que “o **autoritarismo** e a **violência** da Escravidão são responsáveis pela separação entre casais, pais e filhos e outros parentes e amigos, provocando perda de vínculos e crises de identidade marcantes e irreversíveis.”(grifo no original).

É nessa época que surgem as palmatórias, instrumentos bastante utilizados na época e que reforçam o castigo físico como disciplinador como permeador da ordem e da disciplina.

É interessante assinalar que as crianças brancas, filhos dos colonizadores europeus, também apanhavam por causa da indisciplina e em nome de sua educação. Nesta época, encontrava-se o auge da família patriarcal, com o poder nas mãos do pai, senhor de escravos e dono de terras.

Azevedo & Guerra (2001) comentam que a vida do menino branco é a evidência do desmerecimento da sociedade brasileira para com a criança, realidade esta ainda presenciada em tempos atuais. Isto é, se, naquela época, havia o domínio inquestionável do homem, os meninos seriam os futuros déspotas, entretanto, não puderam escapar de ser cruel e humilhantemente tratados por seus pais.

Com base nestas informações sobre a formação da família brasileira, devemos levar em consideração que muitas das percepções construídas historicamente pelas elites persistem de forma hegemônica. Ressaltamos que a ênfase nos aspectos histórico-culturais que têm marcado a organização das famílias no Brasil justifica-se por uma tentativa de manter a ordem disciplinar do sistema capitalista dominante, no qual há os explorados e exploradores, dominados e dominadores, patrões e empregados.

#### 2.1.4.A FAMÍLIA BRASILEIRA HOJE

Diante desta gama de mudanças ocorridas na família, alguns estudiosos colocam-na como enfrentando uma crise. Entretanto Biasoli-Alves (1999) coloca que a família se constitui como uma unidade social dinâmica, podendo ser visualizada segundo um modelo bidirecional, analisando, por um lado, os muitos fatores (pobreza, mídia, comportamento feminino, neoliberalismo) de impacto que atuam sobre ela; e de outro, identificando o modo como ela reage para interagir e/ou para se defender com estes fatores, permanecendo como um grupo de pessoas que atravessam determinado período histórico, gerando um ciclo que se repete e se recria indefinidamente.<sup>11</sup>

*No presente momento, tornou-se banal constatar que a família vai mal. As explicações dadas ao fato multiplicam-se. A desestruturação da família é sucessivamente imputada ao afrouxamento dos laços conjugais; ao enfraquecimento da autoridade dos pais; à emancipação da mulher; ao conservadorismo do homem; à rebeldia da adolescência; à,*

*repressão da infância; ao excesso de proteção aos filhos; à ausência de amor para com eles, etc. Em suma, os indivíduos estariam como que desaprendendo as regras de convivência que mantinham a família coesa. (Costa, 1989,p.11)*

Ainda a autora Biasoli-Alves (1999) colabora nesta discussão sobre essas alterações enfatizando o impacto da televisão, da pobreza, da mudança de papéis e de valores, demonstrando como essas mudanças afetam a vida das pessoas dentro de suas relações familiares, trazendo indicadores do aumento nos conflitos, gerando as rupturas, as separações e os divórcios.

Observamos que as formas de organização das famílias estão marcadas pelas condições de vida, pelas desigualdades sociais presentes na estrutura social do nosso país, ou seja, obedecem a uma ordem econômica, o sistema capitalista no qual estamos inseridos. Neste sentido, as relações estabelecidas no meio familiar, geralmente, favorecem a uma relação de poder no qual quem 'paga as contas' é a pessoa que elabora as regras de convívio familiar, e aquele que depende economicamente precisa se submeter a estas regras.

Barreto (1999, p.12) nos fala da fragmentação da unidade familiar, no qual a

*Nova vida social, política e as atividades econômicas funcionam como elementos que agredem o modelo de família anterior e atingem a identidade pessoal e familiar, provocando desagregações, desajustes e desequilíbrios.*

A ausência dos pais que buscam alimento para o lar, os divórcios, os baixos salários, as frustrações, as precárias condições de moradia, a falta de perspectiva futura, a depressão, o desemprego, o estresse cotidiano, o excesso de trabalho, os meios de comunicação de massa, a falta de espaço e de tempo para lazer, as doenças infecto-contagiosas e crônicas, enfim, tudo isso faz com que haja a quebra do clima de afetividade, respeito, segurança e confiança, indispensáveis a um convívio harmônico e ao crescimento e desenvolvimento de uma vida humana. Muitas vezes, torna a vida familiar insuportável, reduzindo o limiar de tolerância, provocando as agressões, as violências, as fugas nas drogas e no álcool e as separações. (Barreto, 1999).

*Crise e desenvolvimento, desorganização e reestruturação são pólos entre os quais a família avança com o passar do tempo. Não há desenvolvimento a não ser por crises, ainda que os desfechos da crise nem sempre levem ao desenvolvimento.*  
(Biasoli-Alves, 1999, p.235)

Deste modo, a família brasileira convive com o novo e o velho, o moderno e o tradicional, na medida em que encontramos, por um lado, padrões de educação rigorosos baseados na obediência e na disciplina e por outro, famílias com métodos educacionais liberais ao extremo, sem imposição de limites, de regras para a criança e o adolescente.

## 2.2 - PROCESSOS EDUCATIVOS NA FAMÍLIA

### 2.2.1 - UM POUCO DE HISTÓRIA...

A educação das crianças dependia da forma como elas foram conceituadas, entendidas pelos adultos. Cada conceito (crença, conhecimento, definição) corresponde ao pensamento vigente de determinada época, em que o conhecimento formulado sobre a infância foi adequado às expectativas da sociedade (Lajolo, 1997).

Há quem acreditava que a criança era um adulto pequeno e já nascia sabendo e precisava aprender um ofício; outros consideravam-na uma tábula rasa, como um vazio a ser preenchido; há ainda os que acreditavam na esperança de que as crianças irão dominar o mundo.

Lajolo (1997, p.228) explica que se o “conjunto de idéias e crenças sobre a infância(...) soa como uma divertida ciranda de contradições, é admirável observar que, não obstante a contradição, todas estas crenças (conhecimentos?) subsistiram.”

Philippe Ariès nos apresenta em sua obra, *História Social da Criança e da Família*, que a forma como se processava a educação de crianças e adolescentes dependia do modo como a infância era entendida pela sociedade da época. Ele defende que só a partir do século XVII, na transição do feudalismo para o capitalismo, é que se

concebeu a infância como uma etapa da vida humana que merecia métodos severos de educação e punição para que se formassem homens de fibra, homens de negócio.

Reis(1984) explica que tanto na família aristocrata, como na família camponesa, as relações entre os membros da casa eram rígidas, hierárquicas e mantidas pela tradição. As crianças de ambas famílias tinham que ser obedientes à hierarquia social e “nesse sentido o castigo físico era o instrumento comumente utilizado”(p.106). Também era competência exclusiva da mãe a educação de seus filhos, diferenciando o modelo educacional para cada sexo.

Segundo este autor, a submissão aos pais era supervalorizada no sentido de reproduzir ideologicamente o modelo de família e de sociedade capitalista emergente. “Obediência aos pais significa, assim, aceitação de normas que já estavam definidas quando ele nasceu; aceitação sem questionamento, isto é, submissão. Tudo isso em troca do afeto dos pais.” (p.115).

Amor e autoridade estavam, e ainda estão, permeando as relações entre pais e filhos. Não se podia contrariar a vontade, a decisão paterna. Conforme Maldonado (1999, p.9) a tarefa de educar “um filho era simplificada pela existência de regras e tradições inquestionáveis”. A criança não dava palpites, tinha que obedecer aos mais velhos e umas boas palmadas serviam como forma de manutenção da ordem e da disciplina. “Havia uma espécie de código para a educação.”

Biasoli-Alves (1999) mostra que na família patriarcal brasileira, originária da família portuguesa, os valores que eram repassados à infância pautavam-se na obediência, respeito e deveres para com o patriarca. Existia bem delimitado o espaço público e o privado e, ao homem cabia a função de fazer esta ponte entre os espaços, não esquecendo que a educação acontecia de forma diferenciada segundo o sexo.

No Brasil, durante o período colonial, o filho ocupava uma posição puramente instrumental, secundária dentro da família. Conforme Jurandir Freire Costa (1989), que estudou o processo histórico de transformação e ‘normatização’ das relações intrafamiliares no país, publicando o livro *Ordem Médica e Norma Familiar*, o

pai funcionava como monopolizador, pólo de atração da vida familiar num período em que a sociedade era dividida em senhores e escravos. Até o século XIX, a criança era ignorada ou subestimada na família.

*Em virtude disso, privou-a do tipo e quota de afeição que, modernamente, reconhecemos como indispensáveis a seu desenvolvimento físico e emocional. Nem sempre o neném foi 'majestade' na família. (...). O universo cultural dos três primeiros séculos, possuído pelo culto à propriedade, ao passado e à religião assim o determinava: ao pai, ao adulto, os louros; ao filho, à criança, as batatas! (p.155).*

Entretanto, os higienistas da época, preocupados com os altos índices de mortalidade e morbidade, difundiram a idéia da 'pedagogia higiênica' com o intuito de formar hábitos nas famílias considerados por eles como saudáveis e escolheram a criança como instrumento ideal para o alcance de seus objetivos. Assim, no revela Costa (1989, p.174) citando Reis que era um dos defensores desta idéia na época.

*Desde a primeira infância devem os pais disciplinar com todo o esmero o espírito de seus filhos, quando sua alma ainda dócil se presta a todas as sortes de impressões; é nesta idade que convém reprimir e domar suas inclinações, quando estas se mostrarem com algum pendor para aquilo que ultrapassa as raiais do justo e do honesto, e defeitos depois também não podem ser sufocados, nem com maiores esforços da razão. (grifo nosso).*

Reis (1984) refere que como o advento do capitalismo, com o surgimento da família burguesa, monogâmica, o "filho deveria ser educado para aquilo que a burguesia estabeleceu como ideal: vir a ser um homem autônomo, autodisciplinado, com capacidade para progredir nos negócios e dotado de perfeição moral" perante a sociedade.(p.110). A mulher deveria aprender a ser mãe e dona do lar, estando sempre na condição de submissão do pai ou do marido.

Kryncki (1985, p.5) ressalta que o século XX é denominado "o século da criança". "A criança passa a ser 'notada', descrita e aceita (em termos) como fazendo parte da humanidade" adulta.

Dessa forma, a infância passa a ser valorizada como uma etapa necessária à vida do ser humano, contudo, permanece ainda submetida ao mundo adultocêntrico, subordinada aos pais por sua condição, tendo que cumprir as normas estabelecidas e as punições devidas quando há a transgressão destas.

O fato é que a concepção, a representação, o sentimento de infância evoluiu, acompanhando a evolução de muitos outros conceitos e práticas nas famílias e na sociedade. Com o advento da tecnologia e do mundo científico, muitos costumes e práticas foram questionadas, principalmente no modo como se educava uma criança. As condições sócio-cultural, política e econômica da sociedade e o modo como ela se organiza e elabora seus conceitos e teorias de educação refletem-se nas relações familiares estabelecidas.

Muitos estudiosos como Freud (1905,1924) e Piaget (1972,1978) resolveram desmistificar o mundo infantil, estudando a infância e o seu desenvolvimento, até então pouco explorado. A criança passa a ser considerada como um ser em constante desenvolvimento, capaz de interagir com o meio e retirar dele subsídios que aumentem a sua aprendizagem. A infância é reconhecida como uma das etapas pela qual todo indivíduo passa e que precisa ser dada a sua real importância, pois se constitui o ponto de partida para a formação de adolescentes e adultos equilibrados e conscientes de suas funções na sociedade.

Lins (2000) explica que nos meados do século XX, acontece a supervalorização de ciências como a Psicanálise, a Psicologia e a Pedagogia, que procuraram interpretar o mundo e passaram a oferecer 'receitas' prontas de preservação da felicidade infantil. Desta forma, a autora revela que o grande defensor desta idéia de preservar a felicidade infantil foi Dr. Spock, considerado como o 'pai da permissividade'. Ela destaca ainda, que também a literatura popular buscava (e ainda busca) orientar os pais como os manuais do Dr Rinaldo De Lamare, tidos pelas mães como verdadeiros dogmas no manejo da educação de crianças, defendendo a idéia de que a criança precisa ser poupada das frustrações para crescer saudável.

Aliado aos estudiosos, revistas, jornais, filmes entre outros meios de informação geraram dúvidas e uma excessiva preocupação na maneira adequada de como educar um filho. “Inúmeras perguntas e dúvidas passam pela cabeça dos pais de hoje, que se sentem inseguros, desorientados, indefinidos em seu papel de educadores.” (Maldonado, 1999, p.10).

### 2.2.2 - QUANDO EDUCAR É ASSUNTO DE FAMÍLIA

Ao nascer uma criança, inicia-se seu processo educativo. Entretanto, para os pais isto não é algo consciente, não está explícito a maneira como deverá atuar, como deverá ser um bom educador. Na maioria das vezes, a bagagem que os pais detêm para educar seus filhos, nos dias em que os aspectos éticos e sociais estão em crise, parte da própria experiência, da subjetividade individual, repetindo o modelo adotado por seus genitores ou fazendo exatamente o oposto. Segundo Maldonado (1999)

*Educar os filhos é uma tarefa complexa: cada nova etapa do desenvolvimento da criança é um desafio à capacidade e à flexibilidade dos pais, pelo muito que deles é exigido em termos de mudança de conduta e de atendimento às necessidades e solicitações do filho. (p. 9).*

No processo educativo, há a necessidade da compreensão do significado de ser-criança, pois é preciso antes de tudo entendê-la como um sujeito; “respeitar os seus impasses, a exploração verdadeira do real, o deslumbramento diante dos objetos, da natureza e das palavras, a espontaneidade de sentimentos e expressão de seus desejos e necessidades.” Acreditar, antes de tudo, que ela seja um ser único, individual e que precisa do adulto (mãe, pai etc..) para ajudar-lhe a crescer e desenvolver-se com equilíbrio, tranquilidade e harmonia. (Schneider et al, 1994,p.45).

Assim, Barreto (1999) enfatiza que através da educação o indivíduo descobre e desenvolve suas potencialidades e valores. Destaca que: quando o fundamento é a educação, “a família, a escola e a comunidade transformam-se em locais de experimentação do mundo, de aprendizado das relações sociais e afetivas construtivas, voltadas para a autonomia com responsabilidade.” (p.47).

Reafirmamos que a família vem passando por inúmeras mudanças, o que da mesma forma, provoca também transformações nos processos educativos, na maneira com os pais educam seus filhos.

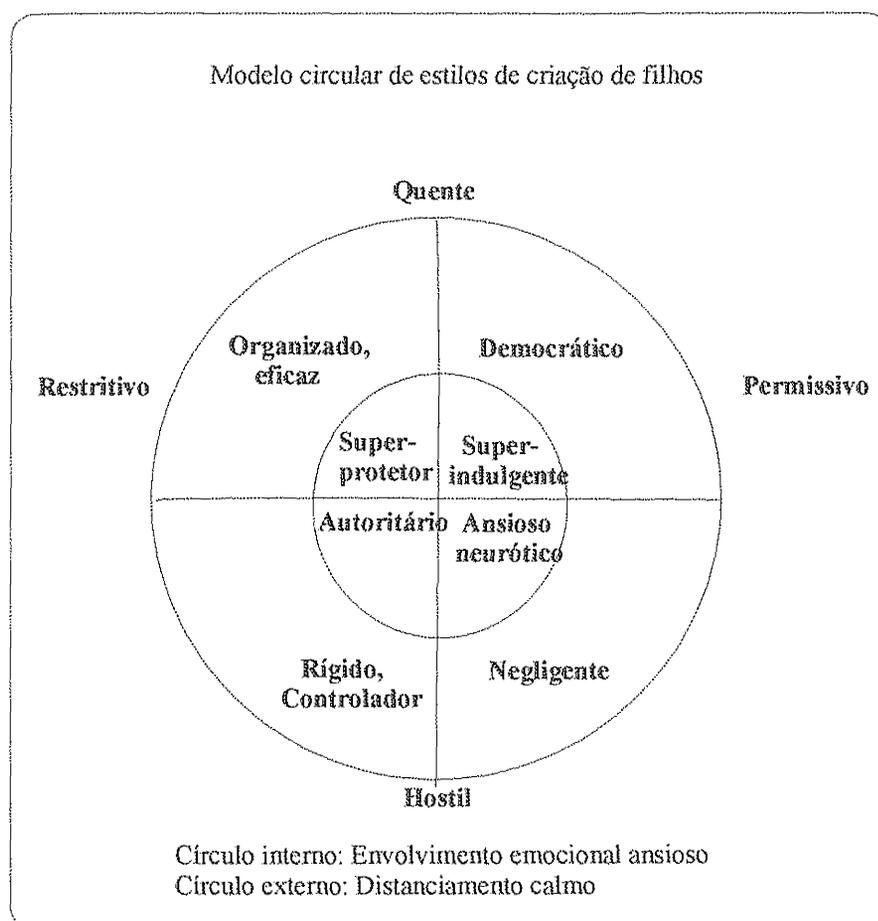
Maldonado (1999) explica ainda que o relacionamento entre pais e filhos é bem complexo e sofre muitas alterações ao longo do tempo. A rede familiar, que por sua vez, está inserida num contexto social, cultural e histórico, sofre várias influências e a conduta de um influi na do outro, num complexo sistema de trocas. Muitas dificuldades que os pais viveram quando pequenos são 'reeditadas' na educação dos filhos. A autora considera que crenças, valores, maneiras de encarar e de viver a vida, noções do que é ser bons pais e bons filhos colaboram na composição do relacionamento, no processo educativo.

As mudanças nas práticas educativas foram estudadas por Biasoli-Alves *et al* (1997) e chegaram a constatação de que estas alterações ocorreram em diferentes dimensões, como por exemplo: a autoridade que era bastante valorizada, passou a ser criticada e abandonada; a afetividade, expressada através de normas rígidas, desloca-se para uma expressão mais aberta, mais livre; as exigências, as condutas que antes não podiam ser questionadas abrem-se para o diálogo e a dificuldade de imposição de limites.

Entretanto, apesar das mudanças progressivas, a mesma autora considera que a educação de filhos na geração atual é vista como mais difícil que na geração anterior. Ressalta ela, que os fatores que acompanharam a urbanização e o processo tecnológico, tais como assaltos, sequestros, o consumismo exacerbado, as drogas e muitos outros, contribuem para a insegurança dos pais quanto a educação de seus filhos. (Simionato-Tozo & Biasoli-Alves, 1998).

Dessa forma, não podemos falar em um único modelo educativo predominante no dias de hoje. Do mesmo jeito que existem diferentes tipos de famílias, encontramos também modelos educativos diferentes. Contudo, há um pensamento coletivo, não unânime, mas significativo de pensar que criança só aprende se levar umas boas palmadas. E quando estas palmadas extrapolam o limite e se tornam maus-tratos? E qual é este limite?

Ellis (1995) nos fala em estilos de criação para conceituar, categorizar e descrever os processos educativos e os relacionamentos entre pais e filhos. Vejamos a figura I retirada da p.84 de seu livro intitulado *Educcando filhos responsáveis*.



A autora caracteriza em três dimensões, de forma didática e dicotômica, o comportamento dos pais quando na educação de seus filhos.

“Uma das dimensões é a de calor *versus* hostilidade” (p.83). Pais calorosos são definidos como cuidadosos, afetuosos, positivos, acolhedores e voltados para os filhos. Estes pais utilizam o diálogo quando os filhos se comportam de maneira inadequada. Pais hostis são caracterizados como irritados, punitivos, duros, rejeitadores e críticos. A autora ressalta que, embora todos os pais fiquem irritados algumas vezes com seus filhos, pais hostis são assim a maior parte do tempo.

Sem perder de vista a figura, a segunda dimensão é a da educação restritiva *versus* permissiva. Pais restritivos são classificados como altamente controladores, valorizam a obediência às regras bem rigorosas como maneiras à mesa, limpeza do quarto, ordens expressas, barulho, entre outras situações. Enquanto que pais permissivos são definidos como muito descuidados quanto ao estabelecimento de regras de conduta, permitindo ampla liberdade aos filhos, sujeitando-se muitas vezes aos caprichos infantis para não lhes provocarem os ditos “traumas de infância”.

E a terceira dimensão que observamos na figura I é a do envolvimento emocional ansioso *versus* o desapego tranquilo. “Pais que mostram alto envolvimento são muito sensíveis a tudo que acontece aos filhos”, são considerados superprotetores. “Pais menos envolvidos são muito mais desapegados. Têm maior tendência a ver os filhos como pessoas independentes deles e estabelecem limites mais claros” (p. 84).

Apesar da dicotomia, vemos na figura um aspecto mais dinâmico, em que as três dimensões estão interrelacionadas. Ressaltamos que na realidade familiar podemos encontrar comportamentos mistos, em que a mãe é muito hostil e o pai permissivo, por exemplo.

Dadas estas características de comportamentos dos pais, Barreto (1999) apresenta três tipos de famílias: aberta demais, fechada demais e equilibrada. A família aberta demais, segundo o autor, é composta por pais permissivos, gerando filhos frágeis, inseguros, sem raízes. Lins (2000) considera que na educação permissiva atribui-se ao filho toda a autonomia e independência nas escolhas e decisões. Há insuficiência de limites e os pais cedem com muita facilidade às exigências das crianças, tornando-as mimadas e sensíveis demais.

Já a família fechada demais é o extremo oposto, a qual obedece a uma estrutura rígida, autoritária na tomada de decisões, de controlar o poder. Para Barreto (1999,p.9) “este tipo de família determina com rigidez os papéis dos filhos, impondo-os coercitivamente”. É caracterizada por pais restritivos e hostis. Na definição elaborada por Lins (2000), a educação autoritária é exercida através do controle, sendo a lei, a

norma e as regras o centro, negando no processo educativo a individualidade e a subjetividade. Os pais tentam moldar seus filhos com seus desejos e vontades.

E o terceiro tipo de família é a família equilibrada, que conforme Barreto (1999 p.50) é “aquela que sabe se preparar para enfrentar qualquer desafio.” Neste tipo de família, os pais aprendem a discutir qualquer assunto de modo mais claro e transparente, buscando, em conjunto com os filhos, as normas e as regras de convivência familiar. O poder é dividido e não disputado, a vontade de um não limita a vontade do outro. Nesta família, acontece a educação democrática ou resolução conjunta. Lins (2000) considera que neste caso há o respeito mútuo entre pais e filhos, havendo regras e restrições, porém não abusivas, mas que permitem a expressão da individualidade, favorecendo a aprendizagem mais democrática e educando filhos de forma equilibrada.

Vemos aqui diversas possibilidades de se estudar os processos educativos na família. No entanto, para fins deste estudo, ressaltaremos o conceito de educação autoritária como método adotado pelos pais.

### 2.2.3- RELAÇÕES PAIS E FILHOS NA EDUCAÇÃO AUTORITÁRIA

Dada a diversidade dos modelos educativos encontrados hoje, a educação autoritária é a mais antiga no processo histórico e ainda permanece em grande escala nos dias atuais.

Maldonado (1999) explica que isto se deve ao fato de como encaramos o que é criança.

*Se acreditarmos que 'criança não tem vontade', que não pode ter o direito de escolher certas coisas, que não é capaz de assumir responsabilidades ou de encontrar soluções para muitos de seus problemas, tentaremos dominá-la autoritariamente, dar-lhe muitas ordens para serem cumpridas com obediência e submissão, com uma atitude de vigilância permanente, de 'tomar conta' ou 'ficar de olho'. (p.27).*

Para entendermos melhor como se dá as relações entre pais e filhos e como se processa a educação autoritária nos lares, precisamos conhecer as relações que permeiam a sociedade, já que estas estão diretamente ligadas ao meio familiar, como já afirmamos anteriormente.

Saffioti (1989) afirma que as relações sociais estão marcadas pelo poder. Observamos que a relação dominação-submissão se constitui e se materializa no tripé: patriarcado (homem domina a mulher), racismo (branco é superior ao negro) e capitalismo (ricos controlam pobres). Assim, a autora considera que o “poder define-se como macho, branco e rico” (p.16). Enfatiza que estas relações de dominação-exploração são definidas por contradições, pelo antagonismo, por lutas veladas para que se converta a direção da relação de poder. “Isto equivale dizer que os interesses das classes subalternas não são apenas diferentes dos das classes dominantes, mas opostos.” (p.17).



Nessa perspectiva, o caráter adultocêntrico acrescenta mais uma constituição da relação de poder, entretanto difere do patriarcado-racismo-capitalismo em sua essência. O referido autor nos diz que

*Enquanto as relações que se estabelecem segundo o amálgama referido são de natureza antagônica, as relações entre a criança e o adulto são hierárquicas. Os interesses dos adultos não são opostos aos da criança enquanto ser social. Ao adulto cabe ensinar à criança em que condições e medida seus instintos podem ser expressos. Em termos da sociedade, cabe ao adulto transformar a criança em pessoa capaz de atuar o máximo possível de sociabilidade. (1989, p. 17).*

A criança nasce num mundo completamente organizado, produzido e reproduzido pelo adulto e para o adulto. Tudo funciona de acordo com as necessidades,

dos mesmos. Ela é quem precisa adaptar-se às regras e normas já preestabelecidas por seus pais, professores, irmãos, entre outros. No mundo adultocêntrico e na educação autoritária, o poder está nas mãos do adulto e a criança, por sua condição inferior e dependente, é a ele subordinada.

Guerra (1985,p.55) afirma que a

*criança é socialmente dependente do adulto, sendo que sua inferioridade física e a necessidade na qual ela se encontra de viver num mundo inteiramente concebido pelo adulto, e para o mesmo, obrigam-na a se submeter a ele, o que não exclui, evidentemente, as explosões de cólera e de revolta.*

Somado a isso, temos a procriação (ou adoção) que legitima a tomada de posse dos pais sobre seus filhos. Consciente de que são seus filhos, o pátrio-poder estabelece, assim, uma relação de dominação-subordinação, totalmente hierarquizada que permeia as famílias autoritárias, independente da classe econômica ou da cor da pessoa. Há um pensamento coletivo, compartilhado e aceito socialmente de que os filhos são propriedade de seus pais e a eles devem obediência e respeito, independente da forma como são educados, sob a supervisão, é claro, do Estado. (Camargo & Buralli, 1998)

Mas qual a diferença entre autoridade e autoritarismo?

A autoridade definida por Tiba (1996) é algo que deve existir sem descargos de adrenalina. A disciplina é essencial à educação e é necessária uma autoridade saudável, para que o relacionamento entre pais e filhos se desenvolva sem atropelos. Já o autoritarismo é caracterizado por uma imposição que não respeita a subjetividade individual, provocando submissão e mal-estar.

Da mesma forma, Maldonado (1999) acrescenta que os conflitos jamais poderão deixar de existir, considerando que há um 'choque' de gerações entre pais e filhos. Ela explica que a maneira como encarar estes conflitos é um dos pontos fundamentais na qualidade das relações entre pais e filhos. Considera as inevitáveis diferenças de necessidades, atitudes, pontos de vista, aspirações e a distribuição do

poder como fatores básicos do conflito. Dessa maneira, ela coloca que o autoritarismo “se faz presente quando os pais impõem decisões, soluções e vontades de modo arbitrário, enquanto as necessidades e os desejos dos filhos permanecem insatisfeitos de modo crônico” (p. 131).

Na educação autoritária, os pais temem ser flexíveis, carinhosos e afetuosos para com os filhos por medo de perderem o controle. Consideram que as expressões de afeto e carinho poderão ser interpretadas como ‘moleza’.

*Acham que a boa educação exige o uso de punições e castigos aplicados com rigor e severidade. (...) ‘É de pequeno que se torce o pepino’; ‘criança só aprende com palmadas’, são alguns exemplos de mitos difundidos que, se seguidos à risca, podem ser bastante nocivos porque desconsideram as necessidades das crianças. (Maldonado, 1999, p.132).*

A mesma autora coloca que a longo prazo a educação autoritária traz consequências na formação da personalidade e na construção de vínculos nos filhos. Assim, vejamos algumas dessas consequências:

#### *1) Restrição ou bloqueio de potencialidades*

Crianças, filhos de pais autoritários, no qual há o excesso de limites, ordens, ameaças, proibições e castigos, bloqueiam muitas atividades que poderiam lhes proporcionar experiências vitais. Ordens como: ‘Não pode correr’; ‘É feio conversar enquanto os adultos falam’; ‘Se não fizer os deveres, vai levar uma surra; costumam bloquear sentimentos e atos na criança, tendendo ao conformismo e à submissão, inibindo a criatividade e a iniciativa em fazer coisas novas e desenvolver o senso crítico.

#### *2) Falta de espontaneidade, prisão interior*

O excesso de restrições inibe a liberdade de ação e de movimentos na criança e no adolescente. A timidez, o medo de se expor, sem espontaneidade, agem com limitações, como se tivesse engolido inteiro tudo o que ouviu das pessoas; sentindo tudo isso como leis que não podem ser questionadas, estando tudo categorizado em bom e mau, certo e errado, feio e bonito.

### 3) *Internalização das proibições ou dificuldade de desenvolver autocontrole*

O autoritarismo pode ocasionar a polaridade de efeitos: em algumas pessoas, provoca uma internalização de proibições de tal forma que continuam em vigor até mesmo quando deixam de ser impostas, quando não existe mais o mandante, elas ainda possuem uma voz interior que comanda e julga seus atos e atitudes. Para outras pessoas acontece o oposto: as proibições geram o anseio pelo perigo e revolta, transgredindo as normas sempre que o 'vigia' não está por perto. "Cria-se, assim, a dificuldade de desenvolver controle interno, base do desenvolvimento da consciência moral e do código de ética pessoal". (Maldonado, 1999,p.136).

É importante deixar claro aqui, que a autoridade, a obediência e o respeito, a hierarquização na família são características importantes na educação de uma criança.

*Contrariando suas naturais inclinações, obedecendo aos conselhos e ordens dos pais; aplicando o princípio da realidade; impondo-se disciplina e acatando a autoridade dos maiores a criança vai se educando gradativamente.* (Mielnik, 1993, p. 205)

O que tentamos trazer à tona, à reflexão é o modo como esta autoridade e essa exigência à obediência se expressa, se concretiza no processo educativo.

No manejo autoritário de educar, os pais procuram moldar, controlar e julgar o comportamento e as atitudes de seus filhos de acordo com o padrão de conduta por eles estabelecidos. Estes pais supervalorizam a obediência à autoridade como uma virtude e se utilizam de medidas punitivas, e até mesmo abusivas, para 'quebrar a vontade do filho', caso sintam que sua autoridade está ameaçada. Interferem na liberdade do filho de ir e vir ou nas decisões como roupas a vestir ou amizades; atribuem responsabilidades domésticas para impor forte respeito pelo trabalho e castigam quando não cumpridas, e não estimulam ao diálogo, a troca de idéias, acreditando que o filho deva aceitar o que eles dizem sem questionar. (Ellis, 1995).

Nesta perspectiva de educação, os castigos físicos e/ou psicológicos são comuns, diários, pois é difícil para estes pais obterem sempre obediência e bom comportamento de seus filhos. Neste tipo de família, o limite de tolerância é mínimo e

*Quase sempre os pais batem nos filhos porque não conseguem controlar sua própria impulsividade. Quando eles próprios não conseguem 'substituir ações por palavras', transmitem aos filhos que muita coisa se resolve 'no tapa' e 'no grito'. (Maldonado, 1999, p.117).*

E como podemos então, diferenciar a palmada que educada da palmada que maltrata, que fere? Há uma diferença? Vejamos, então, o conceito de abuso infantil, de maus-tratos que encontramos na literatura.

### **2.3 - MARCAS E CICATRIZES: quando a educação autoritária ultrapassa os limites?**

Segundo Quiroz (1998) quando pensamos em maltrato infantil, recordamos apenas daqueles casos que aparecem nas revistas e na televisão, sendo os casos mais graves e os menos frequentes também. Entretanto, ele afirma que os mais frequentes passam por nós despercebidos em nível social, são aqueles que acontecem diariamente como as proibições e restrições arbitrárias, os gritos, as ameaças, as comparações, a frieza afetiva, as palmadas, as miradas de raiva, entre outras, pois já é algo aceito socialmente e não causa tanto constrangimento social.

Gutiérrez (1997, p.625) realizou um estudo no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CBDDCA) e, através da Observação Participante, verificou que muitos pais procuram este centro pedindo auxílio, "um certo 'socorro' à educação, afirmando que seus filhos, já não podem ser 'controlados'." Os pais pedem a equipe que os ajudem pois não conseguem mais impor<sup>1</sup> respeito e autoridade aos filhos, e a única forma que encontram é através da agressão física. A mesma autora constatou ainda a enorme falta de paciência dos pais em relação aos filhos, sendo desencadeado por vários motivos como a falta de dinheiro, desemprego, alcoolismo, consumismo exacerbado, frustrações, desesperança, entre outros.

Muitos estudiosos têm procurado conhecer as causas, os motivos que levam muitos pais a maltratarem seus filhos, abusarem fisicamente como se fosse objetos, coisas em seu poder.

Nessa linha de raciocínio Foucault (1977) sinaliza para o poder instituído, que gera a disciplina, sendo absorvido pelas instituições especializadas dentre as quais se situa a família, estruturando mecanismos internos de poder, representados por relações intrafamiliares disciplinadas e asseguradas por mecanismos de vigilância e punição.

Conforme Quiroz (1998, p.59) os adultos acreditam que o maltrato é uma boa maneira de educar e justificam isso afirmando: “- dou graças a meus pais que me castigaram, e por isso agora sou uma pessoa responsável – sem se dar conta de que não foi ‘graças a’ , mas sim ‘apesar’ do castigo.”

Na história da humanidade identificamos que os maus-tratos às crianças e aos adolescentes não é algo recente, é um fenômeno que está presente na realidade desde as primeiras civilizações.

*Mutilações, canibalismo, rituais de violência física e emocional, restrições e proibições as mais diversas, fazem parte do catecismo ensinado à criança por toda parte, em um mundo que se diz civilizado. (...). A história está cheia de ‘limitações’ impostas às crianças em nome de uma razão discutível(...) – a atestar que a trajetória da vida humana na face do planeta está ainda longe de ser considerada civilizada. (Krynski, 1985, p.2).*

Muza (1994) expõe que tanto nos textos bíblicos como naqueles que mostram a vida no império greco-romano, existem trechos que descrevem os massacres de populações infantis, além das mortes que eram comuns quando crianças nasciam com alguma deficiência ou eram do sexo feminino.

Na Bíblia, encontramos no Antigo Testamento a história de Abraão quando decide sacrificar seu filho a Deus como prova de sua obediência. Através dessa passagem, podemos entender como se estabeleceu uma relação milenar de sujeição dos filhos aos pais. “Com efeito, este é o mito da **obediência filial** levada ao seu limite,

extremo: impedido de ver, respirar, falar, Isaac é a personificação do ser transformado em coisa” (Azevedo & Guerra, 1998,p.33).

*O castigo físico foi considerado por muito tempo como uma forma 'sábia' de educar os filhos. O rei Salomão disse: "Não recusais corrigir o infante; porque se o castigas com vara não morrerás. O castigarás com vara, e livrarás sua alma do sepulcro"(Provérbios 23:13); alguns interpretaram literalmente estas palavras e procederam a castigar fisicamente seus filhos. (Quiroz, 1998, p.55)*

No mesmo sentido, Azevedo & Guerra citam a mitologia grega que oferece reflexões como tentativa de explicação de certos conceitos que temos na atualidade de infância. A leitura de alguns mitos permite a compreensão de “que na Grécia antiga, a morte dos filhos pelos pais era DEFENDIDA e JUSTIFICADA como *necessária*, quando se supunha que a criança superaria o poder do pai”, o que representava uma ameaça ao seu reinado. (1998,p.30)

Os mitos eram utilizados pelos gregos para explicar fatos e acontecimentos que não eram bem compreendidos pela sociedade. Dessa forma, a idéia de que a criança é portadora de maldade, que faz algo apenas para afrontar o poder de seus pais permanece ainda difundida e se configura numa atitude que merece ser castigada para que aprenda a não ser ‘respondona’ ou ‘respeitar os mais velhos’.

Também o mito de *Medéia* (matou seus dois filhos por ódio ao pai das crianças) ilustra a representação de que a criança é um ser absolutamente dependente dos pais e só o fato de terem lhe dado a vida, autoriza-os a maltratá-la, aterrorizá-la e até mesmo matá-la, de acordo com sua vontade.

Dessa forma, justifica-se, defende-se e pratica-se a violência contra crianças e adolescentes, não sendo, portanto, considerado um ‘pecado’ pela Igreja ou um crime pela sociedade. Trazemos este legado em todo o processo histórico de nossa sociedade, dita civilizada.

É importante deixar claro que o termo abuso infantil aqui utilizado designa uma gama de fenômenos e pode ser definido como uma forma de violência física e/ou

psicológica contra crianças e adolescentes, de modo repetitivo e intencional, empreendido por seus pais ou tutores que se utilizam da força física em nome de uma educação e que resulta em danos para as vítimas. ( Muza, 1994; Caminha, 1999).

*Os abusos físicos abalam não só o corpo da criança como também sua integridade enquanto ser humano. Bater na criança é traumático em termos físicos e psicológicos. Os danos físicos muitas vezes são recuperados pelo tratamento médico, embora, às vezes, levem à morte ou a traumas físicos permanentes. Os danos psicológicos permanecem. O padrão violento vivido em casa é o modus vivendi levado vida afora. (Caminha, 1999, p.56).*

Entretanto, Muza (1994, p.57) esclarece que não há “um consenso a respeito da conceituação e definição de maltrato à criança e ao adolescente.” O autor coloca que todas as tentativas de elucidar o problema são falhas, “condicionadas pela própria subjetividade do fenômeno e pela forma fragmentada como a questão é enfocada por muitos autores.” Acrescenta ainda, que a utilização de critérios claros e objetivos para a concepção de abuso traz agilidade para o processo investigativo, contudo corre o risco de apreender dados que não condizem com a realidade.

Partindo deste conceito, encontramos as seguintes classificações para abusos intrafamiliares: negligências, abusos físicos, abusos psicológicos e abusos sexuais. Aqui apresentamos apenas uma classificação didática, mas estes fenômenos geralmente não acontecem isolados, mas interrelacionados. Por questões de pertinência à pesquisa, nos deteremos nos abusos físicos e psicológicos por estarem intimamente ligados à forma educativa adotada pelos pais.

Em face esta realidade, encontramos a síndrome do espancamento ou síndrome da criança maltratada como um diagnóstico clínico a ser realizado, definido como uma condição clínica resultante de um castigo físico rigoroso empreendido por pais ou tutores, ou seja, acontece quando a educação autoritária ultrapassa seus limites, deixando marcas ao longo do corpo, interferindo em seu desenvolvimento saudável e provocando cicatrizes profundas na alma de crianças e adolescentes.

O mesmo autor (Muza 1994) afirma que há quatro modelos explicativos para o desenvolvimento do comportamento abusivo encontrados na literatura por Sweet e Resick em 1979. Assim vejamos:

1) Modelo psicodinâmico – resultado da interação de forças intrapsíquicas do agressor; neste caso, o agressor é portador de problemas mentais ou alcoolista, provocando seu ato agressivo contra crianças e adolescentes.

2) Modelo da aprendizagem social – resultado de uma recíproca e contínua interação de determinantes pessoais e ambientais – os filhos aprendem o comportamento agressivo com seus pais.

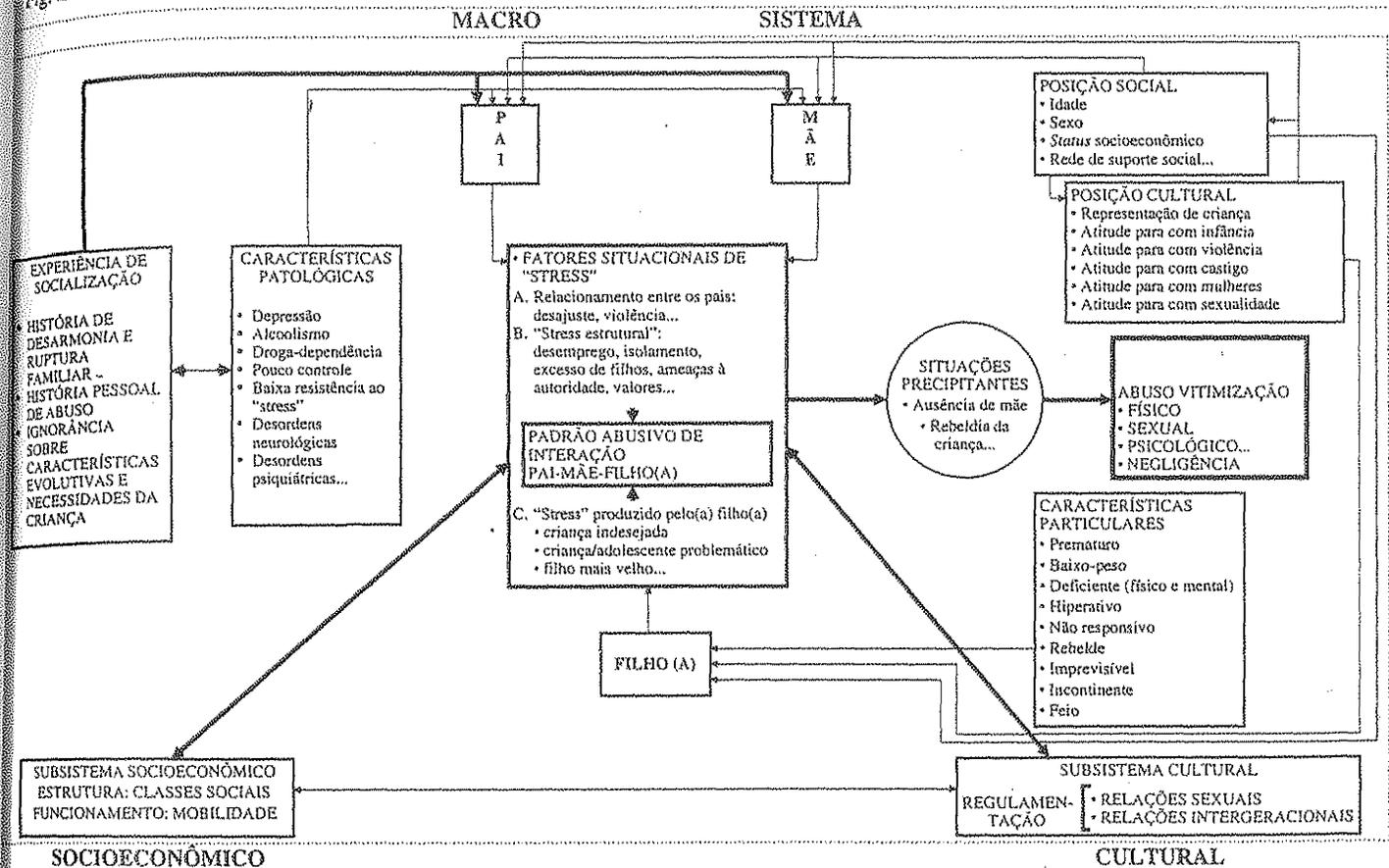
3) Modelo sócio-psicológico – resultado da interação entre indivíduo e meio ambiente, enfocando valores da vítima, do agressor e do meio estressante em que vivem; em que permeiam as dificuldades cotidianas, os problemas sociais e econômicos.

4) Modelo sociológico – resultado da compreensão dos fatores sociais como os principais determinantes do comportamento agressivo.

*Não conheço o motivo que leva as crianças a serem espancadas, mas sendo para o argumento sociológico, isto é: a existência miserável e as péssimas condições de trabalho reduzem os limites de tolerância e frustração das pessoas. O Bebê que não pára de chorar é a gota d'água de um dia, uma semana ou toda uma vida de grande infelicidade, desespero e certeza da incapacidade fundamental de transformar o próprio destino. Com isso o inocente bebê leva uma surra, mas não porque seus pais o odeiam. (Cottle, 1993, p. 77).*

Estudando estes modelos, Azevedo (1997,p.42) afirma que há um modelo explicativo dominante em nível internacional construído a partir de pesquisas ancoradas na Teoria Sistêmica, tendo como principais representantes Bronfenbrenner (1979), Belsky (1980) e Ochotorena (1988). Vejamos a figura II.

Fig. 1 - ABUSO - VITIMIZAÇÃO DOMÉSTICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: MODELO INTERATIVO OU MULTICAUSAL



Desta maneira, a referida autora coloca que o modelo interativo apresentado na figura, procura superar o simplismo do modelo unicausal, trazendo a multicausalidade decorrente da interação de fatores macro ( sistemas sócio – econômico – político) e micro (história de vida dos pais *versus* estrutura e funcionamento familiar).

Diante destes modelos que procuram explicar porque os pais agem desta maneira, vemos que cada um responde por uma fatia do problema e que juntos podem tentar explicar as relações agressivas existentes nas famílias e, entenderemos este fenômeno como multideterminado, dinâmico, acrescentando que os “conflitos e sentimentos existentes entre os pais e a relação que estes estabelecem com seus filhos são dados importantes para se compreenderem as famílias abusivas e a forma como elas manifestam sua agressão” ( Muza, 1994, p.58).

Em um estudo sobre casos de agressões físicas contra crianças, sob a ótica das gerações, Marcon & Elsen (1999) puderam constatar que na primeira (bisavós) e,

segunda (avós) gerações, “o bater era prática corriqueira”, sendo desvinculado de alguma explicação ou orientação prévia. Entretanto, as autoras percebem que, para estas gerações não havia importância em apanhar e consideram que ser um bom pai ou uma boa mãe “estava diretamente relacionado ao disciplinar e corrigir o filho, o que se constatou que era conseguido através do bater” (p. 472).

Nesta perspectiva, encontramos o conceito de **Multigeracionalidade** em Caminha (1999) como sendo o fenômeno pelo qual crianças expostas aos abusos físicos e psicológicos, de modo repetitivo e intencional, tornar-se-ão adultos que submeterão seus filhos às mesmas experiências pelas quais passaram.

Dessa forma, o autor destaca a multigeracionalidade como uma variável bastante expressa e comum, apesar das outras variáveis relacionadas aos abusos como problemas com álcool e drogas, perda de emprego, falta de condições de habitação, saúde, alimentação, problemas mentais que podem atuar como estressores ou facilitadores para o desencadeamento de agressões físicas contra crianças e adolescentes.

*o maltrato infantil tende a transmitir-se transgeracionalmente, quer dizer, de pais a filhos e destes a seus próprios filhos, a menos que se conscientizem desta tendência e aprendam a substituir o maltrato por o bomtrato. (Quiroz, 1998, p. 53).*

Grisi *et al* (1998,p.105) mostram uma dura realidade sobre os abusos físicos, trazendo o seguinte perfil epidemiológico:

*Só em 5% dos casos o progenitor é psicótico, 5% apresentam inadaptação social patológica e 80% dos casos são adultos responsáveis.(...) Pais que foram agredidos na infância (80 a 90%) agredem os filhos. Alguns sentem-se desesperados por não poderem agir diferente de seus pais e jogam nos filhos o ódio que sentem de si mesmos.*

Diante deste perfil, Hill (1996), através de uma revisão bibliográfica, reforça a idéia que os estudos sobre o abuso físico de crianças e adolescentes apontam que a maior parte dos maus-tratos infantis domésticos, nada mais são senão uma extensão dos modelos de punição socialmente aceitos, abrindo espaços para debates acerca da

punição física na disciplina educativa entre pesquisadores e opinião pública. A autora constata que “A punição física de crianças é a raiz de toda a agressão realizada por adultos, e que não só estimula como perpetua a violência que vemos em nossa sociedade.” (p. 12).

Esta mesma autora revela que poucas são as pesquisas sobre as práticas atuais de educação das crianças e adolescentes, sendo a punição física uma questão altamente controversa e cada vez mais associada com o abuso físico de crianças, aumentando cada vez mais o índice de violência doméstica e causando a segregação familiar. Vejamos a seguir um quadro elaborado por nós, a partir de pesquisas levantadas por Hill (1996) para termos um panorama desta problemática:

LOCAL ANO	AUTORES/ INSTITUIÇÕES	OBJETIVOS/ METODOLOGIA	PRINCIPAIS RESULTADOS
Escócia set/ 1991	System Three Scotland- para Comissão Jurídica Escocesa	Avaliação do nível geral de opinião sobre a punição corporal pelos pais. 1055 pessoas entrevistadas sobre seus pontos de vista a respeito de: (1) “bater com a mão aberta de maneira que não cause lesão prolongada”; (2) e “bater com um cinto, pedaço de pau ou outro objeto de maneira que não cause lesão prolongada”	Os resultados mostram um nível extremamente alto de aprovação a favor de bater em criança: 83% e 87% dos entrevistados, tendo em mente crianças de 3 e de 9 anos respectivamente, consideraram que deveria ser permitido por lei que um pai batesse em seu filho com a mão aberta. 68% achou que seria aceitável bater num filho de 15 anos, enquanto que 25% afirmaram que isso deveria ser ilegal. 95% considerou que não é admissível bater numa criança com objetos perfuro-cortantes. Mas no geral esta pesquisa sugere que “bater em crianças” consiste num recurso considerável como forma de disciplina, mas que formas mais extremas de punição corporal são inaceitáveis para a maioria da população inglesa.
Inglaterra 1958 (início) 1985 (repete)	Newson e Newson	Estudo sobre as práticas de educação de crianças. 700 mães entrevistadas em 2 períodos de tempo.	Este estudo descobriu não apenas a alta aceitação da punição física, mas revelou que a grande maioria (97%) utilizava a punição física para disciplinar seus filhos. Percebeu também que há uma diminuição na frequência de punições conforme aumenta a idade da criança. Os meninos parecem ser tratados de forma mais cruel e recebem as formas severas de punição física mais frequente que as meninas. Após repetir o estudo em 1985, os autores concluíram que as práticas empregadas pelos pais não mudaram, apesar da publicidade cada vez maiores sobre essas questões.

EUA 1976	Family Violence Research Program - Universidade de New Hampshire	1.146 famílias foram entrevistadas - construção de <i>Conflict Tactics Scales</i> - Perguntas: com que frequência os entrevistados haviam usado algumas técnicas (tais como discussão racional ou briga, o uso de expressões verbais ou não-verbais de hostilidade e o uso da força física ou violência) quando haviam discordado ou estavam bravos com sus filhos.	Os resultados mostraram um nível elevado de admissibilidade social do uso da punição física para resolver conflitos nas famílias americanas. (79,2%).
EUA 1988	Strauss & Gelles	Entrevistas utilizando as mesma técnica do item anterior.	Os resultados mostraram que 90% dos pais batiam em sus filhos de 3 anos de idade.
EUA 1988	Berger	Utilizando questionários com 4.695 estudantes universitários - Uso de escala na qual os estudantes indicavam suas experiências com diversas ações disciplinares, desde punições leves à graves.	Embora apenas 54% dos estudantes tenham relatado que seus pais haviam usado "disciplina física" durante a infância, 80% deles afirmaram que foram agredidos. Isso indica que "essa população não considera que a surra faça parte da disciplina física.
EUA 1990	Graziano & Namaste	Questionários com homens e mulheres - similar ao item anterior	93% dos participantes sofreram agressão em algum período na infância. A maioria dessas surras ocorreu entre as idades de 7 a 9 anos. 57% confirmaram o uso de um instrumento durante a agressão, mais comumente um cinto ou um objeto de madeira.
Suécia - 1980 - um ano após a legislação que baniu a punição corporal de crianças no país	Edfeldt	Famílias - usando o <i>Conflict Tactics Scales</i>	28% dos pais reportaram o uso de punição corporal durante o ano e 51% indicaram que haviam usado tal prática em algum momento passado. Em geral, os pais suecos parecem fazer uso da agressão (surra ou tapa) muito menos do que os pais nos EUA. (30% versus 63%, respectivamente).
Hong Kong (China) 1988	Samuda	100 estudantes universitários de todas as classes sócio-econômicas	95% tinham sofrido punição física dentro de suas casas. Este estudo concluiu que punições físicas tradicionalmente severas desempenham importantes papéis nas famílias chinesas quando a criança tem de 4 a 5 anos, como forma de garantir que estas mesmas obedecerão e se importarão com seus pais na medida em que crescem e ficam mais velhos.
Barbados (Caribe) 1989	Payne	Entrevistas com 499 sobre seus pontos de vista a respeito da punição corporal	77% aprovavam o uso da punição corporal ou achava que tal prática poderia ser útil ocasionalmente. 55% consideraram admissível bater nas nádegas de uma criança com um cinto. A grande maioria de adultos acredita que a punição corporal seja fundamentalmente benéfica a curto e longo prazo para a socialização da criança.

Tomando consciência desta panorâmica internacional, vemos que as práticas disciplinares variam muito de cultura para cultura. Entretanto, a análise deste estudioso mostra que há uma preocupação mundial sobre as práticas educativas e a punição corporal ainda é uma realidade universal vivida por crianças e adolescentes. Uma

cultura que foge à regra é a japonesa, pois não tem tradição de agressões físicas contra crianças. "Os pais japoneses tendem a usar mais o bom senso e a persuasão do que apelar para punições externas" (p. 17).

Ainda com base no quadro, notamos o predomínio de estudos quantitativos, examinando opiniões, mas não sentimentos, valores, representações, sentidos das agressões como forma educativa. Entretanto nos questionamos como é possível uma sociedade aceitar a educação da palmatória e repudiar ações extremadas quando na disciplina de crianças e adolescentes?

Em relação aos estudos brasileiros encontramos também, em dados quantitativos, a perspectiva educativa com o uso de punições físicas empreendidas pelos pais. Meneghel *et al* (1998) entrevistaram 76 famílias e constataram que em 53,9% destas há acontecimento de castigos físicos graves e verificaram que há significância estatística entre expressões de agressividade na adolescência e punição física (odds ratio= 4,3), ou seja, significa que adolescentes agressivos foram mais punidos por seus pais que os não agressivos, sendo que 30% ainda continuam recebendo castigos durante a investigação. Os autores assim terminam:

*Esta pesquisa confirmou a idéia inicial de que adolescentes agressivos na escola teriam experimentado mais episódios de violência doméstica do que os não agressivos. Contudo, o mais estarrecedor foi verificar o quanto a punição física das crianças está disseminada na sociedade e é aceito como prática disciplinar de jovens e adolescentes. (p.11).*

Constatamos que poucos são os estudos que abordam esta problemática com mais profundidade, num contexto de investigação qualitativa. Existe muitas descrições de casos clínicos e uma preocupação essencial de duas pesquisadoras, Guerra e Azevedo em nível de Brasil, mas ainda há lacunas a serem preenchidas, visto que este é um tópico difícil de se estudar, por envolver famílias, lados emotivos, pessoais e subjetivos de quem vivencia esta realidade.

De acordo com Hill (1996), métodos amostrais, com investigação de opiniões não fornecem uma estimativa precisa da ocorrência na população sobre as

práticas educativas de crianças e adolescentes. A autora alerta, ainda, que a maioria dos estudos com os pais identifica os modos predominantes de disciplina que eles empregam ou verificam a frequência de determinados comportamentos previamente categorizados.

Diante disso a nossa contribuição a esta problemática complexa e contraditória, consiste em preencher um pouco desta lacuna apresentada nos estudos, ao buscarmos entre os pais a prática discursiva contida na justificativa da agressão e a produção de sentido deste método educativo compartilhado por grupos de pais, num processo interativo, dialógico, construindo o conceito, para eles, de educar uma criança.

## **2.4 VIOLÊNCIA FÍSICA DOMÉSTICA: um problema de Saúde Pública**

As diversas formas de violência, que englobam homicídios, suicídios, violência doméstica, acidentes de trânsito, se constituem um problema que atravessa diversos setores da sociedade e do Estado, dentre eles, podemos citar a ação social, a educação, a segurança, a defensoria pública, a justiça, as associações de proteção e amparo à infância, incluindo também, o setor saúde.

É uma problemática que se projeta na saúde, e, nos últimos anos tem merecido uma preocupação da saúde pública por conta dos elevados índices de morbimortalidade e por elevar os custos da atenção terciária, incluindo o atendimento pré, trans e pós-hospitalar, já que muitas vezes as vítimas necessitam de reabilitação por conta de sequelas causadas pela violência.

Segundo a OPAS (1995), a violência adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública por conta do número elevado de vítimas e da magnitude de sequelas emocionais que produz.

*O setor saúde constitui a encruzilhada para onde confluem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, de atenção especializada, de reabilitação física, psicológica e de assistência social.(OPAS, 1995).*

Diante disso, a função tradicional da saúde perante a esta problemática tem sido diagnosticar e cuidar dos agravos físicos e emocionais, focalizando-se no paradigma curativo. Azevedo & Guerra (1989) consideram que para se diagnosticar como abuso físico devemos ter em mente quatro elementos: a intencionalidade do agressor, as consequências do ato abusivo a curto e longo prazo, o julgamento de valor de um observador e a fonte de critérios para o julgamento.

A referidas autoras explicam que a violência doméstica contra crianças e adolescentes apresenta as seguintes características:

- 1) É interpessoal, permeando todas as classes sociais, sem discriminação de cor ou sexo.;
- 2) É um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis;
- 3) É um processo de vitimização que muitas vezes se prolonga por meses e até anos, aprisionando a vontade e o desejo da criança ou do adolescente;
- 4) É um processo de maus-tratos à vítima, mantendo sua completa objetualização e sujeição;
- 5) É uma violação direta dos direitos fundamentais da criança e do adolescente como seres humanos, e, portanto, uma negação de valores essenciais como a vida, a liberdade, a proteção, e a igualdade;
- 6) “Tem na família sua ecologia privilegiada. Como esta pertence à esfera do privado, a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo”, fazendo com que as próprias vítimas sejam cúmplices do seu agressor, num pacto implícito de silêncio.

Analisando a atual Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, lançada em 2001 pelo MS, percebemos que dentre as sete diretrizes fundamentais desta política, apenas uma envolve a implementação de estratégias para a promoção e prevenção à violência. Enquanto que as outras dão enfoque maior às estratégias que condizem com o paradigma curativo, ou seja, estas diretrizes estabelecem a assistência, monitorização e estruturação do atendimento voltado às vítimas de violência.

Destacando a violência física doméstica, já que se constitui alvo do nosso estudo, trazemos o trecho em que a política propõe medidas para combater esta situação:

*Em relação à unidade familiar, as medidas estarão voltadas tanto para o reconhecimento quanto para a redução da violência doméstica envolvendo um conjunto de ações intersetoriais, tendo em conta o caráter multifatorial para a sua determinação, principalmente com as áreas da justiça e da segurança pública. Assim, o desenvolvimento pautar-se-á pela tipificação da violência sofrida, considerando que os comportamentos violentos acontecem num contexto relacional em que os sujeitos estão implicados ora como vítimas, ora como sujeito das agressões, e que as pessoas envolvidas nestas situações tendem a repeti-las, perpetuando a cadeia de agressões em que estão inseridas. (Portaria MS/GM 737, p.27-28).*

No Ceará, observamos também, o acompanhamento da mesma política, com uma implementação destas medidas já em andamento, se observarmos que em abril deste ano, a Secretaria de Saúde do Estado – SESA, lançou em 2002 o prontuário único familiar para as equipes de saúde da família, contendo, entre muitos formulários, uma ficha para a notificação de maus-tratos, como forma de detecção precoce deste agravo.

Entretanto, percebemos que estas políticas trazem em sua essência, a demanda de recursos para a fase de diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação das crianças vítimas de violência. Consideramos que tal política promove em maior grau as ações da atenção secundária e terciária, em detrimento das ações de promoção, prevenção da violência.

Minayo e Souza (1997, p.523) consideram que o setor saúde precisa buscar ultrapassar este enfoque apenas curativo e definir uma maior quantidade de estratégias preventivas destes agravos, tendo por base o conceito ampliado de saúde, num aspecto não só individual, mas também coletivo. As autoras destacam ainda, a importância da **epidemiologia** como fatia do conhecimento que tem contribuído bastante para entendimento da complexidade que é o fenômeno da violência. Trazendo a proposta de vigilância à violência, a epidemiologia propõe uma orientação mais ética, “ voltada para a prevenção do que pode ser evitado e não apenas para a intervenção no que é tolerado.”

### **3 - O PROBLEMA DA PESQUISA**

Nessa ciranda de idéias, a história nos ensina a compreender de uma forma mais clara como a sociedade atual se comporta frente à educação autoritária e o abuso infantil. Percebemos que é socialmente aceito quando um pai puxa a orelha de seu filho, trazendo-o com força para dentro de casa, ou quando uma mãe bate na criança num ônibus para que ela fique quieta. Entretanto, a mesma sociedade rejeita, repudia quando uma criança é trazida para o hospital mutilada ou espancada e rompe-se com o complô do silêncio, revelando que o agressor fora seu pai ou sua mãe.

Uma hora o disciplinamento corporal é aceito socialmente, outra, é considerado crime. O Estado e a sociedade civil preocupam-se e intervém quando as crianças vitimizadas por seus pais sofrem risco real de vida. Entretanto, permitem a existência e a manutenção de uma pedagogia que utiliza as palmadas como forma de disciplinar jovens e crianças. E como podemos então, discernir a palmada que educa e a palmada que fere, que machuca? O que os pais pensam e como avaliam a educação que estão dando aos filhos?

### **4 - OBJETIVOS**

#### **4.1 OBJETIVO GERAL**

- Compreender a significação atribuída ao castigo físico corporal e/ou psicológico como método educativo adotado pelos pais;

## 4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar os principais conceitos das práticas educativas nas famílias;
- Identificar as práticas educativas adotadas pelos pais de baixa renda;
- Investigar os fatores que interferem na educação dos filhos;
- Conhecer as experiências, sentimentos, definições, atitudes e opiniões dos pais acerca da educação de seus filhos;
- Conhecer de que modo os pais avaliam a educação recebida por seus próprios pais e a educação que dão a seus filhos;

## 5 – METODOLOGIA

Pode ser compreendida como um “conjunto de pressupostos sobre a realidade”, que se utiliza de um instrumental constituído por uma série de conceitos, pelo treinamento do olhar e do perceber e por técnicas claras de coleta dos dados.(Victoria et al, 2000).

A Metodologia é, senão uma trilha a ser percorrida, na qual escolhemos os conceitos, as técnicas, as ferramentas, as estratégias mais adequadas para buscarmos as respostas às nossas indagações. Apresentamos, agora, detalhadamente o caminho seguido para que alcançássemos nossos objetivos.

### 5.1 - TIPO DE PESQUISA

Este estudo, que se preocupa em compreender o significado da educação da palmatória, penetra no domínio da investigação qualitativa. Isto porque este tipo de pesquisa oferece técnicas para que obtenhamos respostas em profundidade acerca do que as pessoas pensam e sentem sobre a problemática apresentada.

Conforme Gonzalez Rey (1999, p.53) a definição

*de nosso objeto de estudo em termos qualitativos está associada com sua própria natureza ontológica, que ao definir-se em termos de sentidos subjetivos e processos de significação, conduz à definição de unidades complexas para seu estudo, qualitativamente diferentes das usadas na epistemologia quantitativa.*

Dessa forma, é através da pesquisa qualitativa que se produz idéias e conceitos, considerando três princípios fundamentais: a produção **construtiva-interpretativa**, em que a investigação qualitativa não representa apenas “uma suma de fatos definidos por constatações imediatas do momento empírico”, mas envolve um processo de construção “diferenciado que dá sentido a diferentes manifestações concretas” e particulares do sujeito estudado; o **caráter interativo** entre investigador-investigado, entre os sujeitos investigados, como uma condição essencial do processo de produção do conhecimento, sendo um “atributo constituinte deste processo no estudo dos fenômenos humanos”; e a **significação da singularidade**, constituindo como um “momento diferenciado e subjetivado, o qual aparece como individualidade na condição de sujeito.” (Gonzalez Rey, 1999, p. 37-40).

Conforme Minayo (1998) a pesquisa qualitativa torna-se importante para:

1 – Compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos, cotidianos e polêmicos, no nosso caso, o fenômeno da violência física doméstica;

2- Compreender as relações entre atores sociais, no âmbito das instituições e movimentos sociais, que no caso, a família é o foco em estudo; e

3 – Avaliar as políticas públicas e sociais em sua formulação, aplicação técnica e dos usuários a quem se destina, entendendo que as atuais políticas para enfrentamento deste problema, que neste estudo são contempladas.

Em nosso contexto, na pesquisa qualitativa propõe-se amplos espaços de reflexão e discussão para a realidade vivida, tal como ela é definida e qual o sentido e significado a ela dado pelos próprios atores.

*Ninguém pode passar por cima da própria vida e muito menos dos próprios sofrimentos, por menor que eles sejam, sem que para eles busque, de alguma forma, sentido. Nessa busca de sentido, surge a atitude crítica, com a não aceitação do sofrimento, da incoerência, e, muito menos, de idéias e sentimentos do cotidiano para, de forma positiva, interrogar 'o que são as coisas, as idéias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. (Chauí, 1994, p.12) (grifo original)*

E assim, nesta busca do sentido, a escolha deste método se adequa melhor aos objetivos propostos, tendo em vista que

*uma análise qualitativa completa interpreta o conteúdo dos discursos ou a fala cotidiana dentro de um quadro de referência, onde a ação e a ação objetivada nas instituições permitem ultrapassar a mensagem manifesta e atingir os seus significados latentes. (Mínayo & Sanches, 1993, p.246)*

A pesquisa qualitativa trabalha não só com depoimentos, mas também com instrumentos que revelam o cotidiano, situações reais, conceitos de grupos e relações sociais. Este método, faz com que o investigador trabalhe com subjetivo do ser humano, levando a investigação como algo a ser descoberto, dentro de normas e técnicas maleáveis no campo científico.

É válido salientar que consideramos, aqui, subjetividade como sendo um

*Complexo sistema de significados e sentidos subjetivos produzidos na vida cultural humana(...) É um sistema processual, plurideterminado, contraditório, em constante desenvolvimento, sensível a qualidade de seus momentos atuais, a qual tem um papel essencial nas diferentes decisões do sujeito em cada um dos momentos de seu desenvolvimento." (Gonzalez Rey, 1999, P. 42-42).*

Desta forma, a subjetividade faz parte da constituição humana,<sup>1</sup> expressa através dos sentimentos, das emoções, da forma de pensar, das representações e que se estabelece no indivíduo e no coletivo, havendo uma reciprocidade entre ambos, ou seja, a subjetividade individual permite gerar processos dotados de sentido e significações

que modificam a subjetividade social, acontecendo o mesmo no processo inverso. (Gonzalez Rey, 1999).

Para tanto, partimos do pressuposto que o

*Sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. (Spink & Medrado, 1999, p. 41).*

Vemos, então, que diante das mudanças que vem ocorrendo nas famílias, nas relações de gênero, nos estilos de educação, entre outras mudanças já relacionadas, os pais compartilham em nível coletivo as novas perspectivas de entender e educar uma criança e a maneira como procuram ‘justificar’ seu ato agressivo em defesa de uma educação, em nome da autoridade que lhes é ‘permitida’.

Buscar a compreensão de tudo isso, dentro de um espaço subjetivo, com sujeitos sociais, complexos requer a seleção adequada dos informantes para a pesquisa. Vejamos então quem foram os escolhidos e de que forma os escolhemos.

## 5.2 – OS SUJEITOS DO ESTUDO

Os sujeitos escolhidos foram pais (mães e pais) que adotam a educação autoritária e se utilizam de castigos físicos e/ou psicológicos como instrumentos educativos, bem como pais/mães, que vivem em condições semelhantes, mas que não batem em seus filhos, utilizando outro estilo de educação. Procuramos explicitar como e porque estes pais educam de outra forma e como elaboram a prática discursiva em torno do modelo adotado no processo educativo de seus filhos.

Inicialmente, realizamos um estudo preliminar na comunidade do Pirambu (bairro da periferia de Fortaleza-CE) com famílias de baixa renda ligadas ao Projeto de Extensão da Universidade Federal do Ceará 4 Varas. O objetivo principal foi investigar os modelos de educação presentes nestas famílias. Neste primeiro contato com o campo, tivemos a colaboração dos acadêmicos do sexto semestre de medicina, o que facilitou a

identificação das famílias para o nosso estudo. Além disso, este bairro apresenta altos índices de violência urbana.

Tivemos como ponto de partida as crianças que estudam na escolinha de pintura pertencente ao projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará - UFC, denominado 4 Varas. Com permissão das professoras, perguntamos às crianças diretamente, quem apanhava em casa e pedimos que nos acompanhassem até suas casas. Após apresentação do pai, mãe ou responsável a criança retornou à escolinha e nós ficamos explicando aos pais o motivo de nosso trabalho, indagando-os sobre o seu consentimento em participar da pesquisa. Na escolinha encontramos 12 crianças com faixa etária variando entre 04 até 12 anos. Destas, apenas 02 crianças não apanhavam em casa. Conseguimos o consentimento de 09 pais destas crianças. Um fato que nos causou surpresa foi que elas não tinham vergonha em nos falar da rotina vivida, mas ao nos guiar até em casa, algumas apenas apontavam a entrada e voltavam imediatamente, pois tinham receio de represália por parte dos pais.

Sabemos que apresentar somente a perspectiva dos pais vai nos possibilitar uma visão parcial da problemática, já que o ideal seria conhecer também o que crianças e adolescentes pensam e sentem em relação a educação que lhes é dada. Entretanto por motivos operacionais (tempo e recursos financeiros) estabelecemos apenas os pais como informantes para a pesquisa agora realizada.

Na tentativa de encontrar a heterogeneidade de significados, outro grupo de sujeitos da nossa pesquisa foram pais que perderam a guarda de seus filhos porque exageraram no castigo físico, e, por isso respondem processo na justiça. Buscamos, portanto, estes sujeitos no SOS-Criança, entidade governamental Estadual que intervém diretamente quando a criança corre algum tipo de risco, seja por maus-tratos físicos, abuso sexual, abandono, fuga, desabrigados, etc.

Na época da coleta de dados, havia nas casas-abrigo do SOS-Criança 52 crianças, destas, 11 eram vítimas de maus-tratos físicos, entretanto somente 06 residiam na capital Fortaleza-CE. O restante provinha do interior do Estado. Havia um grande número de crianças desabrigadas por conta das enchentes que ocorriam no período. Os

06 pais destas crianças foram por nós procurados. Destes, 02 recusaram-se de imediato a participar de nossa pesquisa. Um disse que participaria, mas depois de algumas desculpas, recusou-se, alegando que perderia de vez a guarda de suas filhas caso falasse alguma coisa. É válido ressaltar que por algumas vezes insistimos com este pai, visitando-o, conversando, explicando os motivos reais da pesquisa, mas em nada modificou a posição do sujeito. Obtemos, então, 03 pais que contribuíram conosco.

Esclarecido sobre quem são nossos sujeitos, vamos, então, a coleta dos dados.

### 5.3- TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

De acordo com a perspectiva psicossocial, Spink & Medrado (1999) afirmam que a produção de sentidos não se constitui em uma atividade cognitiva intra-individual, nem tampouco numa pura e simples reprodução de modelos predeterminados. A produção de sentidos “é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso”. (p. 42).

Nesta linha de pensamento, para responder aos questionamentos, optamos por duas formas de coleta de dados: a entrevista em profundidade e o grupo focal. Tanto a entrevista, como o grupo focal possibilitou a entrada no universo dos sujeitos, respaldada pelo uso da linguagem adequada ao entendimento claro e objetivo, servindo como veículo para a obtenção dos dados.

Por se tratar de um tema com alta carga emocional, com a subjetividade, com laços familiares, a entrevista em profundidade foi a opção mais viável de modo que contemplasse todos 03 grupos de sujeitos. Isto se deve ao fato de que o diálogo intenso e sigiloso entre entrevistador e informante forneceu um material extremamente rico para que pudéssemos analisar. Por muitas vezes interrompemos as entrevistas por conta da emoção dos participantes, que se transmitiam através do choro, fato comovente neste relato de pesquisa. É difícil quando se toca no assunto família, surpreendendo-nos quando o mais fechado dos sujeitos veio as lágrimas ao lembrar de sua infância.

Realizamos um total de 12 entrevistas em profundidade, das quais 07 foram na comunidade com os pais que educam batendo, 02 com os pais que não educam batendo e 03 com os pais do SOS-Criança.

Para efeito didático, classificaremos assim estes três grupos:

<b>GRUPO I</b>	Pais que se utilizam da educação autoritária com maus-tratos, agressões, punições ou abusos físicos e moram na comunidade com suas crianças
<b>GRUPO II</b>	Pais que se utilizam da educação autoritária com maus-tratos, agressões, punições ou abusos físicos, estão respondendo processo na justiça e perderam a guarda de suas crianças
<b>GRUPO III</b>	Pais que NÃO se utilizam da educação autoritária, não agridem seus filhos e vivem na mesma comunidade com seus filhos

A coleta de dados foi realizada no período de janeiro a agosto de 2001. O número de visitas às casas dos informantes variou entre 03 a 06, e o tempo de entrevista de 30 a 75 minutos.

O grupo focal foi programado para se realizar com os três grupos de pais por se tratar de uma técnica que

*prevê a obtenção de dados a partir de discussões cuidadosamente planejadas onde os participantes expressam suas percepções, crenças, valores, atitudes e representações sociais sobre uma questão específica num ambiente permissivo e não-constrangedor. (Westphal et al, 1996, p. 473).*

Os mesmos autores esclarecem que a utilização de sessões de grupo como técnica de pesquisa é recomendada por oferecer uma possibilidade para pensar e discutir coletivamente uma temática que faz parte do cotidiano, da vida das pessoas reunidas.

Entretanto, o grupo focal só foi possível em um grupo: os pais da comunidade que educam com maus-tratos físicos. Isto porque na comunidade não encontramos número suficiente de pais que educam seus filhos sem agressão física. Além disso, no SOS-Criança, dos 06 pais localizados e convidados a participar, apenas 02 compareceram na data e horário marcados, e somente, na segunda vez agendada.

A equipe de profissionais do SOS-Criança, após ofício de apresentação do mestrado da UFC e cientes dos objetivos e da importância da pesquisa, disponibilizou,

os recursos necessários para a coleta dos dados, como o carro com motorista para visitar as casas dos pais, os prontuários, estagiária para auxiliar nos contatos, sala para a realização das entrevistas e do grupo focal.

Os instrumentos de coleta de dados foram:

- roteiro de entrevista semi-estruturado com perguntas abertas, dividido em 05 partes principais: identificação; história da infância, no qual o sujeito explanava sobre o modo como fora educado e suas lembranças da infância; ser pai ou mãe; a educação dos filhos, a rotina de casa; e os problemas/dificuldades enfrentadas no processo educativo. (anexo N°I)

- roteiro de questões ou guia de temas previamente elaborado para ser debatido nas sessões grupais, levando em consideração que o objetivo era promover e instigar o debate, a troca de idéias e não somente um conjunto de perguntas e respostas. “O guia de temas é uma lista de temas ou de questões que tem de tratar no grupo focal. É um aspecto de sumária importância da investigação em grupo focal”. De acordo com Debus (1988, p. 41) que preparou um *Manual para Excelência na Investigação Mediante grupos Focais* em espanhol, adotamos o método não diretivo de moderação que utiliza perguntas abertas para facilitar a expressão livre dos participantes, reduzindo ao mínimo a influência do facilitador. Dessa forma, por se tratar de um tema bastante complexo e controverso, adotamos este estilo de grupo focal semi-estruturado, permitindo o envolvimento dos participantes, suscitando o debate, sem contudo desvirtuar o assunto para outros problemas familiares não relacionados à temática da pesquisa. (anexo N° II)

O Grupo focal na comunidade com os pais que educam com base na palmatória foi realizado em 23 de abril de 2001, no espaço do projeto 4 Varas, contando com a presença de 07 mulheres com idades variando de 22 a 62 anos. Todas já tinham passado pela etapa da entrevista. Este grupo teve a duração de 60 minutos, sendo filmado e gravado com a permissão espontânea de todas as participantes. Além disso, foi facilitado por nós, contando com a colaboração de uma observadora do grupo com o

intuito de que nenhum fato importante fosse perdido e suas observações complementaram os dados desta etapa.

Durante a fase de coleta dos dados, fomos transcrevendo simultaneamente as entrevistas e sentindo a necessidade de complementação com outras informações. Após a finalização da coleta dos dados, pois já tínhamos em quantidade suficiente para análise e já havia repetição das informações, todo material foi transcrito e revisado.

As principais facilidades encontradas na coleta dos dados foram: a ligação das famílias ao projeto 4 Varas e boa receptividade e disposição em colaborar pela maioria dos sujeitos, excetuando uma mãe que nos atendeu na porta de casa, não permitindo a entrada da equipe. No SOS-Criança os profissionais se colocaram a disposição para ajudar no que fosse necessário. As dificuldades na comunidade caracterizaram-se pela ausência dos pais que estavam trabalhando, ou procurando emprego. No SOS-Criança, a distância e os endereços confusos dificultaram alguns contatos e a recusa em participar por alguns dos pais selecionados.

#### **5.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA**

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa seguimos as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo seres humanos aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde, Resolução 196 (1996)-(INFORME EPIDEMIOLÓGICO-1996). Fundamentada em documentos internacionais, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado. A Resolução incorpora os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros.

Desta maneira, respeitamos a adesão voluntária de cada participante, após esclarecimento dos objetivos do estudo e a garantia do sigilo da identidade de cada informante. As sessões foram gravadas e transcritas para o registro fiel das informações conforme autorização verbal e escrita dos participantes. No SOS-Criança houve a utilização de um instrumento legal que convocava a presença do pai/mãe à entidade, mas nem mesmo com este instrumento foi possível realizar o grupo focal.

## 5.5 - A ANÁLISE DOS DADOS: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Após a coleta dos dados, de posse de todo material, transcrito e revisado, procedemos à análise qualitativa e redação final deste empreendimento, contribuindo para aumentar a bagagem de conhecimento acerca da educação e das relações entre pais e filhos, provocando debates, incitando novas propostas, idéias, hipóteses para pesquisa.

Tendo como pano de fundo o construcionismo, nosso estudo está pautado na produção de sentidos por meio da análise das práticas discursivas. Segundo Spink & Frezza (1999) a proposta de estudar a produção de sentido representa uma força poderosa e inevitável da vida em sociedade e, buscar entender como se dá sentido aos eventos do nosso cotidiano faz com que novos horizontes se abram e novas perspectivas possam ser consideradas.

Segundo Pinheiro (1999, p.193)

*Vivemos num mundo de sentido conflitantes e contraditórios. Lidamos não com o sentido dado pelo significado de uma palavra ou conceito que espelham o mundo real, mas com sentidos múltiplos, o que nos leva à escolha de versões entre as múltiplas existentes. Lidamos com uma realidade polissêmica e discursiva, inseparável da pessoa que a conhece.*

As bases do construcionismo encontramos em Berger e Luckmann em seu livro *A Construção Social da Realidade*, publicado originalmente em 1966. É válido ressaltar que utilizamos apenas algumas idéias e conceitos sobre esta teoria no processo de análise, não sendo, portanto, nossa pretensão aprofundar e utilizar a linguagem específica.

Desta forma, o construcionismo parte do pressuposto que a realidade é socialmente construída, apoiando-se em três conceitos principais: a tipificação, a institucionalização e a socialização, visto como processos.

No conceito de **tipificação**, estes teóricos propõem que a “sociedade é um produto humano”, sendo algo interativo à medida em que a “base da realidade da vida cotidiana são as interações face-a-face em que o *outro* é apreendido a partir de esquemas tipificadores”. No processo de **institucionalização**, estes esquemas tornam-se comuns, habituais com o decorrer “das gerações e, como hábitos, adquirem autonomia e institucionalizam-se”, como por exemplo não fato da educação dos filhos com punições físicas ser algo visto quase ‘natural’, algo que é socialmente aceito e compartilhado. Neste processo, a realidade torna-se subjetiva e é internalizada e compartilhada através da **socialização primária e secundária**, caracterizando o ser humano como um produto social em constante transformação, dinâmico e capaz de enfrentar rupturas, gerando novos processo de ressocialização e tornando o não familiar em familiar, habitual, comum. ( Spink & Frezza, 1999, p. 25-26).

Nesta perspectiva, “A investigação sócio-construcionista preocupa-se sobretudo com a explicação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem, explicam ou dão conta do mundo (incluindo a si mesmos) em que vivem”, ou seja, como as pessoas dão sentido ao mundo, à realidade vivida. (Gergen citado por Spink & Frezza, 1999, p.26).

E assim, as práticas discursivas constituem o foco central de análise na abordagem construcionista. Neste caminhar, as práticas discursivas caracterizam ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, entre outros aspectos que constituem uma variedade de produções sociais. Estas práticas possibilitam um caminho privilegiado para entender a produção de sentidos no cotidiano das pessoas, dos grupos, das famílias, nas relações pais e filhos. “Podemos definir, assim, as práticas discursivas como linguagem em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas.” (Spink & Frezza, 1999, p. 45).

Conforme Spink & Menegon (1999) dar sentido ao mundo é uma atividade desenvolvida nas relações que fazem parte do dia-a-dia, permeado por práticas discursivas construídas a partir de uma diversidade de vozes.

*As idéias com as quais convivemos, as categorias que usamos para expressá-las e os conceitos que buscamos formalizar são constituintes de domínios diversos (da religião, da arte, da filosofia, da ciência), de grupos que nos são mais próximos (famílias, escola, comunidade, meio profissional, etc) e da mídia em geral. (p. 63).*

Seguindo esta base teórica, daremos fundamento no processo de análise dos dados que obtemos, aliada à literatura específica dos processos educativos autoritários e da utilização de punições física contra crianças e adolescentes.

Em termos de operacionalização da fase analítica, tendo como referencial o rigor científico como a “possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo” e a interpretação, buscamos sistematizar o processo de análise das práticas discursivas utilizando os mapas de associação de idéias com o objetivo de dar visibilidade ao processo de interpretação.

*Os mapas têm o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção lingüística, dos repertórios utilizados nessa construção e da dialogia implícita na produção de sentidos. (Spink & Lima, 1999,p.107)*

Cada entrevista foi organizada em sua íntegra num mapa de associação de idéias que teve como eixos:

TEMA GERADOR	ASPECTO COGNITIVO	ASPECTO EMOCIONAL	IMAGINÁRIO SOCIAL	UNIDADE DE SIGNIFICAÇÃO

O **Tema gerador** concebido como o assunto, a pergunta norteadora que deu início ao relato. No **aspecto cognitivo** inserimos a parte do diálogo que descreve, explica o fenômeno, como o fato é visto no discurso do sujeito. No **aspecto emocional**, selecionamos a parte da entrevista em que o informante caracteriza alguma expressão de sentimento, atribui ao fato algum julgamento de valor ou adjetivo. No **imaginário social** coube a parte da discurso em que o sujeito se utiliza de ‘justificativas’ presentes no meio social para explicar o fato. E na **Unidade de significação** é a tradução/nomeação do significado daquela explicação fornecida pelo sujeito em relação a sua realidade, às suas emoções.

Após a confecção dos 12 mapas de associação de idéias, além do mapa do grupo focal, classificamos as unidades de significação, após um mergulho, um contato de maior profundidade nos mapas. A partir daí foram construídos os diagramas de significação. Estes são a representação gráfica dos discursos, formados por trechos dos diálogos que visam ao entendimento das razões que norteiam as atitudes manifestadas pelos indivíduos, ou seja, as suas práticas discursivas frente a educação de seus filhos e os maus-tratos físicos na infância.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 6.1 – PERFIL DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

De acordo com os Indicadores e Dados Básicos para a Saúde – IDB/2001 lançados pelo M.S. com apoio da OPAS, define-se como indicadores sócio-econômicos: a taxa de analfabetismo, escolaridade inferior a 4 anos de estudo; renda familiar e taxa de desemprego. As condições de moradia também representam um forte indicador para classificação de classe social. Analisemos o quadro seguinte:

Quadro 01: Caracterização sócio-econômica e cultural dos entrevistados  
Fortaleza-CE, 2002

Grupo	Entrevistado(a)	S	Id	Escolaridade	Estado Civil	Tipo de família	Renda familiar *	Moradia	Nº. Filhos	Ocupação
I	01. M.S.C	F	60	1º grau incomp	Viúva	Monoparental	+ 2 SM	3 cômodos – Tijolos s/ reboque, s/ instalações HS**	6	Costureira
	02. N.S.C	F	22	1º grau incomp	Casada	Nuclear	- 4 SM	4 cômodos – tijolos rebocada, s/ instalações HS	4	Auxiliar de Laboratório
	03.F.P.G	F	23	1º grau comp	Casada	Nuclear	3 SM	4 cômodos – tijolos s/ reboque, c/ instalações HS	2	Dona de casa
	04. I. AS.	F	29	1º grau incomp	Casada	Reconstituída	2 SM	2 cômodos – tijolos s/ reboque, s/ instalações HS	2	Dona de casa
	05. F.M.T.	F	51	Analfabeta	Casada	Nuclear	3 SM	3 cômodos – tijolos rebocada, s/ instalações HS	5	Dona de casa
	06. M.J.S	F	62	Analfabeta	Casada	Nuclear	- 3 SM	3 cômodos – tijolos s/reboque, s/ instalações HS	12	Dona de casa
	07. AF.T.	F	34	1º grau comp	Solteira	Monoparental	4 SM	2 cômodos – tijolos rebocada, c/ instalações HS	2	Vendedora
II	01. F. A	M	58	1º grau incomp.	Casado	Reconstituída	3 SM	2 cômodos – tijolos , s/ instalações HS	5	aposentado
	02. B.C.	M	38	1º grau comp	Divorc.	Monoparental	- 3 SM	2 cômodos – tijolos , s/ instalações HS	2	Desempregado
	03. M. C.M.S	F	29	1º grau incomp.	Casada	Reconstituída	- 3 SM	3 cômodos – tijolos s/ instalações HS	2	Manicure
III	01. F.OS.	F	26	1º grau incomp.	Casada	Reconstituída	3 SM	3 cômodos – tijolos , s/ instalações HS	4	Doméstica
	02. M.E.C.	F	32	1º grau comp	Casada	Nuclear	2 SM	2 cômodos – tijolos , s/ instalações HS	4	Doméstica

\*Hoje, dia 22/06, o valor de 01 salário mínimo corresponde a R\$ 200,00 e a US \_\_\_\_\_ dólares americanos

\*\*HS – Hidro-Sanitárias

Foram entrevistadas 12 pessoas, distribuídas pelos grupos de pais. Destas 10 ou eram do sexo feminino e 02 do masculino, com idades variando de 22 a 62 anos. Realidade esta que está de acordo com a literatura consultada em que demonstra que a mãe tende a bater com maior freqüência, e o pai utiliza maior intensidade de força para castigar seu filho.

Em relação aos estudos, 02 afirmaram que nunca haviam estudado, nem sabiam ler ou escrever e os que haviam estudado, somente 04 afirmaram ter 1º grau completo, mostrando o baixo grau de escolaridade destas famílias. Um outro fator agravante é que 06 não exercem atividade remunerada, ou seja, são domésticas, donas-de-casa, e 01 está desempregada. A renda familiar variou de 02 a 04 salários mínimos (SM), o que representa uma renda baixa para prover toda uma família.

A grande maioria era casada. Quatro eram formadas por famílias reconstituídas, com os cônjuges vindo de outros casamentos. Consideramos casados aqueles que viviam mais de 02 anos juntos, com oficialização ou não do casamento. Três famílias monoparentais, duas eram maternas, ou seja constituídas por mãe e filhos e uma paterna (pai e filhos). As cinco famílias restantes eram do tipo nuclear (pai, mãe e filhos)

Os componentes familiares variou de 03 a 14 pessoas numa mesma casa, com número de filhos entre 02 a 12. As condições de moradia revelaram a péssima qualidade de vida das pessoas, com casas pequenas, apertadas, sem instalações hidrosanitárias (HS) (10) com deficientes condições de higiene e limpeza.

Na literatura consultada, percebemos que o fenômeno da violência física de pais/mães contra seus filhos permeia todas as classes sociais. Entretanto, ela pode ser mais visível, observada e denunciada nas famílias que pertencem a extratos sociais economicamente inferiores.

Neste contexto, encontram-se pessoas desempregadas ou com trabalhos essencialmente manuais com baixa remuneração. Na sociedade capitalista em que

estamos inseridos, o trabalho é condição vital para a sobrevivência familiar, tendo os pais como principais provedores.

Dessa forma,

*o desemprego, pelas conseqüências que acarreta, pode engendrar atividades violentas do pai quanto aos filhos, uma vez que ele se vê despossuído da característica fundamental que o qualifica como responsável pela manutenção do lar: a função econômica. (Guerra, 1998, p.142).*

É válido ressaltar que dos dois pais do grupo II, um está desempregado, é alcoólatra e, o outro é aposentado.

Outro ponto importante a ser considerado é a habitação. As precárias condições de moradia, com aglomerado de pessoas em poucos cômodos reflete a realidade das famílias aqui estudadas. O que encontramos foram verdadeiros aglomerados familiares formados pela sobreposição de casas e aproveitamento de espaços mínimos que não foram planejados. E o que isto interfere nas relações pais e filhos?

Segundo Mello (2000, p.58) é preciso ampliar os horizontes e perceber que fatores como desemprego e moradia são desencadeantes de conflitos. Basta tomar as habitações como ponto de referência do nosso olhar e reflexão.

*Lado a lado com a conquista diária do alimento, sempre escasso, conquista-se um espaço no interior das casas pequeníssimas, um lugar nas camas e colchões compartilhados com muitos irmãos. Nas casas, eles estão, literalmente, jogados uns sobre os outros e, o que é importante, jogando seus sentimentos, sejam os fortes sentimentos de afeto ou, os igualmente fortes, de raiva e frustração.*

As diferenças entre classes sociais é um fato. Vários estudos afirmam que a educação da palmatória é uma realidade que permeia todas as classes sociais. Wadson citado por Hill (1996) argumentou que muitas pesquisas realizadas demonstraram uma relação existente entre a pobreza dos pais, o alto nível de *stress* e o largo uso de uma disciplina mais cruel. Enquanto que o rico se preocupa com o excesso de atividades que

possui, o pobre se estressa com a ausência do alimento diário, com a luta pela sua sobrevivência e de sua família. O que muda, então, são os fatores desencadeiam os conflitos, a frequência e a intensidade da força empregada contra a criança.

Tomando por base este perfil sócio-econômico dos sujeitos, apresentamos, no próximo tópico, os resultados obtidos a partir dos modelos teóricos construídos resgatando tanto elementos da literatura estudada como também das práticas discursivas dos sujeitos entrevistados.

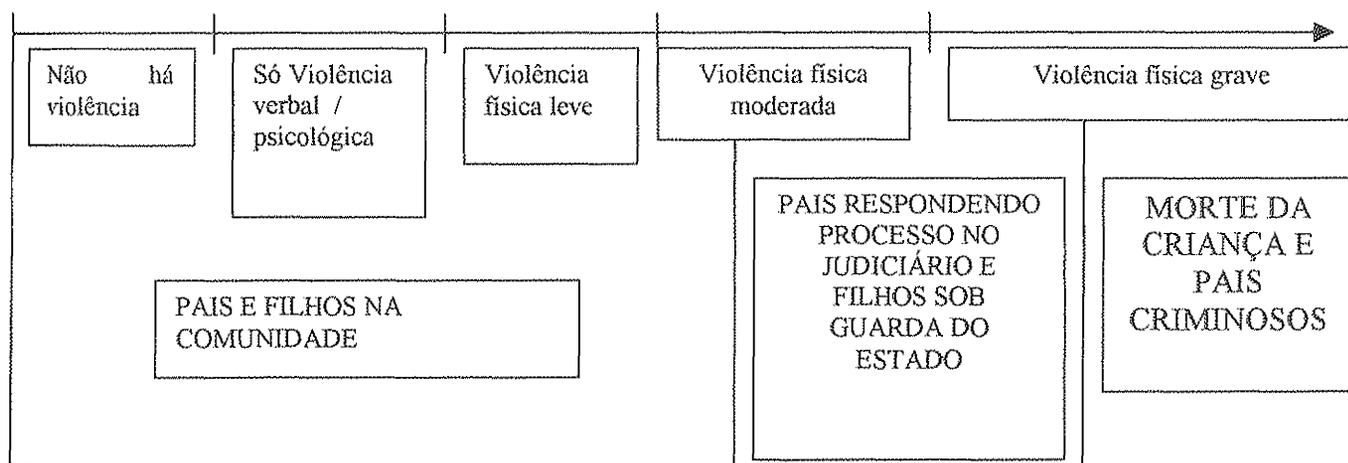
## 6.2. ANÁLISE DOS MODELOS TEÓRICOS E PRODUÇÃO DOS SENTIDOS

Para percebermos o entrelaçamento da análise dos dados levantados, elaboramos o modelo teórico de análise I que sintetiza os principais conceitos adotados nesta pesquisa. Já o modelo teórico de análise II, que veremos em seguida, servirá de guia da análise.

### 6.2.1 MODELO TEÓRICO I

#### EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS BASEADAS NO CASTIGO FÍSICO

##### PRÁTICAS EDUCATIVAS



Ao definir os três grupos de pais para compor nossa pesquisa, partimos da idéia de que as práticas educativas nas famílias evoluem progressivamente. No início não há violência, até culminar com a situação eminente de vida para a criança, ou, em casos extremos, a fatalidade. Nas famílias democráticas encontramos momento sem violência, e nas famílias autoritárias que utilizam o emprego da força física para educar

suas crianças encontramos variadas as formas de violência, o que nos possibilitou elaborarmos este modelo teórico I.

Compreendemos que as relações familiares são complexas e, o que expomos aqui, é apenas uma forma didática encontrada para melhor esclarecermos as definições utilizadas para a análise desta pesquisa.

Conforme Hill (1996, p.26) há uma

*associação substancial entre os estilos de disciplina adotados pelos pais e o abuso físico de crianças". Explica que alguns estudos têm sugerido que "90% dos casos de violência ilegítima contra a criança é simplesmente uma extensão dos modelos de punição admissíveis socialmente.*

Azevedo & Guerra (2001, p.26) colocam que "toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal, representam um só *continuum* de violência." Ou seja, a punição física de crianças é considerada violência, mesmo sendo chamada a punição mais leve (tipo palmada no bumbum), já que tem implicações de dor física. Dessa forma, uma simples palmada pode representar uma porta aberta para quadros de violência mais graves conforme observamos no esquema II.

Reforçando este ponto, Paranhos (2001,p.90) afirma que uma simples palmada não é um bom instrumento de disciplina, porque, aos poucos, a criança teme menos a agressão física. Ela afirma que " com o tempo, a tendência dos pais é ainda bater mais, na busca dos efeitos que haviam conseguido anteriormente". (Grifo nosso).

E é exatamente nesse bater mais e mais forte que a violência física vai aumentando até extrapolar os limites 'toleráveis' de violência pelas instituições da sociedade ou até a morte da criança, como tem ocorrido em alguns casos. Mas qual é o limite?

Para analisar e definir os conceitos do modelo teórico I, partimos do ponto zero, momento em que **não há violência**, vivido pelas as famílias encontradas e classificadas como democráticas, nas quais há o diálogo como base das relações pais e

filhos e não há agressão física com o intuito de educar, com o poder disciplinador. Vejamos o depoimento de uma senhora, ao indagarmos sobre a forma que educa seus filhos:

*“Eu acho que é conversar bastante. Conversar, incentivar a estudar, colocar na escola, porque pobre não tem outra coisa para oferecer pros filhos, se não for os estudos. Dar amor... é importante, essas coisas é importante.”* (Grupo III).

A **violência verbal / psicológica** pode ser entendida como tortura psíquica acontecendo quando o adulto constantemente deprecia a criança em suas tarefas, bloqueando seus esforços na aprendizagem, diminuindo sua auto-estima, causando-lhe sofrimento, temor e ansiedade. (Guerra, 1998). Não há a agressão física, punitiva direta contra a criança, mas representa os gritos rotineiros, as ameaças de abandono, as discussões, os apelidos inadequados, o excesso de ‘Não’, que se configura um quadro de violência verbal/psicológica.

*“Tem hora que eu vou com carinho, tem hora que é com ignorância. É assim o dia a dia. Eu mando: vai tomar banho, ela responde. Ai começa a zuada. Ai eu chamo ela de porra, de carai, ai passo dos limites, chamo ela de rapariga.”* (Grupo I)

Nos revela uma mãe ao falar sobre o cotidiano familiar, explicitando a forma de violência verbal/psicológica. Entretanto, não encontramos na comunidade nenhuma família que eduque suas crianças somente desse jeito. Há uma combinação direta entre esta forma de violência e a violência física, como se o grito tivesse necessariamente acompanhado da palmada. E como definirmos, então a violência física doméstica?

Em busca de uma definição coerente e plausível deparamo-nos com a afirmação de Guerra (1998) em que ela coloca que, do ponto de vista científico, o aspecto conceitual de “violência física doméstica é vasto, complexo e não pacífico”. Há aqueles que defendem que só pode ser considerado como violência atos imoderados e/ou cruéis que apresentem *dano* físico para a criança, pois acreditam na eficiência da educação da palmatória. E há outros que incluem toda e qualquer medida punitiva que

agride diretamente o corpo da criança causando-lhe uma dor física, variando desde uma pequena palmada até casos severos de punição física contra a criança.

E ainda para incrementar a discussão conceitual, tanto na literatura como nas práticas discursivas dos sujeitos, há o excesso de palavras para designar o mesmo fenômeno: abuso físico, punição, síndrome, maltrato, espancamento, palmada, açoite, surra, mãozada, puxões de orelha, beliscões, cocorote, peia, entre outros, formam o conjunto de termos encontrados. Mas qual seria a diferença entre um e outro termo?

É importante deixar claro, neste aspecto, que concordamos e adotamos a posição defendida por Azevedo & Guerra (2001,p.27) que bater nos filhos como prática educativa é uma forma de violência e que “deve ser combatida, já que não é uma forma de educá-los, mas sim de **deseducá-los**”.

Assim, podemos definir **violência física doméstica** como sendo a forma adotada pelos pais principalmente nas famílias autoritárias, no qual empregam a força física contra seus filhos para impor-lhes autoridade, respeito e com o intuito de educá-los, estabelecendo uma relação de coisificação, de dominação-subordinação.

Dessa forma, a violência física doméstica varia de acordo com a intensidade, frequência e a utilização de instrumentos com os quais estes atos são empregados. Daí a diferença entre uma palmada dada com a mão e um espancamento com uma pedaço de madeira.

Voltando a análise do modelo teórico I, a **violência física leve** pode ser entendida como as palmadas no bumbum e nas mãos, os puxões de orelha, os beliscões. Algo que acontece corriqueiramente na comunidade em que pesquisamos e que é socialmente aceito por todos, justificado pelo pátrio-poder, pelo sentimento de posse da criança.

Observemos como as mães definem esta diferença:

*“É a palmada, não fica mancha. A palmada dà muito pouco, a gente dá com a mão.” (Grupo I).*

*"A palmada não dói muito, né. A peia é pegar o cinturão e dar até sair sangue. Ai dói."* (Grupo I).

*"A gente não vai dar uma pisa exagerada, mas a gente tem que bater"* (Grupo I).

Elas demonstram conhecimento da diferença entre a intensidade da violência, mas não acreditam que estão cometendo um ato que prejudica diretamente seu filho. Quando afirma que tem que bater, ela se justifica que para ser mãe e educar seu filho é necessário empregar a força física, sem contudo, exagerar.

Já a violência física moderada é mais freqüente e com intensidade maior, com surras mais demoradas, com a utilização de algum instrumento como por exemplo vara, chinelos, palmatória, chicote, entre outros. Na linguagem popular é a pisa, a surra, a peia. Observemos que no discurso há uma discreta mudança no que as mães colocam:

*"Uma pisa só vale se deixar marca. Uma pisa só de levinho não tem futuro, é melhor nem bater."* (Grupo I).

*"Só vai logo se for uma pisa mesmo. Se bater só assim, ele vem depois e diz: nem doeu, nem doeu".* (Grupo I).

Elas já defendem a utilização de uma força física maior. Nestes casos, estas famílias compõem o que chamamos grupos de risco. Isto porque há o emprego de uma violência maior em que pode culminar em denúncia, tendo em vista que é uma forma menos tolerável na comunidade e a criança corre risco de vida em seu próprio lar. A maioria das denúncias recebidas pelo SOS-Criança são de vizinhos que já não toleram mais o método educativo adotado por aquele pai ou aquela mãe.

Prosseguindo com o modelo, temos a **violência física grave**, correspondendo com a forma em que a freqüência e a intensidade das punições físicas ultrapassam os limites toleráveis, apresentando graus cruéis e severos, deixando marcas no corpo da criança, gerando inúmeras internações hospitalares e, culminando com a perda da guarda da criança, ou em alguns casos mais sérios, com a sua morte. É o que chamamos de espancamento.

E encontramos famílias que se utilizam da violência física grave tanto no SOS-Criança, como também na comunidade. Vejamos os depoimentos:

*“ Tem que deixar a marca, que é para se lembrar, se tocar que ele não deve mais fazer o que fez, porque apanhou por causa daquilo. Cada vez que ele olhar pro braço, ou para perna, onde for, ver a marca, aí não faz mais.” (Grupo I).*

*“Tem mais efeito a pisa, o cinturão. E só resolve se deixar a marca. Deixar a marca para se tocar que não deve mais fazer o que fez.” (Grupo I).*

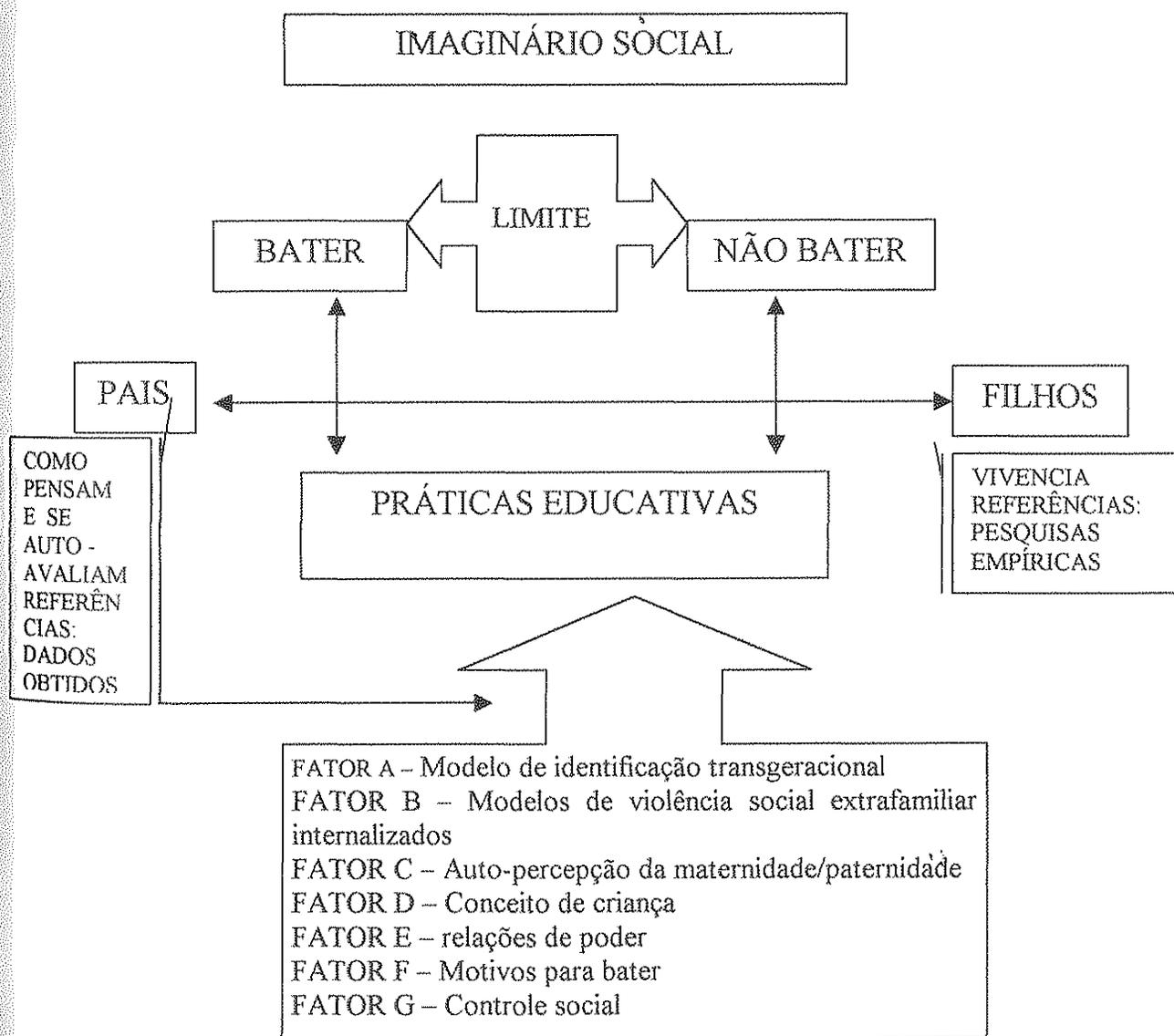
*“Todo pai tem obrigação. Tem que ter obrigação de dar umas boas lapadas no filho.” (Grupo II).”*

Discursos que defendem e mostram a vivência de uma prática educativa que têm por base a violência física doméstica grave, em que a criança está diretamente vivendo uma situação de risco, tanto mórbida como fatal.

Em síntese, ao colocarmos que as formas de violência física são crescentes e evoluem na medida em que uma simples palmada não cumpre mais o efeito esperado, percebemos que as nossas famílias entrevistadas, tanto do grupo I como do grupo II, consideram que o ato de bater nos filhos é uma importante alternativa, um remédio infalível para curar “os vícios da malcriação”, um método adequado que serve para impor a ordem e manter a relação de dominação-subordinação.

## 6.2.2 - MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE II

Apresentamos o modelo teórico construído que serviu de guia de análise dos principais fatores identificados a partir dos discursos dos sujeitos. Este modelo representa a forma gráfica de como estes fatores estão imersos numa gama de conhecimentos já elaborados e resgatados. Além disso, possibilita a visualização do entrelaçamento das práticas educativas com as relações pais e filhos, destacando os limites entre o bater e o não bater, inserido num contexto do imaginário social.



## FATOR A-MODELO DE IDENTIFICAÇÃO TRANSGERACIONAL

*“Eu não tive infância”*

Grupo I

Na perspectiva histórico-crítica, o fenômeno da violência física contra crianças e adolescentes é multifatorial, é sócio-psico-interacionista e é histórico. De tal modo que virou “mania” brasileira bater nas crianças para educá-las, conforme afirmam Azevedo & Guerra (2001).

Um dos fatores que interferem diretamente na maneira que os pais educam seus filhos é o modelo aprendido, ou seja, os pais tendem a reproduzir conceitos, atitudes, práticas que aprenderam ao longo de sua história de vida.

De forma que a “teoria do aprendizado social fornece ampla evidência de que o aprendizado ocorre como um resultado do condicionamento clássico e operante, por meio de recompensas, punições e outros elementos.” (Hill, 1996, p.21).

Entretanto, não queremos, aqui, impor a hipótese de que toda criança que apanha será com certeza um adulto agressor, mas enfatizamos que o **aspecto transgeracional** exerce alguma influência no estilo de educação adotado pelos pais.

É importante esclarecer que a utilização da palavra transgeracional é compreendida como um fenômeno que atravessa gerações, sendo historicamente construído através de uma produção e reprodução de comportamento psico-social e culturalmente internalizado. (Azevedo & Guerra, 1998). Assim, o fenômeno da punição física de crianças como forma de disciplina é algo que vem permeando as gerações de inúmeras famílias brasileiras. Caminha (1999) afirma que o conceito de **Multigeracionalidade**, já descrito por nós, é uma variável importante no que tange às experiências de violência internalizada na infância e defendida e praticada quando adulto. Bate-se numa criança para seu próprio bem, para educá-la, algo que é vivenciado e defendido através de um discurso disciplinador em nossa sociedade, já que é um modelo internalizado.

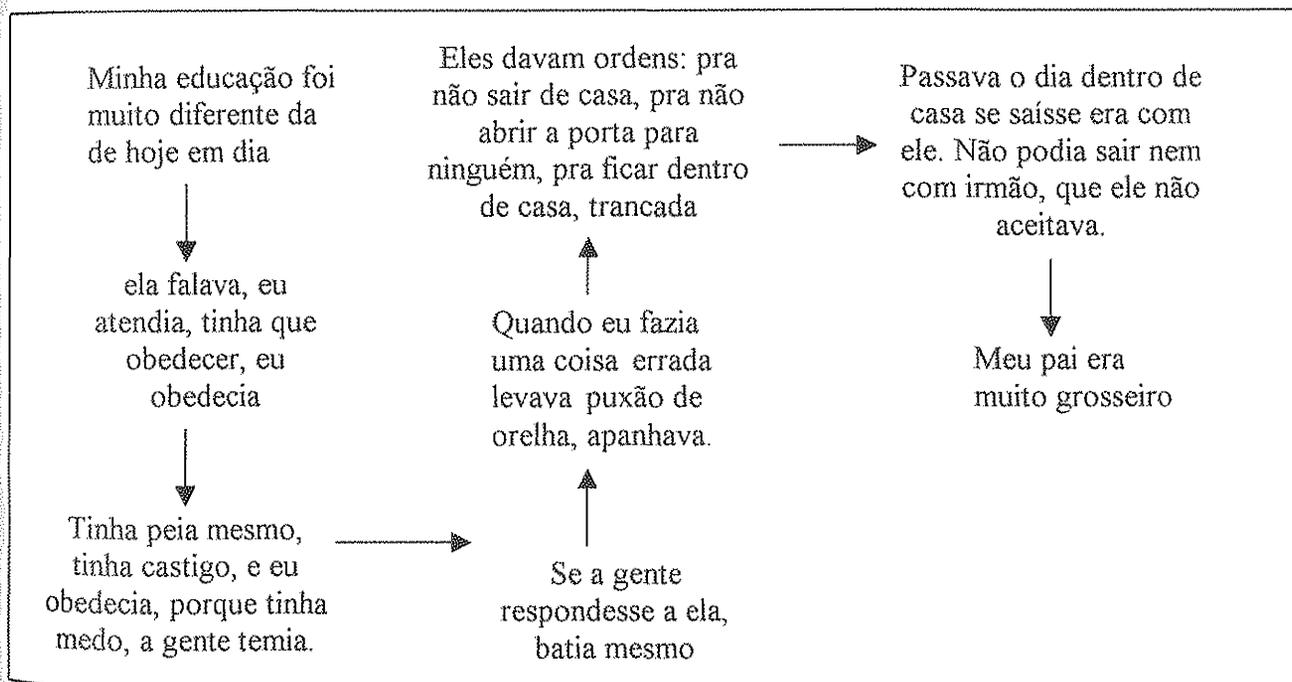
Conforme Pires (1999, p.36) as crianças que sofrem castigos físicos estão “mais propensas a demonstrar agressão com seus irmãos, com os colegas na escola, a terem condutas agressivas e anti-sociais na adolescência, a serem violentas quando adultas em seus matrimônios e com seus próprios filhos”.

*“Eu era uma menina muito agressiva, qualquer coisinha queria brigar. Eu num levava recado para casa, eu resolvia ali na mesma hora.” (Grupo I).*

Assim afirma uma senhora da comunidade, ao lembrar de sua infância.

Vejamos então, nesta perspectiva, os diagramas de significação de como os sujeitos atribuem significado à maneira como foram educados na infância.

**Diagrama N° 01 – VIVÊNCIA: A OBEDIÊNCIA - GRUPO I E II**



O diagrama (N°01) revela a **obediência** como unidade significativa, sendo algo fundamental na família para que uma criança fosse bem educada. Revela a submissão da criança, como ser que precisa obedecer, sem questionar o poder do adulto e com temor que qualquer atitude mais ousada possa desencadear atos de violência.

Os sujeitos ressaltam que houve mudança para os dias atuais e a forma severa como foram castigados por causa da desobediência, quando transgrediam as ordens expressas. Relatam que o medo de apanhar era o motivo para ser obediente.

Segundo Biasoli-Alves (1999) a educação à moda antiga era consistente, exigente e com seriedade. O padrão de educação era corrigir olhando feio, batendo e punindo verbalmente. Se não o fizesse era entregar o filho à própria sorte, sem perspectiva de futuro. Ser condescendente representava uma pecha, sinal de fraqueza do adulto, de incapacidade de educar uma criança.

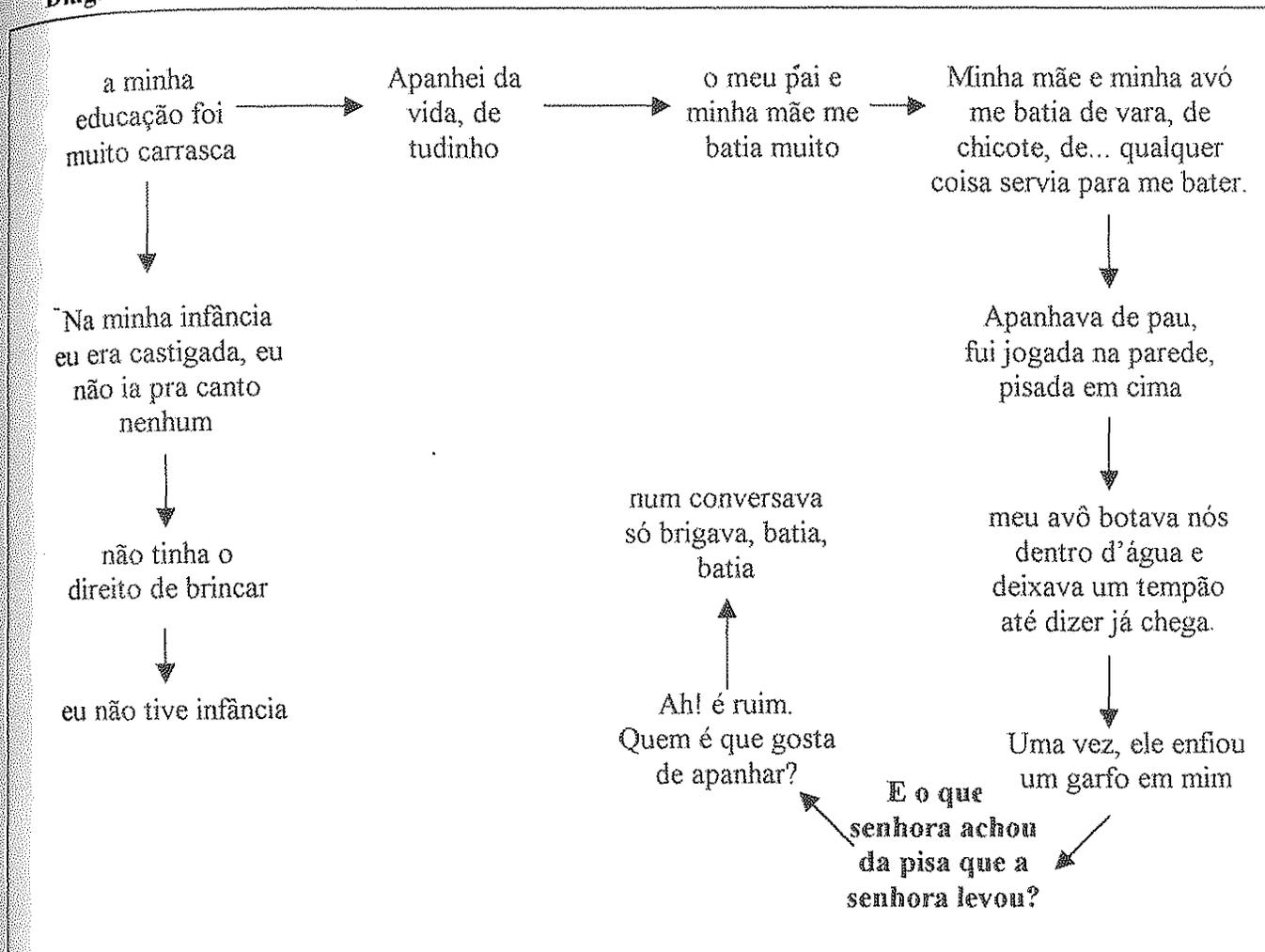
O papel da obediência, o respeito rigoroso aos mais velhos, a rigidez das regras estabelecidas era o cotidiano vivenciado pelos pais entrevistados do SOS e da comunidade, durante a sua infância.

*“Quando meu pai e minha mãe tivesse conversando, se eu fosse falar..., bastava ela olhar, eu já voltava porque aquele assunto era particular, não podia ouvir.” (Grupo I).*

*“Minha educação foi muito diferente da de hoje em dia. Quando ela falava, eu atendia, tinha que obedecer, eu obedecia.” (Grupo I)*

Estes depoimentos reforçam o significado da obediência como valor para uma boa educação. Reforça, ainda, o poder do adulto e o mundo adultocêntrico em que a criança nasce e precisa aprender.

Diagrama N°02 EDUCAÇÃO BASEADA NA VIOLÊNCIA - GRUPO I E II



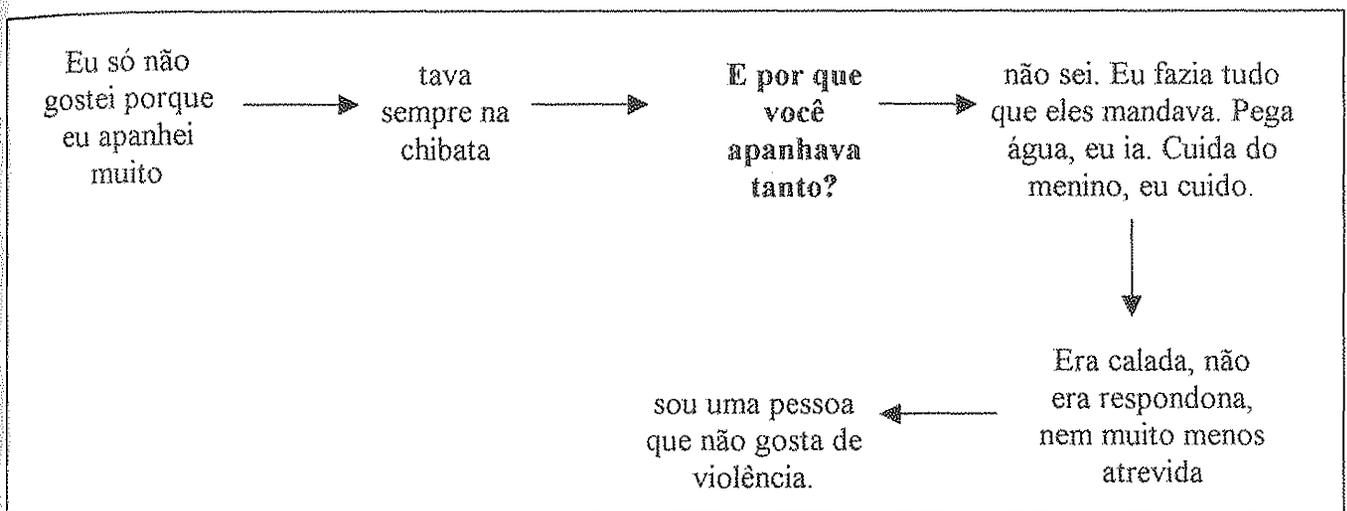
Este diagrama (N°02) revela que os sujeitos apanharam bastante em sua infância, mostrando essencialmente a educação baseada na violência física contra crianças. Aqui destaca-se como significativa a educação carrasca, violenta e agressiva com castigos severos através da utilização de instrumentos como vara, chicote, garfo, entre outros.

Sobressai, ainda a afirmação: “*Eu não tive infância*”, como consciência clara de uma etapa da vida que não foi vivenciada pelos sujeitos em sua plenitude.

“*Na minha infância eu era castigada, eu não ia para canto nenhum, era só pro colégio, não tinha o direito de brincar*” (Grupo I).

Reafirmamos que no sistema familiar, o papel da criança é brincar, é descobrir o mundo através da brincadeira, da fantasia. Neste depoimento, e também nos diagramas 02, 03 e 04 tem-se o sentido de uma infância sofrida, maltratada em nome de uma educação, de uma disciplina, em que lhe foi negado o direito de brincar, de vivenciar e aprender numa fase importante da vida.

**Diagrama N° 03 - A INFÂNCIA DE QUEM NÃO BATE - Grupo III**



Sobre este aspecto todos os pais entrevistados sofreram agressões físicas na infância, independente do grupo que fazem parte, ou seja, se agridem ou não seus filhos. Vejamos estes depoimentos em que uma se refere ao período de um ano e meio que passou junto com os irmãos sob a guarda dos tios, enquanto a mãe foi em busca de emprego noutra cidade.

*“Ele (tio) amarrava nós(ela e irmãos) no tronco igual escravo assim num pé de pau, passava o dia todinho. Comia naquelas latas de doces... depois que todo mundo almoçava, ele colocava os resto para gente comer. A minha mãe mandava dinheiro, roupa, mas nós não usava porque ele vendia para beber de cachaça. Ele dizia para nós que ela tinha morrido...”* (Grupo III).

*“Eu só não gostei da minha infância porque eu apanhei muito, de todo mundo que eu vivi, apanhava. (...) Sou uma pessoa que não gosta de violência.”* (Grupo III).

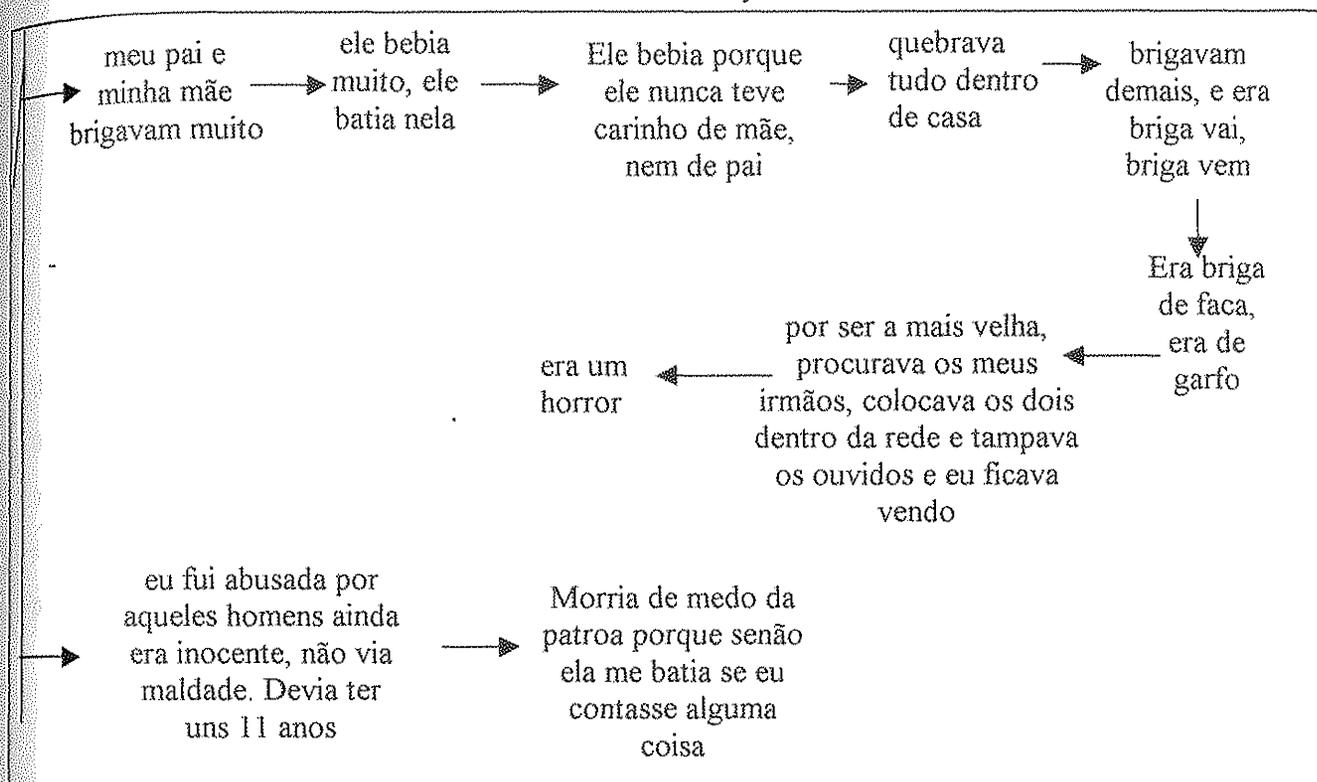
Depoimentos que comprovam como o abuso físico de crianças é multifatorial. Elas viveram a experiência de apanhar na infância, porém educam seus filhos com uso do diálogo, da palavra e não da força.

Não estamos nos opondo ao que já foi dito, mas convém afirmar que alguns adultos que foram maltratados na infância não aprenderam a maltratar seus filhos, como no caso das 02 mães que entrevistamos na comunidade. Entretanto é raro encontrar este tipo de família, principalmente nas famílias de baixa renda. Na escolinha que buscamos as famílias para nossa pesquisa, dos 40 alunos, somente 02 não viviam com agressões intrafamiliares.

As conseqüências dos maus-tratos também podem convergir para o pólo oposto, com a formação de um adulto isolado, tímido, com dificuldades de comunicação e socialização, como observamos em nossos entrevistados. De qualquer forma, estudos comprovam que há efeitos consideráveis na formação da personalidade de uma criança maltratada. “Extensas revisões bibliográficas têm mostrado a praticamente unânime associação entre dano emocional, tanto imediato como tardio, e o maltrato, com comprometimento dos processos adaptativos e, mesmo, das relações interpessoais”. (Muza, 1994, p.59).

E não só as agressões físicas em nome da educação servem de base para a formação da personalidade, mas também todo um contexto de violência em que estão inseridos. Neste próximo diagrama (Nº04), perceberemos o dia-a-dia violento, em que os entrevistados relataram cenas cotidianas de violência física entre os membros da família e até agressão sexual, negando ainda mais sua condição de criança.

Diagrama Nº 04 - DIA A DIA VIOLENTO - GRUPO I, II e III



Percebemos que, além dos maus-tratos sofridos, os nossos sujeitos presenciaram uma rotina de violência nas relações familiares, tais como agressão do marido contra a esposa; brigas entre os membros familiares; o uso abusivo do álcool e até mesmo violência sexual por terceiros.

Caminha (1999) explica que os abusos intrafamiliares representam uma gama de fenômenos complicados, que envolve inúmeras variáveis como problemas com álcool e drogas, problemas neurológicos, genéticos, sócio-econômicos que podem atuar como facilitadores para o desencadeamento dos abusos.

Ressaltamos que viver num ambiente familiar disfuncional, no qual a violência em qualquer forma de expressão é a base das relações familiares, possui efeitos devastadores à personalidade infantil em formação. Vejamos este depoimento de

uma senhora que fora estuprada aos 11 anos de idade na casa onde ela trabalhava como empregada doméstica:

*“Para você ter uma idéia do tanto do meu sofrimento, a primeira vez que eu peguei um bucho foi por causa de um estupro. (Silêncio). Eu fui violentada por quatro rapazes e acabei dando a criança. Nesse instante, eu caí na vida, virei puta porque não houvesse uma criatura que me estendesse a mão. Nem mãe, nem avó, ninguém.” (Grupo III).*

Muito mais que o abuso físico sexual, são as marcas de revolta e mágoa deixadas na personalidade da pessoa violentada. O que faz com que ela também cometa atos perversos contra seu filho de 6 anos como por exemplo dar pequenos choques em seu saco escrotal como castigo pela desobediência, conforme havia escrito no prontuário da criança no SOS-Criança. Ela não nos falou sobre o assunto, mas observemos suas palavras:

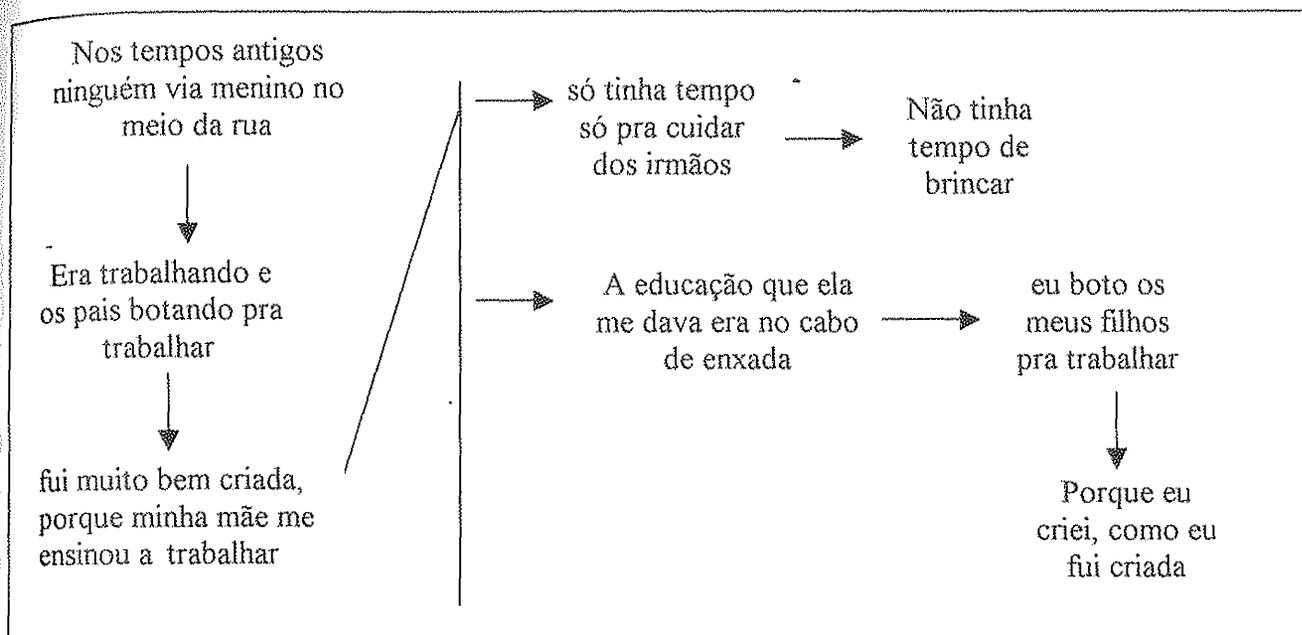
*“Nem queira saber como eu já sofri. Mas hoje quem bate sou eu. Não levo desaforo para casa de jeito, nem qualidade. Mexeu comigo, eu viro fera mesmo, porque todo mundo fazia o que queria comigo e eu não tinha o direito de reclamar.” (Grupo II).*

A relação de poder-submissão fica clara neste depoimento. Se um dia ela foi submissa, teve que se submeter a toda espécie de servícias quando criança, hoje ela assume o poder e age da mesma forma que aprendeu, ou seja maltrata seu filho e, por isso perdeu a guarda da criança.

Caminha (1999, p.56) explica que o “padrão violento vivido em casa é o *modus vivendi* levado vida afora. A violência sai de casa para as ruas muitas vezes. Grande parte da violência urbana possui componentes de origem doméstica.”

Afirmação esta comprovada pela prática discursiva de nossos sujeitos.

**Diagrama N° 05 - VIVÊNCIA: TRABALHO X BRINCAR**  
**GRUPO I E II**



Destaca-se neste diagrama (N°05) o excesso de tarefas domésticas em contraposição ao brincar. Gomes (2000) explica que a vida cotidiana das populações mais pobres é a busca pela sobrevivência e, em especial, a vida das famílias do campo que é dedicada à labuta na terra. Desta forma, “a criança, desde muito cedo, era educada no trabalho, para o trabalho.” (p. 66).

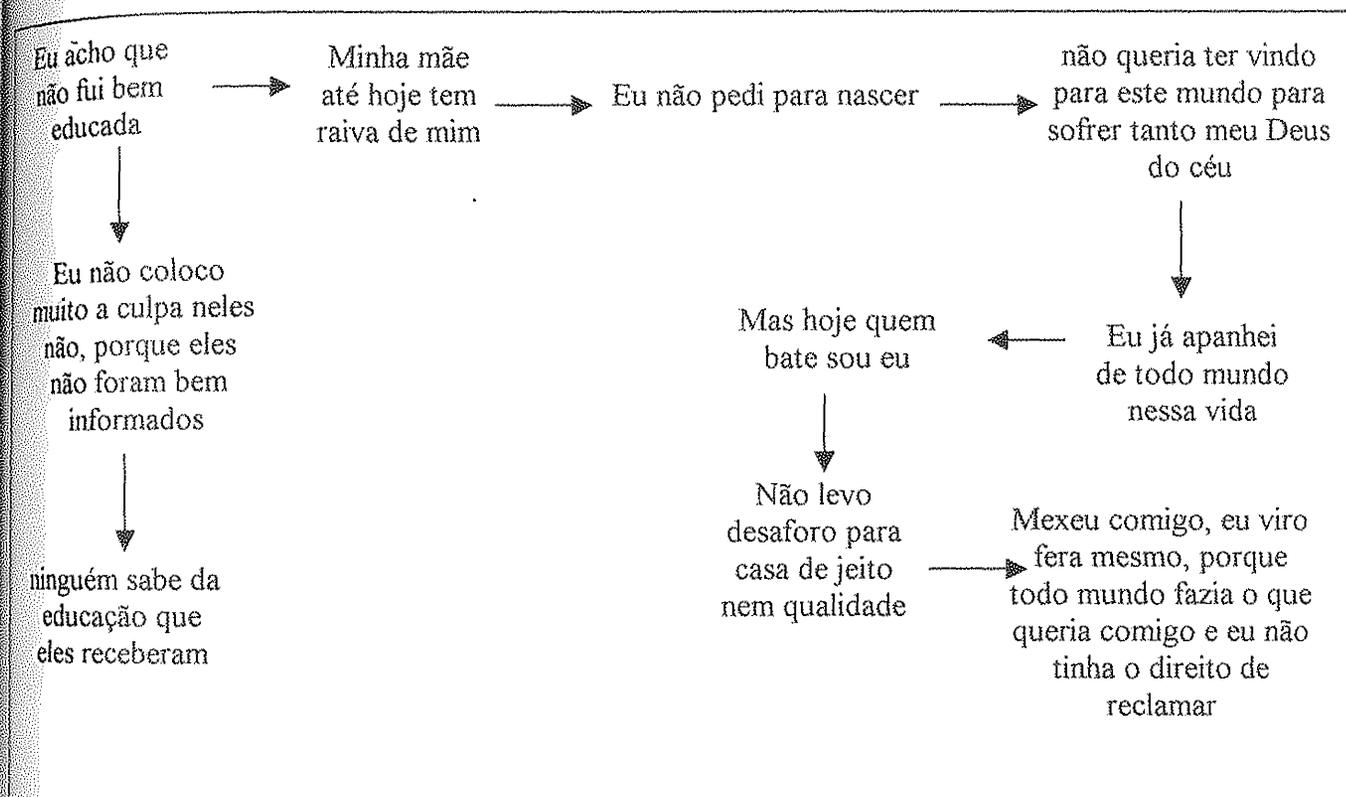
Mais uma vez a condição de criança é negada pois tão logo aprendia a andar, aprendia a compartilhar responsabilidades e obrigações e incorporava o trabalho como atividade e valor primordial. Fato este revelado no depoimento: “*eu boto meus filhos para trabalhar.....porque eu criei como eu fui criada*”. (Grupo I).

A educação baseada no trabalho, com obrigações, tarefas e responsabilidades de adulto é algo valorizado pelos sujeitos, internalizado e serve de base para educação de seus filhos.

Figueiredo & Biasoli-Alves (1999, p.392) explicam que para “ apreender o sentido atribuído ao abuso é preciso remeter ao contexto – tempo e espaço - em que ocorreu ou ocorre.”

Assim, quando uma das depoentes coloca que foi muito bem criada porque aprendeu a trabalhar, ela compreende e dá significado que o ser humano só tem valor quando trabalha, luta por sua sobrevivência, independente da fase da vida em que esteja.

**Diagrama N° 06**  
**SENTIMENTOS EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO RECEBIDA – GRUPO I, II e III**



Todos os sujeitos entrevistados sofreram abusos na infância. Uns com mais severidade e rigor, outros com menos. No diagrama N° 06 encontramos os sentimentos em relação ao tipo de educação que receberam. Partimos da constatação de que não foram bem educados por seus pais. Entretanto há divisor de opiniões: um grupo considerou que os pais não têm culpa, pois não sabem educar, não foram preparados para serem pais. E o outro grupo elaborou o discurso de vítima que sofreu bastante na infância, mas agora reverteu o processo, passando de dominado para dominador. E quando os sujeitos tomam posição, percebemos a configuração da reprodução de um modelo internalizado.

Desta maneira, temos que concordar com Dessen & Biasoli-Alves (2001, p.191) quando afirmam que para romper com a intolerância vigente e instalada e promover a cultura da tolerância, do respeito à integridade do outro, faz-se necessário compreender a “complexidade e o entrelaçamento de variáveis que influenciam o desenvolvimento da criança” no meio em que vive.

Assim, ao retomarmos o modelo teórico de análise II, consideramos o fator aqui analisado, o aspecto transgeracional, como o primeiro de um ciclo que reproduz a cultura, o pensamento, a representação, a atitude, a justificativa, enfim, a consciência coletiva de que a criança é um ser que precisa ser dominado pelo adulto, e, para isso, precisa apanhar.

Neste fator, também levantamos um ponto de análise que se traduz na constatação de que os pais não estão preparados para exercerem suas funções, para educarem seus filhos. Este ponto será mais aprofundado adiante. Passemos, então para o segundo fator.

## FATOR B - MODELOS DE VIOLÊNCIA SOCIAL EXTRAFAMILIAR INTERNALIZADOS

*“Se é pra polícia dá na cara, a gente mesmo dá que é mãe”*  
Grupo II

Como a aprendizagem social da violência não está somente ligada a fatores intrafamiliares, temos que considerar a existência de outros modelos externos que contribuem para incrementar as relações entre pais e filhos. Isto porque a família precisa ser vista inserida num contexto social, cultural e econômico mais amplo, no qual ela exerce e/ou recebe algum tipo de influência, num processo interativo e dialógico.

Mais uma vez, tomamos por base a afirmação de Biasoli-Alves (1999,p.66) de que a família precisa ser visualizada segundo um modelo bidirecional o que implica em “analisar os muitos fatores de impacto que atuam sobre ela como a pobreza – ou, entre nós, a miséria, - os meios de comunicação de massa”, as instituições sociais – entre elas as do poder judiciário – o desemprego, os riscos de viver num ambiente hostil e marginalizado, entre outros fatores.

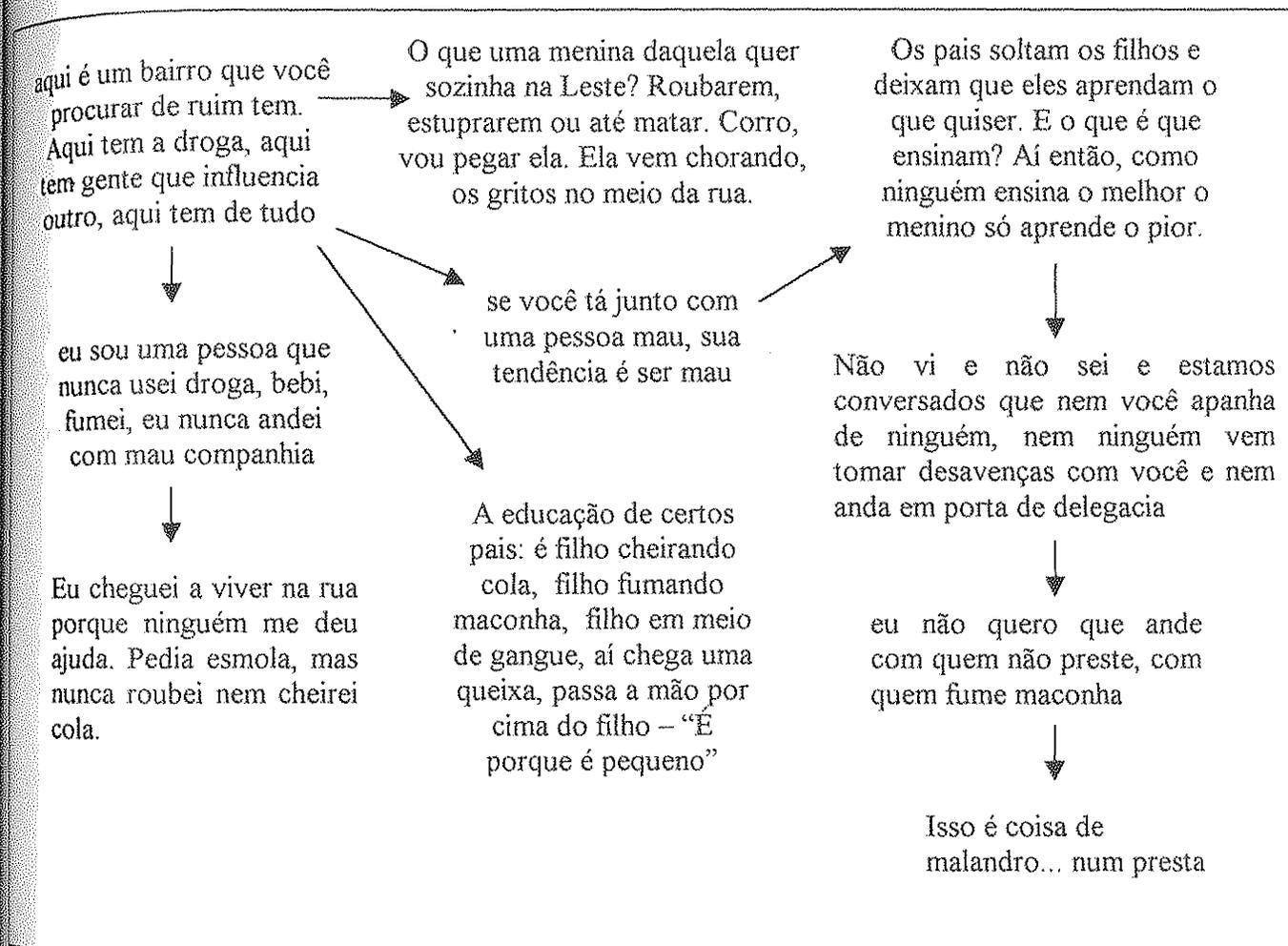
Segundo Berger & Luckmann (1985, p.40) a realidade da vida cotidiana apresenta-se como um mundo intersubjetivo, no qual a comunicação e a interação coexistem, havendo correspondência entre os significados partilhados em comum. “O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana.”

Entendendo a realidade desta maneira, emergiu do discursos dos sujeitos referência a fatores externos significativos, como por exemplo, os riscos de viver na favela, a luta diária pela sobrevivência, a utilização da álcool e drogas e, a polícia.

Dentro de um processo de socialização, a vizinhança, o meio ambiente, o bairro no qual a família está inserida exerce algum tipo de influência nas relações estabelecidas entre pais e filhos.

Observemos e analisemos os diagramas:

### Diagrama Nº 07 - OS RISCOS NA FAVELA



Por morarem numa favela, com precárias condições de vida já descritas, e viverem num processo de exclusão social, os sujeitos revelaram preocupação e temor com a influência direta e negativa que o meio exerce sobre seus filhos.

Tomando como ponto de partida para análise a afirmação de que no bairro tem tudo de ruim, para os pais o ambiente em que vivem recebe o significado de desfavorável à educação de seus filhos. Eles temem a violência externa como estupro ou roubo; temem as "más companhias" que ensinam a roubar, a formar gangues; o medo das drogas como o álcool, a maconha e a cola. Enfim, os pais expuseram os riscos aos quais seus filhos estão sujeitos por morarem numa favela.

Biasoli-Alves (1999, p.143) explica que para garantir a sobrevivência num mundo de exclusão, as crianças conhecem na pele a dureza da vida e tentam sobreviver a seu modo. “Não seriam as gangues e arrastões uma forma de associativismo que garante a sobrevivência da família dos excluídos da sociedade?”

É interessante notar que na ótica deles os amigos exercem uma influência significativa que, ao mesmo tempo compete com a família, encaminha para a aprendizagem do comportamento inadequado, ou seja, para a criminalidade e para a violência em suas diversas formas. Há, ainda, a caracterização do mundo da rua como um espaço indeterminado, sem regras de convivência que favorece a aprendizagem negativa e uma crítica revelada aos pais que permitem que seus filhos vivam e cresçam na rua, como expresso na seguinte fala:

*“Os pais soltam os filhos e deixam que eles aprendam o que quiser. E o que é que ensinam? Ai então, como ninguém ensina o melhor o menino só aprende o pior”* (Grupo II).

Para eles, a socialização na família é compreendida como um processo de “dar moral” aos filhos, não importando o modo e a forma como esta moral é dada. É na família que os filhos aprendem a não roubar, a respeitar os outros, a trabalhar. “A rua tornou-se o lugar do perigo e, mesmo, da perdição de seus filhos.” Está claro e evidente o medo das “más companhias” que podem arrastar suas crianças para a criminalidade. (Zaluar, 1992, p.26).

Entretanto, essa preocupação revelada e significativa dos pais se contradiz quando percebemos que a atitude tomada por eles, quando a norma explícita de ficar dentro de casa é transgredida, é por meio de uma surra, colocando a criança para dentro de casa com empurrões, puxões de orelha e tapas. Cenas estas são comuns diante de nossos olhos, pois as atitudes das crianças, como querer brincar na rua com amigos ou ficar observando homens embriagados no bar, são combatidas com extremos atos de violência dos pais.

É por meio do abuso físico, da utilização da força física que os pais confirmam a seus filhos a violência da rua, levando-os a que se tornem adultos violentos.

*As relações de poder entre pais e filhos assumem formas concretas com o objetivo de fazer dos indivíduos, entidades "saudáveis, normais e produtivas". Por meio da norma e sujeição à força da disciplina, justifica-se o uso da agressão física, seja em qualquer grau de violência como um meio para atingir um fim legítimo. (Foucault 1987, p.191).*

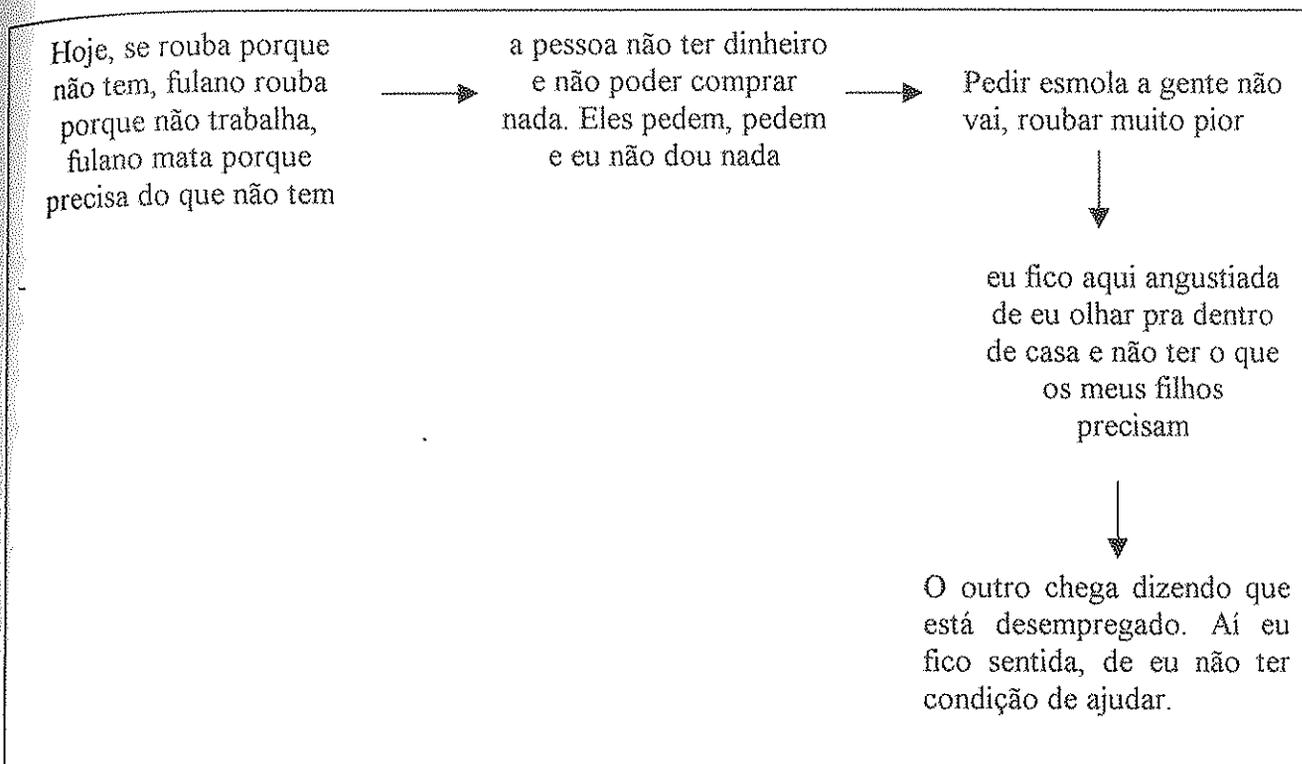
Este fim é traduzido como forma "preventiva" de educar por conta das possíveis influências do meio em que vivem e nele estão inseridos. Meio este caracterizado pela exclusão social, apresentando famílias marcadas pelo sentimento da necessidade, falta de bens de consumo.

Sarti (2000,p.42) explica que a família deixou de ser uma 'unidade de produção' e passou a se constituir como 'unidade de consumo' no capitalismo moderno. "Para a razão instrumental, a organização da vida material (a 'sobrevivência', para os pobres) é concebida como a razão da constituição da família."

O processo de exclusão social se estabelece e se concretiza nas divisões sociais de classe, no qual a desigualdade é representada pela posse dos meios de vida e ao acesso aos bens e serviços disponíveis, formando-se uma rede de lugares diferenciados socialmente. (Azevedo & Guerra, 1989).

Nesta perspectiva, voltemos os olhos para análise do diagrama:

### Diagrama Nº 08 - A FALTA, A NECESSIDADE



Nas suas falas, os sujeitos percebem e representam o lugar que ocupam na realidade social, sentido-se excludentes, revelando sentimentos de angústia e compaixão de si e de suas famílias, pelo fato de não terem o poder de consumo, modelo este, que se impõe em nossos dias.

Diante do progressivo aumento de miseráveis, Gomes (2000) chama atenção para as crianças pobres que auxiliam seus pais nas estratégias familiares de sobrevivência, colaborando para aumentar a renda familiar. Entretanto, ela explica que são estas crianças excluídas que, pelo sentimento expresso de querer consumir e não poder, acabam optando pelo caminho da criminalidade para obterem aquilo que não podem comprar. É esta a preocupação revelada no discursos dos pais.

Numa análise mais ampla e complexa, acreditamos que não são apenas os problemas de natureza econômica, como a pobreza, que explicam origem da violência social.

*Embora saibamos que eles são fruto, são causa e efeito e, ainda, elemento fundamental de uma violência maior que é o próprio modo organizativo-cultural de determinado povo. Ao escolher os que 'são' e os que 'não são' a partir das leis de propriedade, a sociedade revela sua violência fundamental, como na dialética hegeliana do servo e do senhor. (Minayo & Sousa, 1998, p.518).*

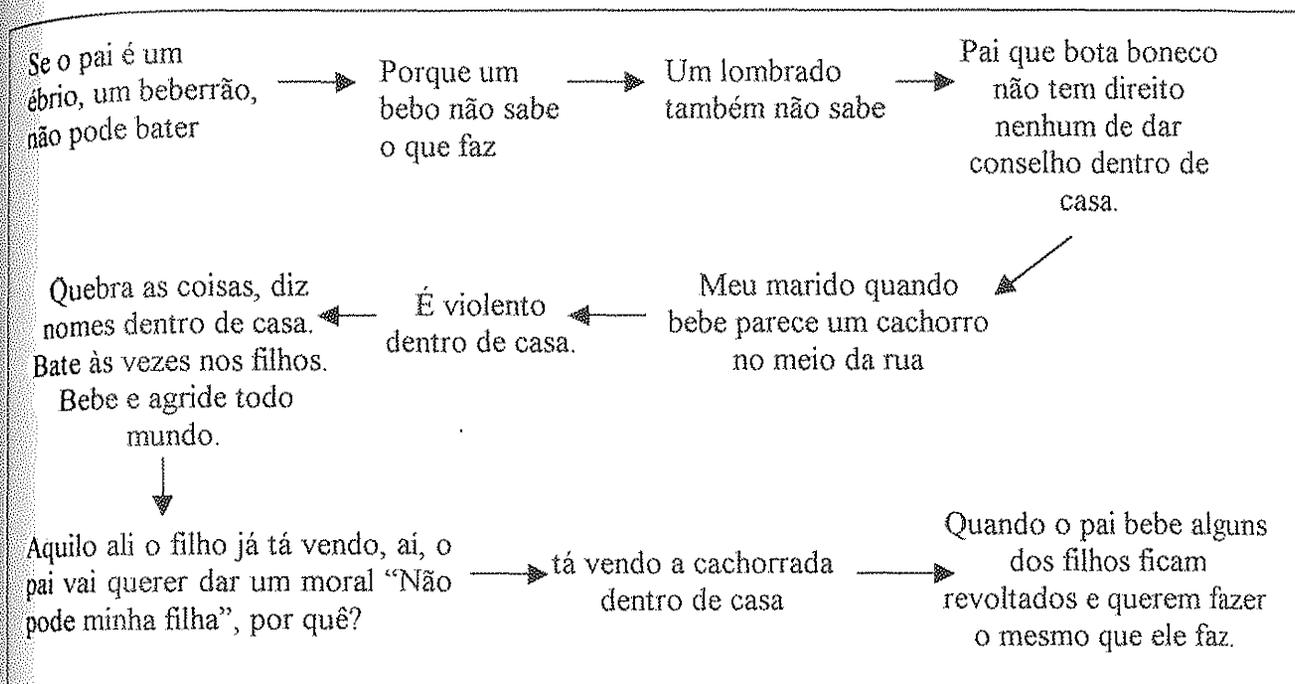
E não só a exclusão social que a favela representa, mas também serve de espaço para “fragmentações de histórias cotidianas coletivas.” Encontramos 8 famílias marcadas por relações fragmentadas, conflituosas, nas quais o alcoolismo representa um fator de fuga da realidade e também de soma para a manutenção e elevação dos graus de violência contra a criança.

*“Porque ele era um alcoólatra e não tinha responsabilidade com a gente. Ele bebia, assim, bebeu demais. Ele batia nela, batia em mim, aí, às vezes, ele me rebojava na parede, às vezes, eu batia nele. Uma vez, ele enfiou um garfo em mim, e eu briguei com ele, bati nele” (Grupo I).*

*“Meu marido quando bebe parece um cachorro no meio da rua, bota boneco. Boneco é cachaça. É violento dentro de casa. Quebra as coisas, diz nomes dentro de casa e eu estou com os meus nervos para não agüentar. Bate às vezes nos filhos. Bebe e agride todo mundo.” (Grupo I).*

Associado a fatores como a luta pela sobrevivência, o sentimento da falta, o desemprego, as precárias condições de moradia, entre outros, temos o abuso do álcool, muito mais como uma consequência, mas que está presente na realidade vivenciada por essas famílias e que interferem nas relações educativas de pais e filhos. Além disso, o alcoolismo incrementa a violência física doméstica, transformando o cotidiano familiar num verdadeiro campo de batalha.

## Diagrama Nº 09 - O ABUSO DO ÁLCOOL

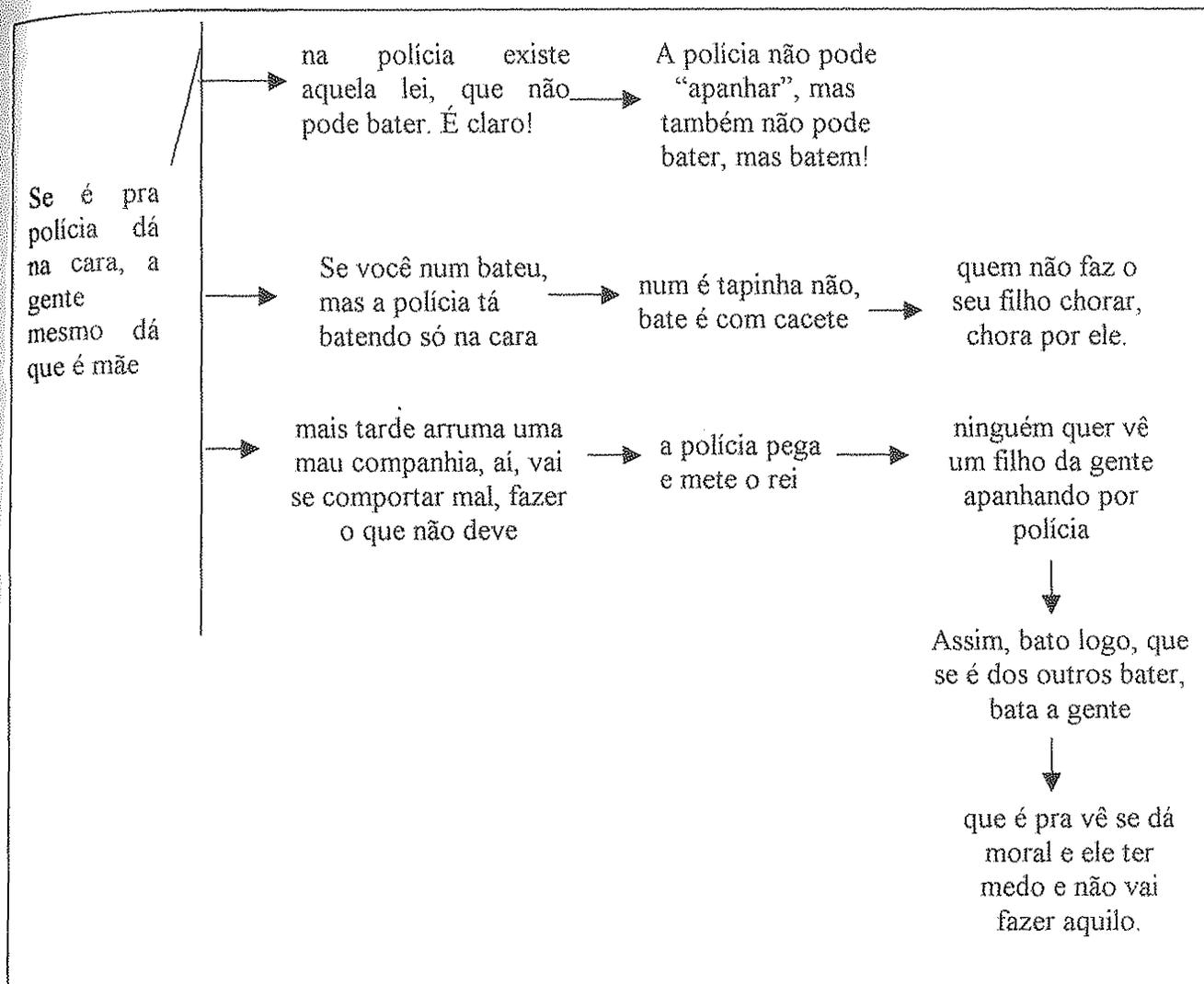


No diagrama, há a revelação de que, segundo os sujeitos, os pais alcoólatras não tem o direito de bater nos filhos. No discurso deles, o pai que faz uso de bebida alcóolica é desprovido de qualquer direito sobre a educação dos filhos, sendo a atitude considerada como péssimo exemplo para as crianças que observam e aprendem.

Um outro modelo de violência social extrafamiliar apontado pelos sujeitos é a atitude e o comportamento arbitrários tomados pela polícia, instituição esta que deveria ser responsável pela segurança e proteção das famílias, entretanto é vista como violenta e arbitrária.

Zaluar (1992) considera que a polícia tem tido uma atuação confusa sem definição clara e objetiva de seus princípios, bem como os limites desta atuação. Dessa forma, por força de sua política repressiva, o efeito de sua atuação é o oposto do esperado pela população. Vejamos o diagrama:

Diagrama N° 10 - A POLÍCIA - GRUPO I e II



Neste diagrama, temos a instituição policial como significativa para os sujeitos, representada por seu caráter violento, punitivo, repressor e agressivo. Na visão deles, a polícia não oferece proteção contra infratores, mas é entendida como algo ameaçador para a comunidade, que bate e agride a todos para manter a ordem e a disciplina.

Entendendo que a violência pode ser considerada um fenômeno em rede, temos a compreensão de que cada manifestação particular se articula com outras, estando intimamente interligadas. Assim, "as instituições socializadoras, como família,

escola, sistema judiciário perpetuam os comportamentos violentos, na medida em que são responsáveis pela manutenção de papéis que condicionam os indivíduos a aceitar ou infligir sofrimento.” (Meneghel, 1998, p. 4).

*“Se é pra polícia dá na cara, a gente mesmo dá que é mãe”*

*(Grupo I)*

*“Ninguém quer vê um filho da gente apanhando por polícia”*

*(Grupo I)*

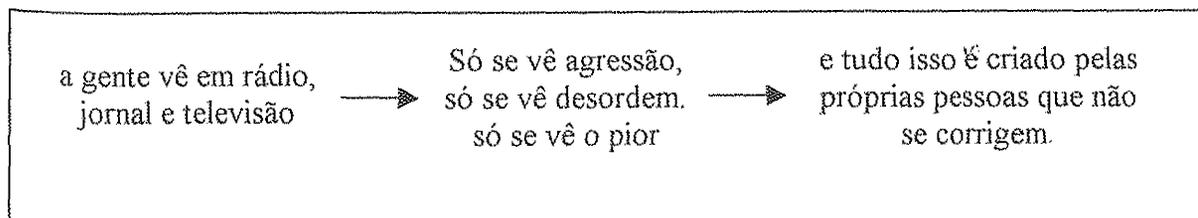
*“Assim, bato logo, que se é dos outros bater, bata a gente”*

*(Grupo II)*

É contraditório para uma mãe/pai afirmar que não quer ver seu filho apanhar da polícia, mas ela/ele mesmo o agride, até como forma de “prevenir” que a criança sofra algum tipo de mau-trato. Os pais sofrem e não aceitam quando os filhos são agredidos pela polícia mesmo sendo infratores, mas reproduzem a mesma atitude violenta. Nestes depoimentos e no diagrama, há o sentido de que a criança é um objeto, uma propriedade dos pais, em que a polícia não pode bater, mas eles podem, pois o fazem em nome de uma educação.

Um outro fator que aparece nos discursos dos pais e que se relaciona diretamente com as relações familiares e com o processo de socialização das crianças é a influência dos meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, amplamente consumidos pelas classes populares, representando o único acesso cultural que têm direito.

#### Diagrama N° 11 - OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO



De acordo com Flausino (1999, p.37) o discurso jornalístico que tem o intuito de retratar “a realidade, está inevitavelmente atrelado ao cotidiano e, conseqüentemente, à produção frenética” de mostrar e evidenciar os fatos violentos da sociedade.

No diagrama, o discurso revela a banalização da violência pelos veículos de comunicação de massa. Eles deixam claro que a violência se banalizou nos programas, que insistem mostrar uma realidade cruel, sangrenta e violenta, tanto na ficção, como na realidade, revelando uma preocupação sobre a influência negativa que estes meios podem exercer na educação de seus filhos.

Consideramos que “por todo mundo atual há uma escalada da violência”, tendo em vista a sua comparação com uma rede de inter-relações humanas. O próprio jogo infantil, a TV, os meios de comunicação, os brinquedos e as brincadeiras estão saturados de violência. “O indivíduo se deprime e se isola, por medo de ser ele mesmo, objeto desta violência. Violência, depressão, hipocondria são características do homem deste fim-de-século”. (Krynski, 1985, p.6).

Em síntese, podemos afirmar que o fator B nos mostrou a existência de modelos externos significativos que os sujeitos revelaram, acreditando na influência direta e negativa que o meio pode exercer sobre seus filhos, com destaque para a instituição policial e os riscos que a vida na favela oferecem.

## FATOR C - AUTO-PERCEPÇÃO DA MATERNIDADE/PATERNIDADE

*“Ser mãe é uma palavra tão grande, que você  
não sabe o que tá atrás”*

Grupo I

- Ao buscar o significado do bater em seu filho para uma mãe ou para um pai deparamo-nos não somente com os modelos intra e extrafamiliares internalizados, mas também com a auto-percepção da maternidade/paternidade. Ou seja, como os sujeitos se percebem exercendo a função de mãe/pai e qual os significados atribuídos a si quando assumem esta função.

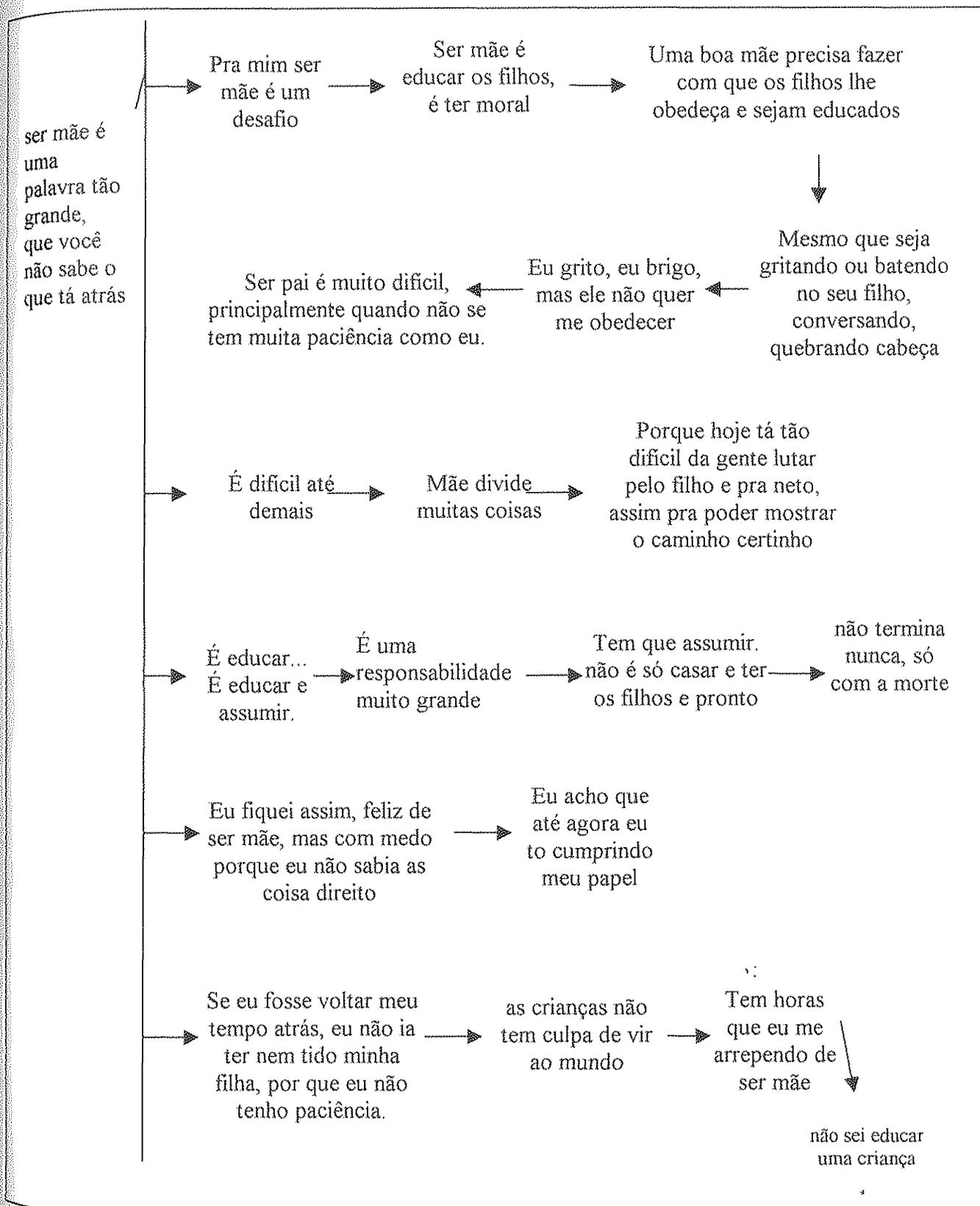
Educar uma criança não é tarefa fácil. Entretanto a maioria dos pais buscam exercer suas funções no sentido de transformar a criança no adulto e, pior, no adulto semelhante ao que idealizou e que desejou; ajustando-a aos seus planos e anseios, sob sua ótica e aspirações, segundo seus próprios objetivos. (Damazio, 1994).

Dessa forma, o autor explica que pais despreparados e com este tipo de visão acabam por tentar manipular, tratando seus filhos como objetos e não como sujeitos.

*O que seria um contato vivo e criativo com a realidade torna-se dogma e imposição, e a criança é bombardeada pela doutrinação autoritária por todos os lados, pressionando-a, bloqueando-a, criando tensões e traumas nocivos ao seu desenvolvimento como pessoa. (p.27)*

Neste sentido, veremos as diferenças de significação entre os grupos estudados. Analisemos, primeiramente, os significados dos grupos I e II.

Diagrama Nº 12 AUTO-PERCEPÇÃO DA MATERNIDADE/PATERNIDADE I  
GRUPO I e II



Neste diagrama (Nº12), agrupamos repertórios cujo sentido de ser mãe/pai está associado a uma pessoa que luta diariamente, representando a idéia de um ente poderoso que precisa ter moral e fazer com que os filhos o obedeçam para que sejam educados. Há ainda referência que para tornar-se um pai/mãe é um desafio a ser enfrentado, uma responsabilidade que ele precisa assumir e que só termina com a morte.

*“Uma mãe que batalha pelos filhos é uma mãe dedicada”*  
(Grupo I)

*“Uma boa mãe precisa fazer com que os filhos lhe obedeça e sejam educados”.* (Grupo I)

*“Tem que assumir, não é só casar e ter os filhos e pronto”*  
(Grupo II)

*“Não termina nunca, só com a morte”* (Grupo II).

Pais que se assumem como lutadores, batalhadores e conscientes de que sua missão é educar os filhos, mesmo que para isso precise utilizar castigos e punições físicas para alcançarem seus objetivos e cumprirem esta missão. Estes pais acreditam que seus filhos precisam ser controlados e que a sua função primordial é controlá-los.

Ellis (1997, p.87) explica que geralmente os pais autoritários procuram “moldar, controlar e julgar o comportamento e as atitudes dos filhos de acordo com um padrão estabelecido de conduta”.

De fato, concordamos com as afirmações de Marcovich (1985, p.21) quando conclui em seu trabalho que “a agressão da criança pelo adulto pode ser tão sutil ou tão viciosa, que paradoxalmente passa despercebida e está tão arraigada no nosso modo de ser que a justificamos”.

No diagrama há ainda menção de que eles estão cumprindo adequadamente o papel de pais, entretanto, aparece no discurso dos sujeitos o arrependimento de ser pai/mãe por não ter a paciência devida, **por não saber educar**. Há consciência, neste ponto, de que os pais não são ou não estão preparados para assumir a educação de seus filhos. Não sabem impor-lhes limites e ensinar-lhes no processo de socialização, sem,

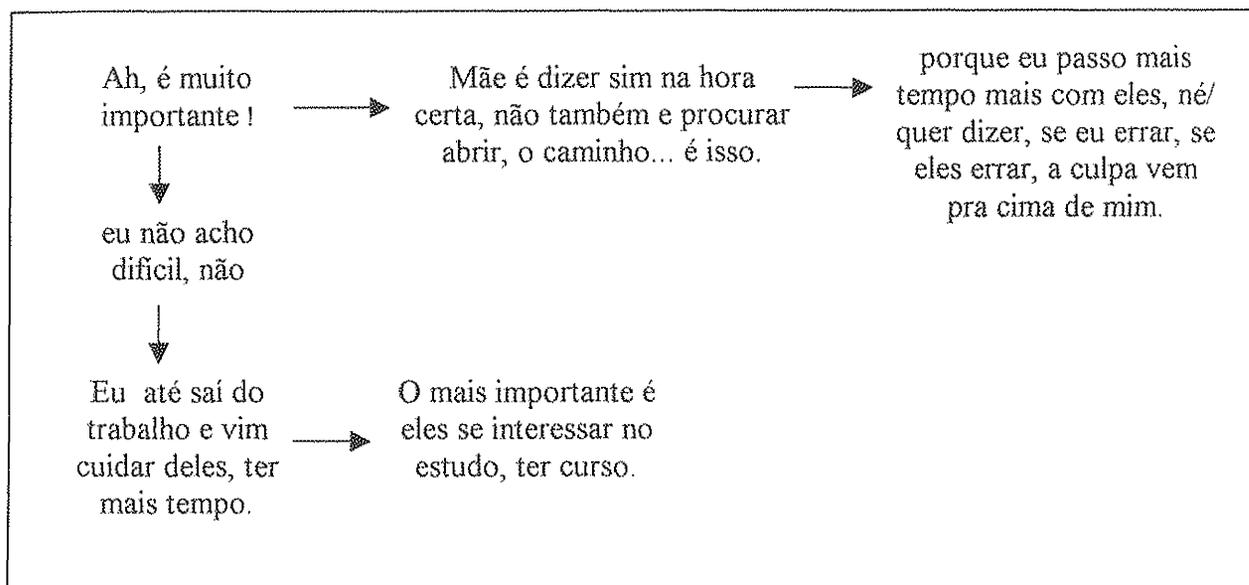
contudo, partir para agressão física. Desconhecem as reações, os desejos, a personalidade diferenciada e individual de cada criança, não sabendo estabelecer um relacionamento saudável, sem traumas e sem conflitos.

Este fato permeia as relações familiares disfuncionais e evidenciam a necessidade de uma estratégia de intervenção quando algum de seus membros está em risco de vida.

Por outro lado, o diagrama N°13 usa outro tipo de repertório para dar significado à paternidade/maternidade.

### Diagrama N° 13 AUTO-PERCEPÇÃO DA MATERNIDADE/PATERNIDADE II

#### GRUPO III



Nos discursos, percebemos que os sujeitos se consideram pessoas importantes na educação dos filhos e não encaram a educação como uma tarefa árdua, cheia de lutas e batalhas.

Para este grupo, o sentido de ser pai/mãe é saber o momento certo de dizer sim ou não como forma de educar com limites, tendo a consciência da responsabilidade que é educar uma criança.

Analisando este fator, percebemos que as diferenças entre os grupos de pais se distanciam substancialmente. Os discursos, em sua essência, variam porque a percepção da paternidade/maternidade é diferente entre os pais que batem e os que não batem. Assim, o estilo de educação adotado está interligado diretamente pela maneira como os sujeitos se percebem na função que estão exercendo, sendo verdadeira a constatação dos pais que batem não sabem educar uma criança.

## FATOR D – CONCEITO DE CRIANÇA

*“Eles também são humano”*

Grupo III

Algo que interfere diretamente no processo educativo de uma criança é a maneira como os pais conceituam e entendem o que é “ser criança”. Qual o significado, a percepção, a interpretação que um pai ou uma mãe faz da infância, revelada através do seu discurso que dá margem a práticas educativas tão diferenciadas?

Para enriquecer esta reflexão, acrescentamos o conceito de criança elaborado pelo UNICEF no ano de 2001.

*A criança é uma pessoa, sujeito de direitos, capaz de modificar os ambientes e as reações das pessoas em volta dela e que, portanto, precisa ser ‘ouvida’ em suas diferentes manifestações.*

Entretanto, nem todos reconhecem ou aceitam esta definição. Conforme Maldonado (1999) é através da maneira como encaramos o que é ser criança, que interfere na relação que estabelecemos com os filhos e determina muitas das atitudes e práticas educativas que são adotadas.

E é nesta perspectiva, que por meio de uma análise comparativa entre os discursos dos três grupos de pais, percebemos a diferença clara na percepção e no entendimento de ser criança. Ou seja, os pais que educam batendo atribuem um significado ao ser criança diferente dos pais que educam sem bater.

Vejamos os dois diagramas que melhor explicitam esta diferença:

Diagrama N° 14 CONCEITO DE CRIANÇA I - GRUPO I E II

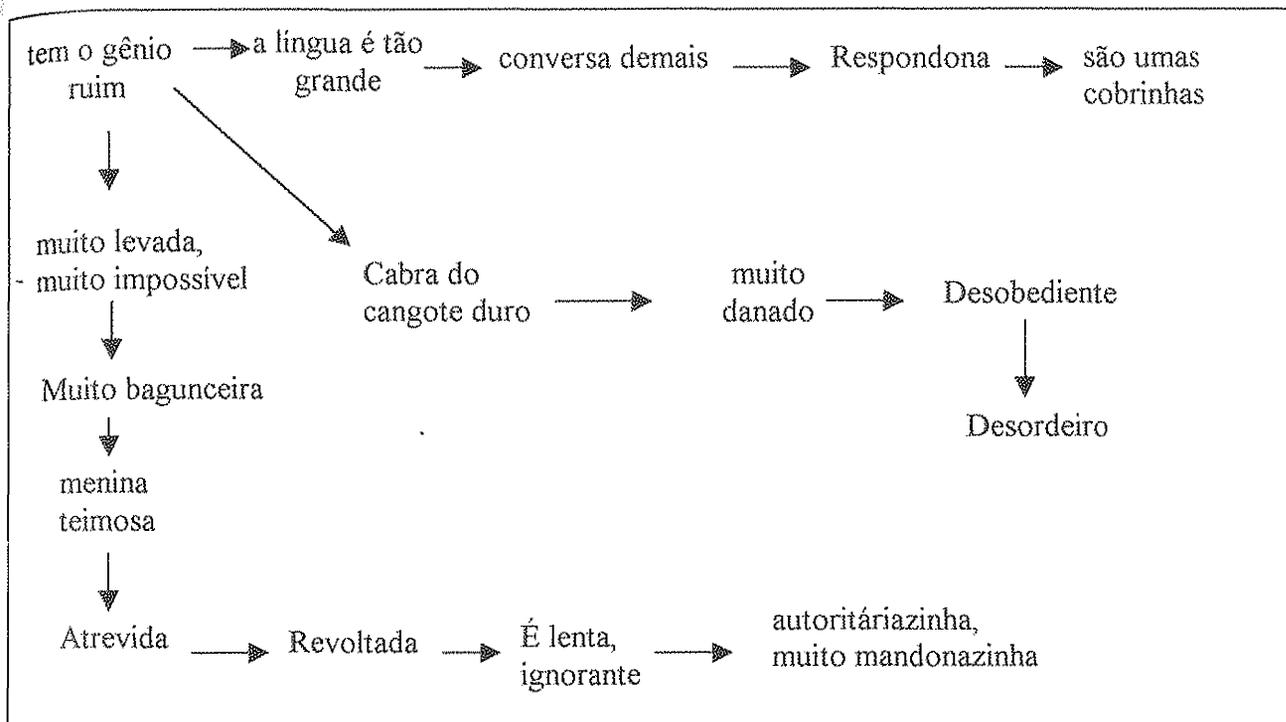
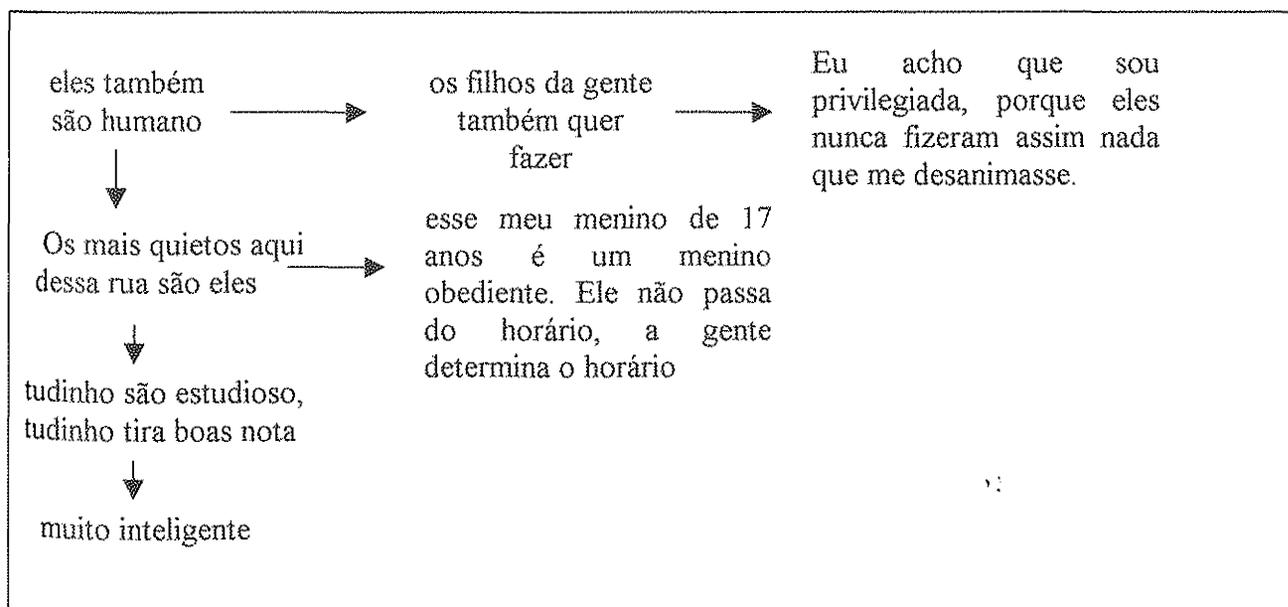


Diagrama N° 15 CONCEITO DE CRIANÇA II - GRUPO III



No primeiro diagrama (N°14) temos o discurso dos pais que educam seus filhos com punições físicas. Eles atribuem à criança características como **gênio ruim**,

desobediente, desordeiro, atrevida, teimosa, revoltada, ignorante, cobrinhas, bagunceira.. Demonstram que seus filhos não são confiáveis, “*conversa demais*”, que “*são umas cobrinhas*”. Além disso, a mãe reconhece na filha característica semelhante a sua quando afirma: “*autoritiazinha, muito mandonazinha*”. A criança para este grupo de pais é compreendida como ser capaz de ameaçar a ordem e as leis que são impostas em casa. E para que a ameaça não aconteça, a educação se torna um conjunto de medidas restritivas com a utilização de castigos e agressões físicas.

Maldonado (1999) explica que se percebemos a criança como um ser essencialmente instintivo, impulsivo, meio selvagem, sentiremos a necessidade de domá-la, colocá-las nos eixos, impondo nossos valores, regras e padrões de conduta. “Talvez adotemos uma posição defensiva para não nos deixarmos dominar.” (p.27). E é exatamente assim que estes pais vêem seus filhos.

Algumas vezes, a dificuldade no relacionamento entre pais e filhos está pautada justamente na dificuldade que os pais têm em entender que a criança é um ser capaz, é “uma pessoa individualizada, única e singular”, portanto diferente e com “o direito de viver a vida de modo próprio, que nem sempre coincide com o que os pais planejam ou sonham” (p.23)

E é no segundo diagrama (N°15) que o discurso dos pais corrobora com esta afirmação. Eles consideram seus filhos como seres humanos que possuem vontade própria e merecem elogios.

*“tudinho são estudioso, tudinho tira boas nota”* (Grupo III)

*“Esse meu menino de 17 anos é um menino obediente. Ele não passa do horário, a gente determina o horário”* (Grupo III)

São capazes de ensinar regras e fazê-las cumpri-las, sem, contudo, tentar dominar através da agressão física, conforme os depoimentos. Neste modo de pensar o ser criança, a relação de pais e filhos se concretiza através do respeito mútuo, com base no diálogo e na preservação da relação estabelecida.

Para estes pais, “entender a criança, respeitá-la significa dialogar com ela”, o que também pressupõe o reconhecimento dela como sujeito social. Diferente dos outros pais, estes acreditam que a educação pode ser pautada numa relação saudável de troca, de respeito mútuo e de aprendizagem. (Damazio, 1994, p.44).

Neste caminhar da análise, percebemos que os discursos dos pais que pertencem aos três grupos no fator C e no fator D são complementares, pois a percepção da maternidade/paternidade está diretamente implicada no conceito que eles têm de criança. Desta forma, as práticas discursivas dos pais que batem e dos que não batem diferem entre si, provocando diferença na atitude, no relacionamento entre pais e filhos.

## FATOR E - RELAÇÕES DE PODER

*“O castigo que eu dou é 4 mãozada nos  
beijos, pra ele entender o que é uma mãe”  
Grupo I*

Para termos a compreensão da complexidade e da dinâmica das relações entre pais e filhos é preciso sublinhar as relações de poder que se entrelaçam e circulam no meio familiar. Tanto nos discursos dos sujeitos, como na literatura, as relações de poder emergem como significativas para análise e compreensão da realidade cotidiana familiar, seja ela violenta ou não.

Desta maneira, apresentamos, primeiramente, a discussão e análise dos diagramas de significação dos grupos I e II e, logo após, os do grupo III.

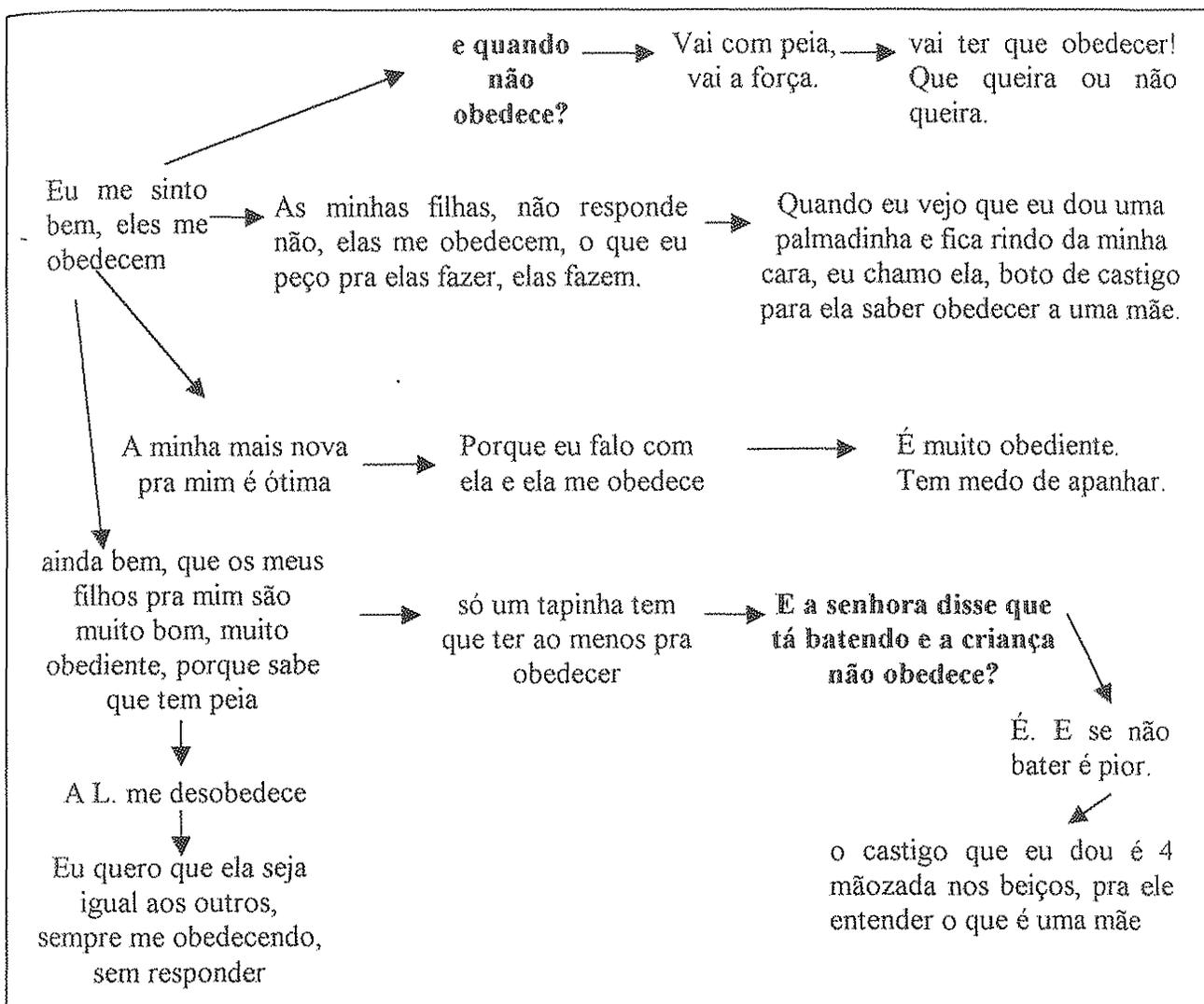
Para os pais que batem em seus filhos, a força empregada é utilizada a serviço do poder. Poder, este, caracterizado como microssocial, que circula no meio familiar, estabelecendo a relação de dominador-dominado para a manutenção da ordem no cotidiano do lar.

A violência física contra crianças e adolescentes concretiza-se num exercício (des) humano de poder, expresso por meio da força, seja ela física e/ou psicológica, com a finalidade de manter, destruir ou construir uma dada ordem de direitos e apropriações, impondo *“limites ou negando a integridade e direitos de outros, sendo acentuada pelas desigualdades sociais.”* (Camargo & Buralli, 1998, P.26).

Diante deste panorama, emergiram dos discursos dos pais que batem a supervalorização da obediência, a cobrança do respeito, a demonstração excessiva de autoridade e força, os excesso de mandos nas tarefas domésticas e o medo da inversão da relação dominador-dominado.

Observemos, o primeiro diagrama.

**Diagrama Nº 16 - OBEDIÊNCIA IRRESTRITA**  
**GRUPO I e II**



O discurso da criança que precisa obedecer a pai e mãe a qualquer custo aparece como significativo e permeia as relações familiares. A obediência do filho é supervalorizada e a desobediência, castigada com a utilização da punição física severa, conforme os depoimentos contidos no diagrama.

Guerra (1998, p.95) considera que a “obediência da criança aos adultos é vista como fundamental e a autoridade dos adultos é sempre exercida, invocando o bem da criança, sendo os protestos desta última posicionados como nulos”.

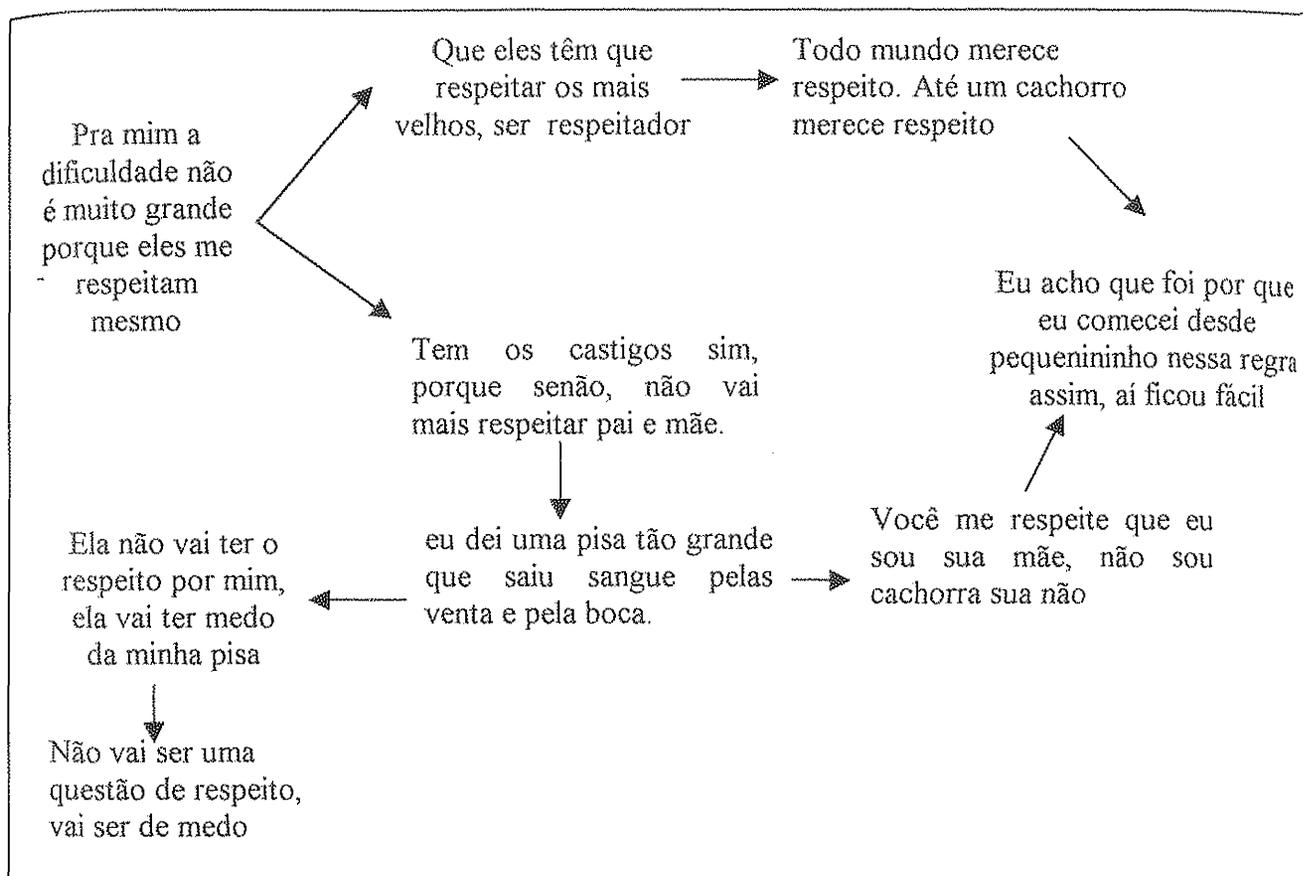
Para os sujeitos, o filho só é considerado bom se obediente, que cumpre e não responde e nem debate as ordens expressas; sem por em questão a autoridade que lhes é concebida pelo pátrio-poder. Defendem que o ato de bater é a melhor forma para conseguir alcançar a obediência tão valorizada nos discursos. Além disso, eles afirmam categoricamente que as crianças os obedecem porque têm medo de apanhar, ou seja, a obediência está intimamente ligada à palmada, que tende a ser cada vez mais forte à medida em que a criança vai desobedecendo as ordens dos pais.

Mais uma vez concordamos com Maldonado (1999) quando afirma que para este grupo de pais há uma grande necessidade em exercer o controle sobre os filhos, comandando explicitamente por meio de muitas ordens, ameaças, punições e limites em excesso. E, assim, acarreta o uso arbitrário do poder nas relações pais e filhos, gerando sentimentos de ressentimento e revolta. A autora coloca ainda que agir desta forma ao longo do processo educativo, pode contribuir para que a criança se torne um adulto submisso e extremamente obediente, bloqueando o desenvolvimento da sua autonomia e da capacidade para tomar decisões. A consequência no comportamento da criança inversa também é verdadeira, contribuindo para a formação de um adulto rebelde e resistente contra tudo e contra todos.

*“Eu só bato quando é preciso, porque ele é muito danado, não me obedece de jeito nenhum e sabe que eu não gosto da desobediência dele.”(Grupo II)*

Depoimentos como este colocam na prática e no discurso que batem em seus filhos para que eles os obedçam e ressaltam que eles precisam entender o que é uma mãe, implica também na cobrança do respeito dentro da relação de poder estabelecida.

Diagrama Nº 17 A COBRANÇA DO RESPEITO - GRUPO I e II



Neste diagrama, a cobrança do respeito à autoridade de mãe/pai fica claro o sentido do valor atribuído ao respeito que os pais devem aprender, mesmo que para isso tenham que apanhar de seus pais. Desta forma, atitudes como estas significam a tentativa de manter a relação de dominador-dominado, subjugando a criança, mantendo-a na condição de submissa. Entretanto, fica claro no discurso que o abuso físico gera medo na criança ao invés do respeito exigido. Assim como a obediência, o respeito também está intrinsecamente ligado a palmada na educação autoritária.

Concordamos com Mielnik (1993,p.208) quando nos fala que o medo ou ameaça não ensina obediência e respeito, mas consegue fazer com que as crianças sofram, se sintam angustiadas, procurando “reagir e fugir a esse estado de coisas,

mediante a formação de problemas como terrores noturnos, insônia, timidez, sentimentos de inferioridade, submissão exagerada, insegurança, etc.”

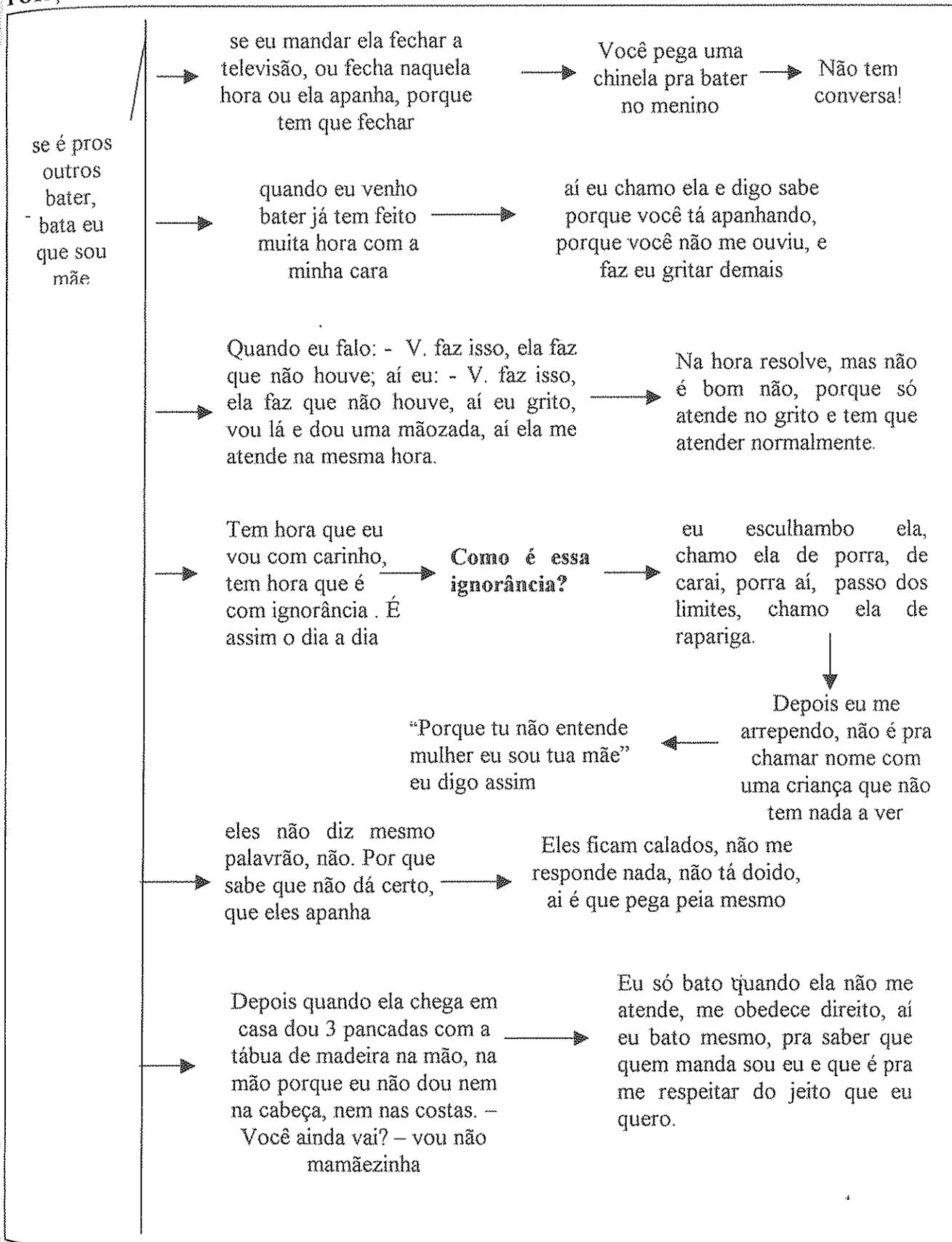
Reafirmamos, aqui, que a autoridade, a disciplina e o respeito são necessários à educação de qualquer criança. Consideramos que alguma forma de restrição, de limite é necessária e indispensável à formação do infante para que ele se torne um sujeito sociável. O limite e a autoridade proporcionam à criança orientar-se diante dos impulsos instintivos, permitindo que ela possa selecionar suas vontades, coordenar seus desejos, fazer julgamentos e respeitar os valores, os costumes e a viver em sociedade (Lins, 2000). Acontece que essa autoridade é social, contudo é vista e pensada como natural, tendo os pais direitos prioritários por natureza sobre a criança. Dessa forma, acontece algumas vezes o autoritarismo, o abuso de autoridade paterna/materna. (Guerra, 1998).

O que buscamos compreender aqui, é esta maneira empregada para o alcance do respeito, da autoridade e da disciplina, que no caso, é o emprego da violência física.

Bater numa criança serve para discipliná-la, ou seja, para controlá-la, submetendo-a a uma certa ordem definida pelo adulto que melhor convém ao funcionamento do grupo familiar; e para castigá-la, punindo-a por suas faltas reais ou supostamente cometidas. (Azevedo & Guerra, 2000).

Nesta perspectiva, analisemos o próximo diagrama:

**Diagrama N° 18- DEMONSTRAÇÃO EXCESSIVA DE AUTORIDADE E FORÇA – GRUPO I E II**



O diagrama mostra não só o abuso da autoridade paterna/materna, como também a explicitação da relação de propriedade, de coisificação da criança caracterizada por uma conduta de violência física e psicológica para o exercício do poder sobre o filho.

*“Se merecer eu meto a peia. se é pros outros bater bata eu que sou mãe. Eu meto a porrada mesmo” (Grupo I)*

*“Venha cá minha filha, sente aqui. Sentou-se, fui lá dentro peguei um pedaço de ripa deste tamanho, me dê as mãos, cada uma mão dei três ripada, me dê os solado dos pés, você sabe porque você vai apanhar nos pés? Pros pés não lhe levar. Ela foi mais? Chame pra vê se ela vai, não vai”. (Grupo I)*

*“Ele sabe que eu tenho problema nos nervo e por qualquer coisa eu se aborreço, mas mesmo assim, ele teima comigo, às vezes eu acho que ele quer saber quem manda mais, mas eu mostro para ele quem manda mais”. (Grupo II)*

Nestas famílias, a prática educativa tem como base no castigo, na punição física de crianças para que possam manter o controle e fazer cumprir as ordens. Estes pais defendem esta estratégia como a melhor forma para se educar, fato este que nos remete à reflexão já apresentada, de que esta é prática semelhante vivida por eles na época de sua infância e internalizado como modelo.

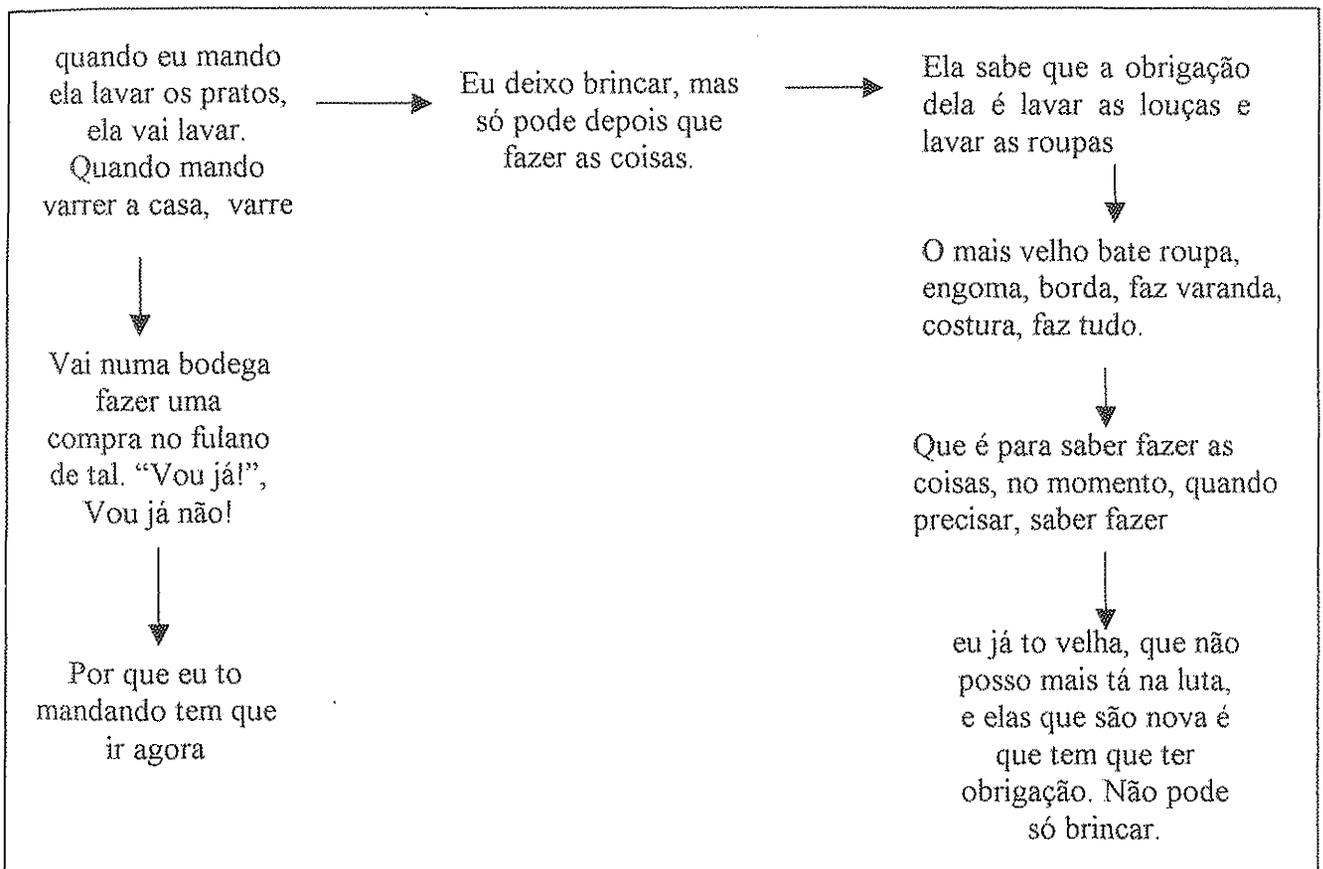
Matui (1995, p.61) ajuda-nos a compreender este fato, sob a ótica do construtivismo, afirmando que “cada indivíduo é síntese das relações existentes e da história dessas relações; é o resumo de todo o passado”. A realidade material (econômica) e social e a sua história ‘determinam’ não só a consciência, mas também as suas atitudes, opiniões e o sentido que atribuem aos fatos, como por exemplo, o sentido de bater nos filhos. “O sujeito e o seu pensamento são reflexos das múltiplas relações existentes na realidade material.”

Para eles, é preciso estar mostrando aos filhos a todo instante que são os donos da casa, os donos do micropoder e comandantes da situação, ultrapassando muito mais que uma relação verticalizada e antidemocrática.

*Pensar a violência como um problema de poder, contradiz a idéia de que violência é uma força bruta e cega. Ela é apenas o instrumento ou a expressão do poder, e este sim, é o cerne da questão. (Camargo & Buralli, 1998,p.25).*

E como expressão do poder nas relações familiares, os sujeitos expõem que as leis de convivência são claras e objetivas, como por exemplo fechar a TV, não poder revidar, não dizer palavrão, além da exigência de um excesso de tarefas domésticas a serem cumpridas, conforme o seguinte diagrama:

**Diagrama N°19 EXCESSO DE TAREFAS DOMÉSTICAS – GRUPO I E II**

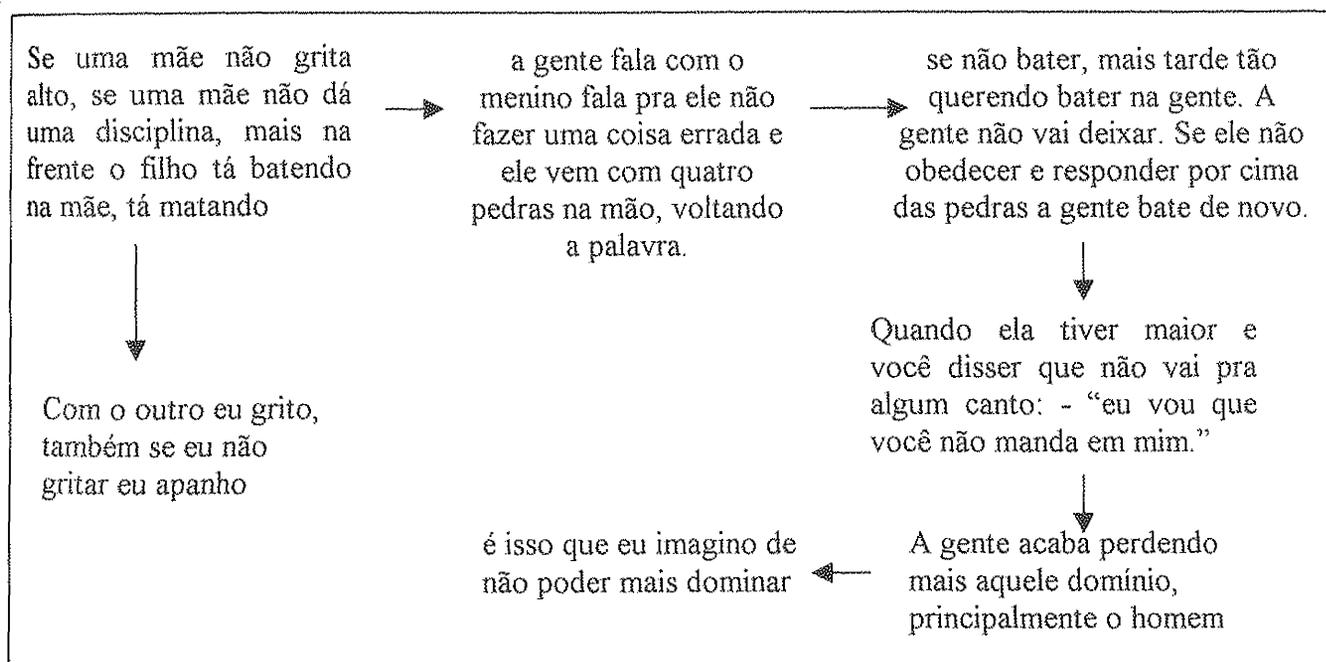


Este diagrama demonstra o não poder brincar na infância devido ao excesso de tarefas domésticas exigidas e cobradas. Para os sujeitos, a tarefa precisa ser executada a qualquer preço, reforçando ainda mais o sentido do controle do corpo, da autoridade que manda e a criança obedece.

Constatamos uma necessidade extrema de auto-afirmação que se manifesta como poder, controle e dominação dos filhos pelo uso da força, reproduzindo os padrões da sociedade em que vivemos. “A tendência auto-afirmativa continua crescendo, e, com ela, a exigência de submissão, que não é o complemento da auto-afirmação, mas o reverso desse fenômeno”. Espera-se um comportamento submisso das crianças em relação a seus pais, e estes precisam se auto-afirmar no desenvolvimento de sua função. (Capra, 1982, p.41)

Assim, eles batem para se manter o controle, batem para satisfazer a necessidade de auto-afirmação e até batem como forma de “prevenção”, por medo explícito da inversão da relação de poder, conforme nos mostra o diagrama a seguir:

**Diagrama Nº20 MEDO DA INVERSÃO DA RELAÇÃO DE PODER – GRUPO I - II**



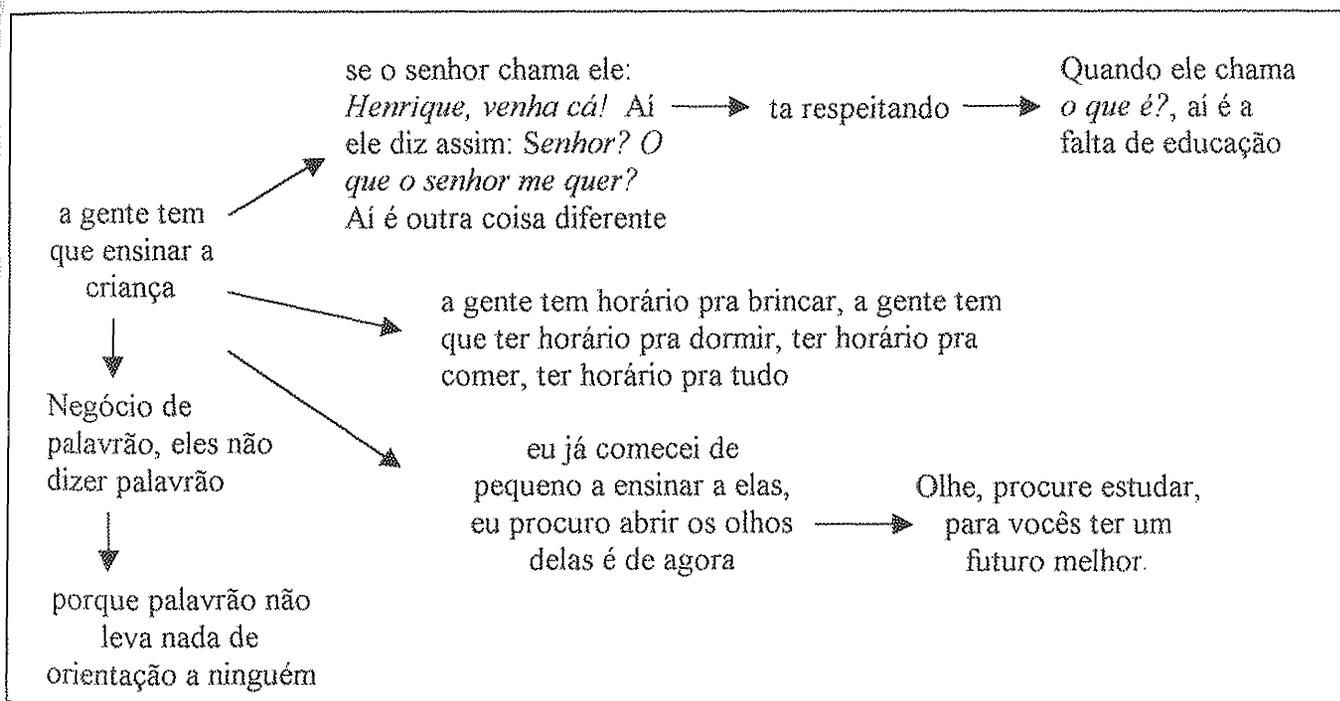
Aqui, o discurso também gira em torno da violência física, entretanto eles deixam claro o temor que sentem se algum filho se revoltar e utilizar neles a mesma prática: a agressão física. Eles expõem o medo de não poder exercer o controle, de não

poder mais dominar e combatem isso utilizando mais violência, até como forma de prevenir que isso aconteça.

Até o presente momento, descrevemos e analisamos as práticas discursivas dos pais que batem acerca das relações de poder, caracterizadas pela supervalorização da obediência e do respeito, pelo controle e excesso de leis, utilizando a violência física quando estas são transgredidas.

Partindo para uma análise comparativa, apresentamos a configuração das relações de poder sob uma ótica diferente: a dos pais que não utilizam a pedagogia da palmatória. Observemos o diagrama:

**Diagrama Nº 21 CONSTRUÇÃO DO PROCESSO EDUCATIVO NAS RELAÇÕES DE PODER – GRUPO III**

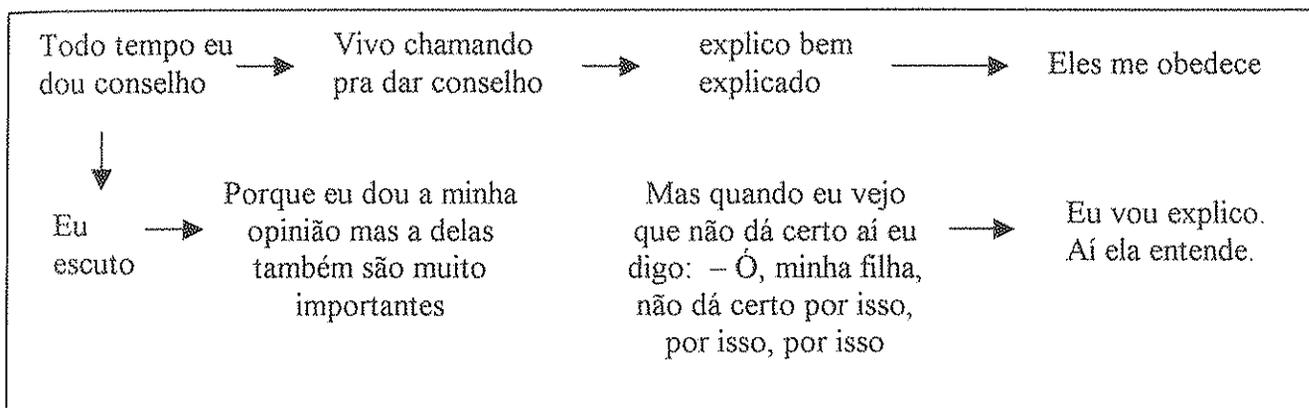


Semelhante às práticas discursivas dos outros dois grupos, estes pais valorizam também o respeito, a obediência; estabelecem regras de convivência, horários a serem cumpridos, além da preocupação com o futuro. Entretanto, a diferença está pautada na condução do processo e no tipo de relação estabelecido entre pais e filhos.

*"Eu escuto, né? Porque eu dou a minha opinião mas a delas também são muito importantes, né? Mas quando eu vejo que não dá certo aí eu digo: " – Ó, P., minha filha, não dá certo por isso, por isso, por isso. Ouviu ou quer que eu explique de novo?" aí ela: " – Mãe, explica de novo". Eu vou explico. Aí ela entende." (Grupo III).*

Nas famílias democráticas, as relações de poder não deixam de existir: as relações entre pais e filhos são verticalizadas; existe o exercício da autoridade; a vivência da obediência e do respeito. A diferença fundamental está na forma como estas relações são construídas ao longo do cotidiano familiar. Percebemos que o processo educativo nestas famílias é construído tendo como base o diálogo.

#### Diagrama N° 22 RESPEITO E OBEDIÊNCIA – GRUPO III



Estes pais expõem que tudo é explicado, dão bastante conselho e respeitam a opinião dos filhos. Para eles, existe o reconhecimento da individualidade e do direito que o filho tem de participar da educação. Não se preocupam excessivamente em controlar o que as crianças fazem, mas com o conteúdo dos ensinamentos e as experiências vivenciadas.

Ellis (1995) considera que os pais que agem desta maneira são capazes de compreender seu filho como distinto de si e respeitá-lo em seus direitos de ter sentimentos, opiniões e idéias próprias.

Concordamos com Damazio (1994, p.17) que tal atitude dos pais significa reconhecer que a criança é um "sujeito em seu processo de crescimento, com suas

possibilidades orgânicas e mentais e portadora de seus próprios meios de viver e conhecer a realidade.”

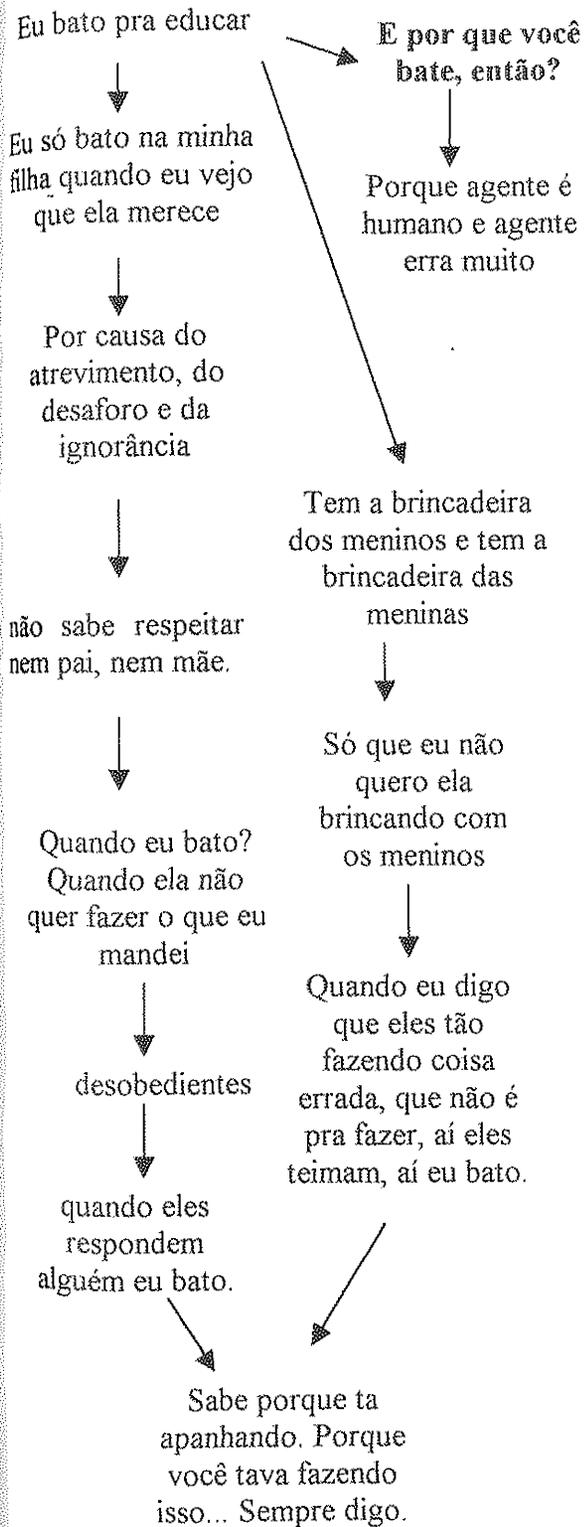
Não defendemos aqui, a inversão do poder, em que pais extremamente permissivos, permitem que a criança os controle e os domine em suas exigências e vontades para não causar os famosos “traumas de infância.” Embora os sujeitos não utilizem a mesma prática punitiva dos outros grupos, eles sabem que autoridade e carinho são necessários à formação de seus filhos e resolvem as situações de conflito com moderação e respeito.

É fundamentalmente na análise deste fator que alcancemos a compreensão das relações entre pais e filhos nos diversos grupos estudados. Aqui, encontramos respostas complexas e carregadas de significado que condizem com a literatura e implicam numa rede intrínseca de relações, em especial, as relações de poder sob a ótica dos pais.

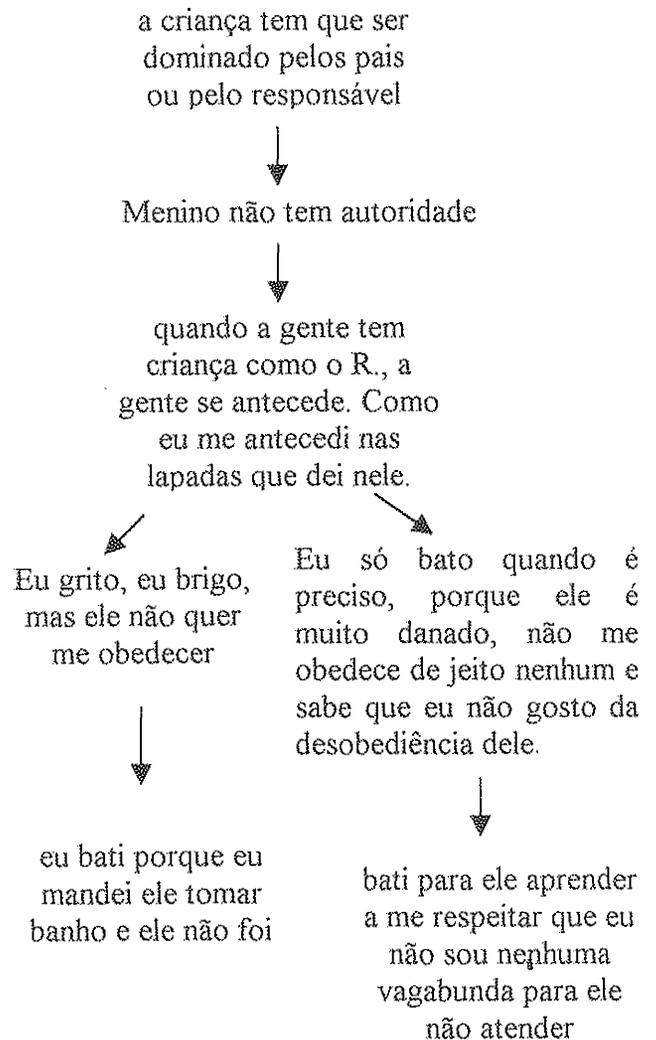
Se retornarmos ao ponto de partida, o guia de análise, veremos o quanto estes fatores estão interligados entre si. Passemos, então para o próximo fator no qual discutiremos os motivos que levam os pais a baterem ou não em seus filhos.

## FATOR F – MOTIVOS PARA BATER OU NÃO BATER

### Diagrama Nº 23 MOTIVOS PARA BATER GRUPO I



### Diagrama Nº 24 MOTIVOS PARA BATER GRUPO II



Conforme observamos no diagrama do grupo I, os pais explicam que batem para educar, depositando a culpa dos castigos físicos sobre a criança, ou seja, só batem quando ela merece, quando desrespeita alguma ordem e não obedece. Comparando com os pais do grupo II, notamos que eles apresentam discursos semelhantes, não havendo diferença significativa entre a forma de pensar.

*Bater nos filhos é uma prática em que a criança – rebaixada à condição de réu – não tem a quem apelar para defender-se, assim como suas tentativas de resistência (gritos, esperneio) fazem redobrar a fúria punitiva. (Azevedo & Guerra, 2000, p.51)*

Os motivos apontados por eles para elevar a criança à condição de réu foram: atrevimento, desaforo, desrespeito, desobediência, teimosia, as diferenças de brincadeiras, que conotam as diferenças de gênero, descumprimento das ordens, a revolta e a rebeldia.

Corroboram conosco, Azevedo & Guerra (2000, p.49) quando afirmam que bater nos filhos é a

*resposta (punitiva por excelência) dos pais em relação a comportamento característicos da criança e que acabam sendo assim erigidos à categoria de faltas: travessuras, choro, desobediência, rebeldia, dificuldade no aprendizado.*

Nos dois grupos, a cultura do bater nos filhos se concretiza como um direito dos pais, para o bem dos filhos. Acreditam que para ser um bom pai ou uma boa mãe precisam ser rígidos, autoritários e punitivos com seus filhos. Percebemos que para eles esta prática não significa agressão ou violência, mas a forma adequada de educar, em especial para os pais do SOS-Criança. Este grupo, não compreende e não aceita os motivos pelos quais foram afastados de seus filhos. Segundo eles estavam educando à sua maneira e, de forma alguma, a criança estava correndo perigo, conforme afirmam:

*“Eu bati porque eu mandei ele tomar banho e ele não foi. Depois ele tava brincando com umas tiras de borracha que arranjou não sei aonde dentro de casa, aí que não suportei ver aquela cena dele todo sujo, e acabei perdendo a paciência e*

*tomei as tiras e bati para ele aprender a me respeitar que eu não sou nenhuma vagabunda para ele não atender”*(Grupo II).

*“É difícil eu bater nele. Ele fez eu bater nele. Eu não bato nele não, só quando ele faz dano demais.”* (Grupo II)

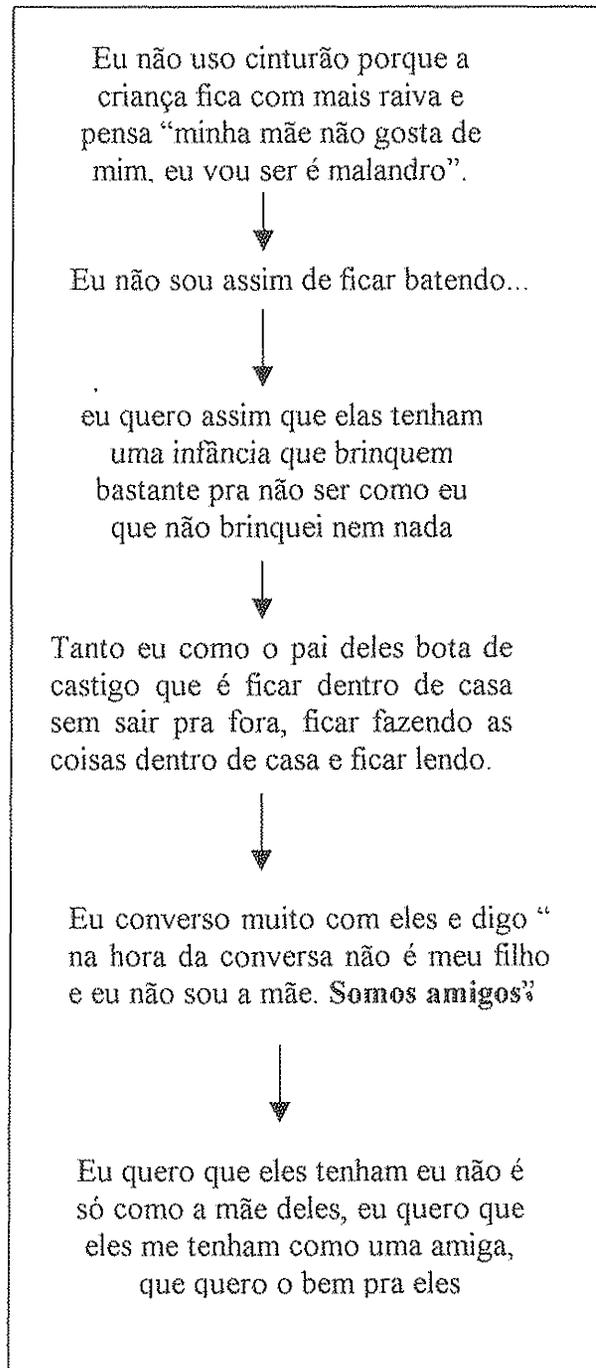
A pedagogia da palmatória tem eficácia no processo educativo conforme seus discursos. Bater nos filhos é uma prática suportada não só pela tradição, mas também por uma firme convicção na sua eficácia pedagógica. (Azevedo & Guerra, 2000).

A criança é geralmente avaliada como uma transgressora da ordem, das regras já definidas no mundo adultocêntrico. “O adulto, ao invocar os motivos, avoca para si as razões de ter cometido tais atos de violência, escudando-se no princípio de que a criança lhe deve *mesmo obediência* e que seus desejos são uma ordem.” (Guerra, 1998, p118).

É interessante assinalar um depoimento que afirmou ser a culpa desta atitude devido ao fato de ser humano e como tal tender a errar: “*Porque a gente é humano e a gente erra muito*”. Os outros sujeitos, de ambos grupos, colocam a culpa no comportamento das crianças.

Em contraposição às práticas discursivas dos pais que batem, temos os motivos apontados pelos pais que não batem para não adotar tal prática com seus filhos. Assim, vejamos:

### DIAGRAMA Nº 24 MOTIVOS PARA NÃO BATER - GRUPO III



Por meio de suas falas, destacamos desse grupo os motivos pelos quais não adotam esta prática, mesmo vivendo sob as mesmas condições sócio-econômicas dos outros grupos, tendo também vivido experiências de violência intrafamiliar na infância.

O primeiro indício de motivo seria a manutenção da harmonia no lar e da afetividade existente nas relações entre pais e filhos. Eles não só acreditam na ineficácia da palmada para educar, como também no ensinamento errôneo que ela produz, ou seja, eles temem que o uso da violência favoreça a formação de um filho violento, malandro. Merece destaque também o respeito à condição do ser criança que precisa brincar enquanto vive esta fase da vida.

Além disso, percebemos que estas famílias não são permissivas, pois deixam clara a existência de castigos como forma de impor limites e autoridade, contribuindo assim, para a formação adequada e saudável da criança.

Zagury (2000) explica que existem formas mais eficazes e eficientes de manter a disciplina e contornar as situações de conflito, como por exemplo através da explicação do problema, da conversa aberta e sincera que deve haver no meio familiar.

Constatamos que é importante para esse grupo de pais a relação de afetividade que constróem com seus filhos, sendo significativa a amizade como ponte para a confiança e o diálogo.

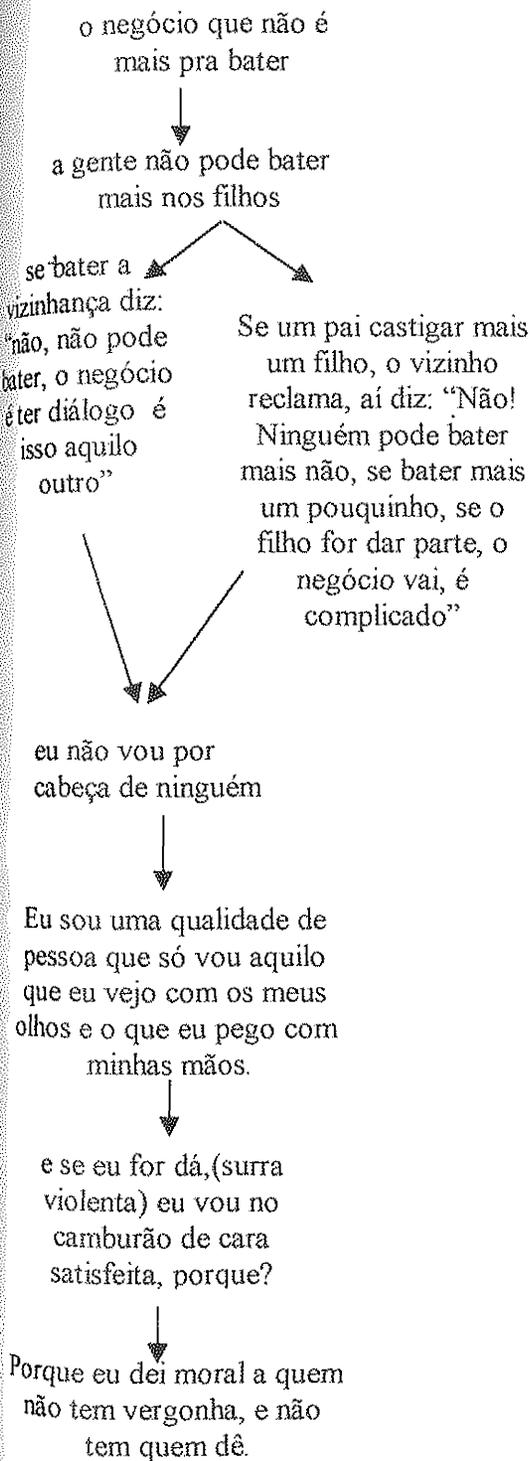
Em suma, vemos que os motivos para bater são os mais variados, os quais servem como justificativa para agredir fisicamente uma criança. Aqui, o que mais nos surpreendeu foi o fato de que não há diferença fundamental nos discursos dos pais dos grupos I e II. Batem em nome da educação, mesmo sabendo que poderão com isso perder a guarda dos filhos. A diferença é revelada mesmo nos discursos dos pais que não batem. Não batem porque utilizam o diálogo como forma de educar.

Retomando o modelo de análise, passemos então, para a discussão do último fator, o controle social.

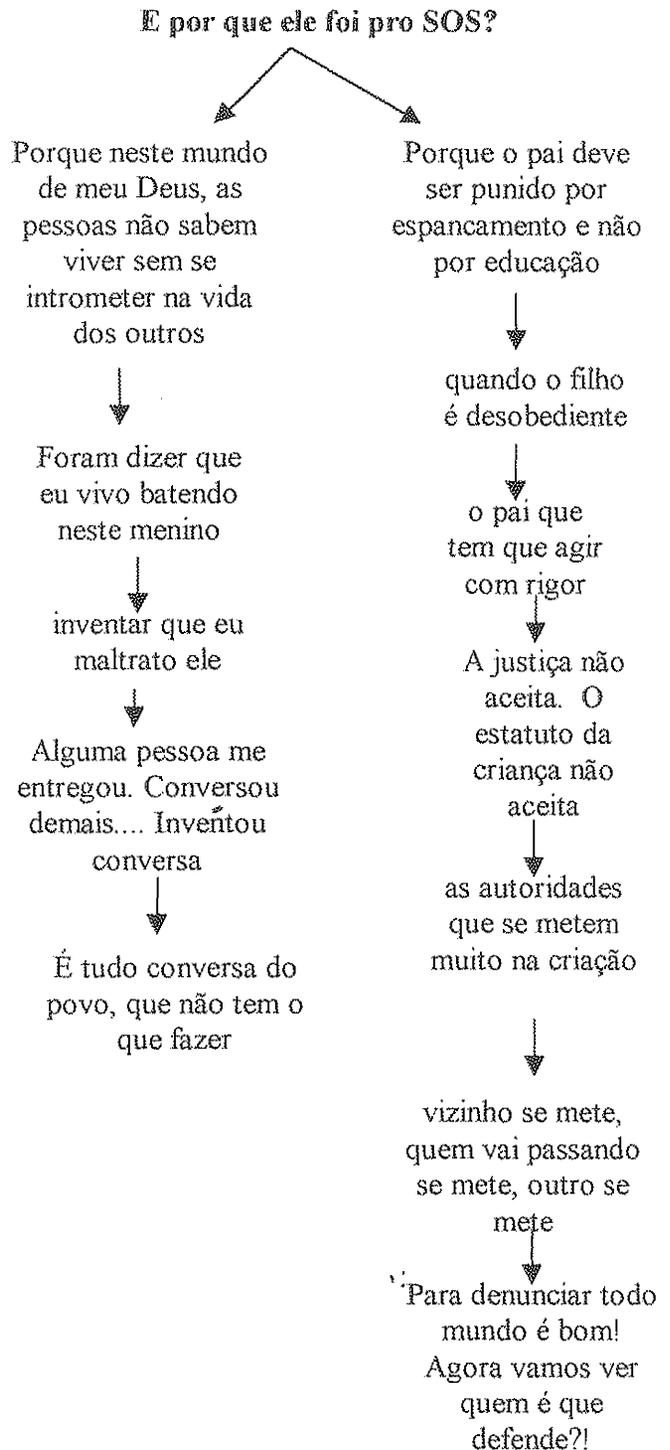
∴

## FATOR G – CONTROLE SOCIAL

### Diagrama N° 26 GRUPO I



### Diagrama N°27 GRUPO II



Ao chegarmos neste ponto de discussão e reflexão, percebemos que os significados, os pensamentos, as representações e atitudes do grupo II não diferem substancialmente do grupo I. Estas famílias são autoritárias, exercem a mesma prática pedagógica e se utilizam justificativas semelhantes para explicar tal prática.

O que fundamentalmente os diferenciou foi o fato de que no grupo II houve a denúncia de maus-tratos e os pais perderam a guarda de seus filhos. Isto nos dá a idéia de que a qualquer momento um pai ou uma mãe do grupo I pode vir a pertencer ao grupo II, bastando para isso, uma denúncia de um vizinho, amigo ou parente. A denúncia acontece como uma tentativa social de romper a cadeia da violência doméstica instalada.

Em um estudo de avaliação do serviço de atenção a crianças vítimas de violência, Gonçalves et al (1999) constataram que a denúncia é encaminhada por pessoas que têm vínculo familiar (32,5%) ou de amizade e vizinhança (27,6%), optando pelo anonimato.

Dessa forma, o denunciante exerce uma forma de controle social, ao notificar e trazer a público a violência física na vida cotidiana da família.

Dentre os três entrevistados no SOS-Criança, dois foram denunciados por vizinhos e um por familiares próximos. É válido ressaltar que a denúncia só ocorre quando o fato já se torna insuportável, quando o bater já incomoda e não é mais visto como natural.

O discurso dos pais segue duas linhas de significado: uma é a negação e não aceitação dos maus-tratos, afirmando que a comunidade inventou a história, tomando uma atitude intrometida na vida deles; a outra linha aceita a punição de quem pratica espancamento e até fala no Estatuto da Criança, entretanto não acredita que tenha feito mal algum ao filho.

*“Neste mundo de meu Deus, as pessoas não sabem viver sem se intrometer na vida dos outros. Foram dizer que eu vivo batendo neste menino”. (Grupo II)*

*"Eu não ando espionando a vida de seu ninguém, mas a minha vida é observada por todo mundo. E nem adianta eu mudar de casa que vem outras pessoas fazer as mesmas coisa. Só pode ser inveja da minha pessoa. Outra coisa não é, é inveja." (Grupo II).*

*"E como o pessoal da rua não tem o que fazer, fica inventando conversa da pessoa. Já pensou? Que eu fico espancando o menino. E não acontece. Pode perguntar a ele, que isso não acontece de jeito nenhum. Ele não passa fome. É tudo conversa do povo, que não tem o que fazer. (Grupo II).*

*"eu acho que a criação de hoje, eu atribuo à mau criação de hoje 50%, aos pai que não procuram educar. 30%, as autoridades que se metem muito na criação e os outros 20%, ao estatuto da criança e do adolescente, que também é outra coisa."(Grupo II)*

Falas que expressam o sentido de estarem vivenciando uma grande injustiça social, por conta de pessoas que ousam se intrometer na forma como educam seus filhos. A representação da vizinhança, das autoridades e da Justiça para eles apresenta-se como intrusos inadequados no meio familiar.

De modo semelhante, pensam e representam por meio de seus discursos, os pais da comunidade, que não vivenciaram o processo na justiça, mas reconhecem que vivem sob o controle social da mesma comunidade. Entretanto são categóricos em afirmar e acreditar que ao baterem em seus filhos estão educando-os e não cometendo um ato de violência.

### 6.3. MAS QUAL O LIMITE?

Dimensões do imaginário social concretizadas nos discursos dos pais.

*“Por que o pai deve ser punido  
por espancamento e não por educação”*

Grupo III

No processo de construção dos sentidos atribuídos ao tipo de educação estabelecida e às formas de relacionamento entre pais e filhos, percebemos que há um discurso coletivo, compartilhado, no qual os pais apoiam sua defesa para justificar tal atitude para com o filho. A isto podemos chamar de imaginário social.

Para compreendermos melhor, Costa e Machado (1999, p.7) explicam que as pessoas apropriam-se do social de forma individual e mantém um diálogo reflexivo com a realidade social. Isto se dá através de expressões do imaginário construídas a partir de ações e experiências vivenciadas ao longo da vida. Daí, “ o imaginário pode ser entendido como materialidade e ficção, como significação que os homens conferem ao mundo. ‘É o perfume da flor’, como ensinara Barbier.”

Ressaltamos aqui, que a noção de “ imaginário é interclasse, algo partilhado nas relações sociais. Na elaboração de uma ordenação do mundo, o homem faz a si mesmo e a sua própria história, além de produzir as crenças, os mitos e as ilusões.” (Flausino, 1999, p.42)

Nos repertórios dos pais encontramos características essenciais que formam este imaginário social, em especial nos discursos dos pais (Grupos I e II) que educam batendo, perpassando todos os fatores já mencionados.

Ao levantarmos esta discussão, Guerra e Azevedo (2001, p.227) explicam que são inúmeros argumentos contidos no imaginário social para defender a prática pedagógica da palmada, o que associamos com os repertórios dos sujeitos. Assim, vejamos:

Guerra e Azevedo (2001, p. 227)	Discurso dos pais – Grupos I e II
1 – mito do pai-patrão – com direito de vida e morte sobre os filhos	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ <i>Uma mãe que não bate fica sem moral</i></li> <li>→ <i>Porque nem toda mãe não tem moral pra dar os filhos.</i></li> <li>→ <i>Uma pisa só de levezinho não tem futuro não</i></li> <li>→ <i>Dê educação. Se o cabra for do cangote duro, plante-lhe um pedaço de pau, derrube</i></li> <li>→ <i>Até o cachorro quando se cria solto não presta. E gente pode prestar? Não se pode criar filho solto!</i></li> </ul>
2 – mito da punição preventiva – para evitar males maiores e futuros	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ <i>Porque se mais tarde é dos outros bater, bate a gente que é mãe</i></li> <li>→ <i>Existe um certo ponto que a gente quer dominar tanto a vida dos filhos, que o filho se liberta e vai pro mal exemplo, a gente não tem controle.</i></li> <li>→ <i>Agora uma mãe passa a mão em cima do filho. O que ela tá querendo daquele filho? É um desordeiro no meio da rua</i></li> </ul>
3 – mito da criança má – a merecer punição por estar sempre em erro e/ou pecado	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ <i>Ai não tem mais como botar no cabresto. Se não começa de pequeno, não dá. Vai botar rédea na boca do sapo.</i></li> <li>→ <i>Espinho quando tem que ser bom, já traz a ponta, quando tem que ser ruim já vem robudo</i></li> <li>→ <i>Tem criança quando nasce que o espinho é torto, morre torto e não tem quem ajeite</i></li> <li>→ <i>Vendo o mundo por um cruzado e as capa do fundo, ainda vende a mãe por trás.</i></li> </ul>
4 – mito do próprio bem dos filhos – sempre decidido pelos adultos	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ <i>Hoje em dia a gente vê, pelo gosto da gente, os filhos da gente não tinha nenhum que fosse errado, pelo gosto da gente era tudo direitinho como a gente cria, só que não é.</i></li> </ul>
5 – mito das virtudes mágicas do bater – a força e o último argumento	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ <i>A gente tá falando, explicando, não é assim, é assim, mas aí quando vê que não dá certo, que a pessoa tá pensando que é brincadeira, aí então tem que apelar pra peia, mas demais não</i></li> </ul>

No imaginário social destes pais, a educação precisa ser rigorosa, autoritária com a utilização de castigos físicos para que as crianças possam lhes obedecer e manter a relação de dominação-submissão. É preciso colocar o ‘cabresto’. Por meio da utilização simbólica, comparando a criança a um ‘espinho’, eles imaginam que os filhos já trazem uma marca de personalidade como sendo desobedientes, malcriados e precisam ser dominados ainda na infância. O repertório demonstra ainda que, em seu

imaginário, o ato de não bater tem como consequência a perda da autoridade, do exercício do poder.

*O que estaria sendo punido aqui seria 'o pecado capital da desobediência aos pais' decorrente da ideologia dos pais perfeitos a quem, por princípio, as crianças deveriam obediência incondicional. (Guerra & Azevedo, 2001, p.228).*

Tendo por base este repertório sobre a educação, a criança e suas relações familiares, percebemos também, para eles, o ato de bater não se constitui num ato violento já que o fazem em nome da educação.

Bater para educar = bater para maltratar	<ul style="list-style-type: none"><li>→ <i>Batêr sim, mas com tolerância e perseverança para que a gente não se desorienta, não se cause o pior</i></li><li>→ <i>Tem pai que diz assim: "Eu bato pra educar, pra ele saber que tá errado, pra ele sentir que tá errado". Isso aí não é violência contra os filhos.</i></li><li>→ <i>A gente não vai dar uma pisa de exagerada, mas a gente tem que bater</i></li><li>→ <i>A palmada não dói muito, e a peia é pegar um cinturão e dá até sair sangue, aí dói</i></li><li>→ <i>Tem que deixar marca, que é pra se lembrar, se tocar que ele não deve mais fazer o que ele fez, porque apanhou por causa daquilo, cada vez que ele olhar pro braço ou pra perna, onde for, deixa marca aí não faz mais</i></li><li>→ <i>Demais pra deixar sinal, pra deixar aleijado, aí também não pode ser, é só pra ele reconhecer o erro, e que se ele não fizer apanha mesmo né. Tem que temer né, mas não demais.</i></li><li>→ <i>É a palmada, não fica mancha, a palmada dói muito pouco, a gente dá com a mão, e o espancamento é com um pau, com uma corda, é com a estaca, aí fica a marca, o sangue desce...</i></li><li>→ <i>Tem uma grande diferença duma palmada, pra um espancamento, pra quem dá só um palmada, e pra quem agarra o pau e bota logo abaixo.</i></li><li>→ <i>Uma grande diferença, na força de um tapa, pra uma coisa pior.</i></li><li>→ <i>Por que o pai deve ser punido por espancamento e não por educação.</i></li></ul>
---	--

Lendo os depoimentos, observamos que no imaginário deles há uma diferença clara entre bater para maltratar e bater para educar, embora todos pratiquem a segunda opção.

O limite, segundo eles, estaria na força empregada no ato de bater: uma palmada não dói, um espancamento sim. Um sujeito alegou que é preciso haver tolerância e perseverança para evitar o pior, mas defende o bater como prática pedagógica eficaz. Outros explicam que a marca deixada na pele da criança representa o símbolo do erro que não deverá se cometido uma segunda vez.

Concordamos com Camargo & Buralli (1998, p.162) quando afirmam que quanto mais violentas são as agressões cometidas pelos pais, mais se amplia o limite aceitável de violência como prática disciplinadora. “Nessa senda de raciocínio, acredita-se que é na linha imaginária que se encontra a divisória entre os atos violentos e os disciplinadores. **Este é o mais importante obstáculo para o combate da violência física familiar.**” (Grifo nosso).

Deparamo-nos, assim, com o limite existente somente entre o bater e o não bater, se levarmos em consideração a influência que todos fatores, aqui apresentados e discutidos, exercem sobre as práticas educativas estabelecidas nas famílias estudadas. Não há diferença ou limite estabelecido entre bater para educar e bater para maltratar, tendo em vista que o ato e a atitude são intencionais, e causam dor física. Se retomarmos os modelos teóricos, veremos a progressão crescente das práticas educativas que se utilizam do castigo físico. O limite seria uma linha imaginária entre bater e não bater, no qual as práticas educativas são contrárias, baseadas em conceitos, representações e discursos diferentes.

O que aprendemos com este imaginário social dos pais que batem, é que vivemos numa cultura onde se defende e se valoriza a prática pedagógica do castigo corporal doméstico sem reconhecer e considerar essa prática como violência contra crianças e adolescentes, mesmo nos discursos dos pais que já estão respondendo processo por espancamento, por um ato de violência contra seus filhos.

## 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“ Nem todas mães, nem todos pais, sabe educar filho”*

(Grupo II)

O trecho acima reproduzido como epígrafe é parte do discurso de um pai do SOS-Criança e serve bem para ilustrar a constatação clara de que os pais e as mães não estão preparados para exercerem suas funções, ou seja, educar uma criança, sabendo impor limites na medida certa, sem contudo, agredi-la fisicamente. **Mas como mudar este fato constatado?**

Ao longo do processo de construção desta pesquisa, tivemos por objetivo compreender a significação do ato de bater para educar os filhos, tendo em vista que a violência física doméstica se constitui num problema real de Saúde Pública.

Entendemos que o fenômeno da violência física contra crianças e adolescentes permeia uma série de fatores intra e extrafamiliares, apresentando causas multifatoriais, além de ser uma problemática sócio-psico-interacionista e historicamente construída.

Deparamo-nos com três realidades familiares distintas: pais que educam batendo e vivem na comunidade (Grupo I), pais que não batem (Grupo III) e pais que bateram demais (Grupo II) e estão sob intervenção do Estado, tendo como consequência a perda da guarda dos filhos.

Dentre os fatores apresentados, vemos que a **obediência, o respeito rigoroso aos mais velhos, a rigidez das regras estabelecidas** possuem um sentido no processo educativo, destacando-se como fundamentais nas relações familiares para que uma criança seja bem educada. Entretanto é significativo a constatação de que o medo de apanhar se configura no real motivo para ser obediente. Reforça, ainda, o poder do adulto e o mundo adultocêntrico regido por regras e ordens bem estabelecidas, que estão intimamente ligadas ao ato de bater, que tende a ser cada vez mais forte e mais freqüente na medida em que a criança vai desobedecendo às ordens dos pais.

Sublinhamos que nas famílias que não utilizam a educação autoritária, as relações de poder não deixam de existir. O que as difere dos outros grupos, é a forma como estas relações são construídas ao longo do cotidiano familiar. Percebemos que o processo educativo nestas famílias é construído tendo como base o diálogo e o respeito mútuo.

A educação baseada no trabalho, com obrigações, tarefas domésticas e responsabilidades de adulto aplicadas às crianças, apareceu nos repertórios como algo bastante valorizado pelos sujeitos, que foi internalizado e serve de base para educação de seus filhos.

Destacamos a existência de fatores externos significativos que os sujeitos revelaram, tendo a preocupação e o temor com a influência direta e negativa que o meio pode exercer sobre seus filhos, como por exemplo, os riscos de viver na favela, a luta diária pela sobrevivência, a utilização do álcool e drogas, considerando o processo de exclusão social que vivem. Desta maneira, a instituição policial aparece como significativa, representada por seu caráter violento, punitivo, repressor e agressivo.

É importante ressaltar que para os pais que batem a criança apresenta características como **gênio ruim, desobediente, desordeiro, atrevida, teimosa, revoltada, ignorante, cobrinhas, bagunceira**. A ela é atribuído o sentido de um ser capaz de ameaçar a ordem e as leis que são impostas em casa. É preciso dominá-la, colocá-la nos eixos, conforme o imaginário deles. Desta forma, a educação toma forma de um conjunto de medidas restritivas com a utilização de castigos e agressões físicas. Enquanto que nos discursos dos pais que não batem, a representação do ser criança aparece como seres humanos que possuem opinião e identidades próprias, sendo a educação pautada no diálogo e no respeito mútuo.

Em seus repertórios, a diferença praticamente não existe entre os pais que batem. O conceito de criança, os modelos intra e extrafamiliar internalizados, as relações de poder estabelecidas e o cotidiano violento não diferenciam substancialmente nas práticas discursivas dos dois grupos. Para eles, a palmada é a mesma. **Não há diferença entre bater para educar e bater para maltratar.**

A diferença fundamental encontrada é nos discursos do grupo III. Eles não só acreditam na ineficácia da palmada para educar, como também no ensinamento errôneo que ela produz, temendo que o uso da violência contribua para a formação de um filho violento, malandro. Destaque também para o respeito à condição do ser criança, compreendendo que ela precisa brincar enquanto vive esta fase da vida.

No imaginário social dos grupos I e II, os repertórios defendem a utilização da palmada, da pisa, do açoite como prática pedagógica eficaz, e alguns, ainda alegam ser importante deixar a marca no corpo para que a criança lembre do erro e não o cometa mais. Tudo isso pode gerar raiva, dor, trauma, baixa auto-estima na criança, entretanto, eles não consideram que estejam cometendo atos de violência física contra seus filhos, alegando que é para o bem deles. Ressaltamos que o **aspecto transgeracional** exerce influência no estilo de educação adotado pelos pais e contribui de forma incisiva na construção deste discurso. Foi esta a prática que eles aprenderam, vivenciada quando criança. E, da mesma maneira, educam seus filhos.

Enfim, encontramos respostas que nos indicam afirmar que os pais da comunidade correm um grande risco de perderem a guarda dos seus filhos, bastando para isso uma denúncia de um parente ou vizinho da comunidade.

Como a política brasileira atual de enfrentamento da violência doméstica ainda é do tipo *ex post fact*, a intervenção na família só acontece quando se instala o processo de denúncia. E para esta denúncia acontecer é preciso que 'alguém' fique indignado com a violência que existe naquela família. Daí, a atenção se pauta no cuidado primordial à vítima e não à família, à sua condição e aos motivos que levaram o agressor a cometer tal atitude.

A concretização desta política se pauta na atuação dos SOS-Criança espelhados pelo Brasil. No Ceará, temos uma unidade que atente todo território estadual, sendo localizado na capital – Fortaleza, local de estudo desta pesquisa. Nele, encontramos uma equipe multiprofissional que apura as denúncias recebidas e executa as ordens judiciais, separando as crianças de seus pais quando provado que estas estão correndo risco de vida. Na instituição, há casas-abrigo para estas crianças, entretanto lá,

encontramos não só as maltratadas, como também órfãos, abandonadas, fugitivas e crianças que perderam suas casas na enchente. Vivenciando o dia-a-dia da instituição, percebemos que as crianças são bem tratadas, alimentadas, com espaço que lhes permitem brincar e não deixam de freqüentar a escola. Constatamos que não há um trabalho efetivo de prevenção dos maus-tratos infantis nas famílias, tendo em vista a equipe reduzida que não consegue atender a uma grande demanda. Além disso, não há um trabalho contínuo e permanente de acompanhamento das famílias separadas, tanto no aspecto social, como no psicológico e/ou cultural.

Diante desta realidade, nesta pesquisa, obtemos respostas dos pais complexas e diversas que sinalizam para a necessidade da construção de um projeto macro e microssocial. Macrossocial se traduz na melhoria da distribuição de renda, na garantia de emprego, na oferta de melhores serviços de saúde, escolas e bem-estar social para todos. Microssocial significa atuar na educação de pais e mães, informando-os e preparando-os para desempenhar adequadamente seus papéis na educação de seus filhos, mesmo dentro das condições de vida precárias e no atual sistema econômico desigual e desumano.

Vemos que tal iniciativa pode ser pretensiosa, talvez até sonhadora, mas bem real e possível, se observarmos que, em diversos lugares do país, há cientistas, educadores, pesquisadores, estudantes, grupos de pais, políticos, conselhos tutelares, entidades civis e não governamentais estão preocupados com a problemática da violência social e, em especial, da violência física de pais contra filhos.

Entretanto, o olhar para esta problemática ainda se constitui em buscar estratégias para apoiar as vítimas de violência; cuidar dos aspectos psicológicos; separar vítima do agressor; romper a cadeia de violência; sensibilizar profissionais de saúde para a detecção da violência e notificação, etc. Tudo isso é importante sim, mas é só quando a violência acontece. E como fazer para não acontecer?

Reforçamos a idéia da estudiosa Biasoli-Alves (2001) ao considerar que se desejamos trabalhar formas adequadas de relacionamentos intrafamiliares, pregando uma cultura da tolerância, para que as pessoas, desde cedo, sejam capazes de aceitar o

outro, conviver com ele de modo harmonioso, num processo educativo de troca e respeito, ter-se-á de discutir as formas de fazê-lo dentro do contexto familiar. Isto porque é na família que se apresenta as relações mais íntimas e constitutivas da identidade social, além de que se torna o espaço no qual se defrontam e se explicitam as forças da subjetividade e do social e se constrói um indivíduo inserido no grupo, numa família, participante de sua cultura, afinado com o momento em que vive.

Nesta perspectiva, vemos que experiências exitosas, que trabalhem a prevenção da violência intrafamiliar, precisam servir de exemplo e ser apoiadas e incentivadas pelo governo para que possam atingir um maior número de famílias.

Em âmbito internacional, países como Finlândia, Suécia, Dinamarca, Áustria, Croácia e Noruega, proibiram, por meio de leis, a agressão de pais contra filhos em qualquer aspecto. No Brasil, os castigos imoderados e cruéis estão proibidos pelo ECA, mas a 'palmada educativa' é aceita e defendida pela maioria da sociedade.

O Laboratório de Estudos da Criança – LACRI – da USP, com uma tradição de luta contra esta problemática, vem conduzindo a campanha PALMADA DESEDUCA, com o objetivo de conscientizar e mobilizar a população, além de investir na formação de profissionais de diversos campos do saber que puguem a pedagogia da não violência nas famílias em que atuam. Além disso, a exemplo de outros países, vem impetrando esforços para que se faça a revisão do Código Penal para que se possa promover uma mudança legislativa de caráter educativo e propiciar uma transformação de práticas “no sentido de que é indigno usar todo e qualquer tipo de punição corporal em termos de crianças e adolescentes.” (Azevedo & Guerra, 2001, p.368)

Iniciativa como estas e muitas outras estão espalhadas pelo Brasil, incluindo aí o espaço de realização desta pesquisa, a comunidade 4 Varas no Pirambu-CE, o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde – CLAVES da FIOCRUZ, a formação da rede de informação sobre a criança-REBIDIA, dentre outras, mostram que há uma preocupação visível com esta problemática, mas ainda são como pequenas ilhas em meio a diversidade e complexidade histórica que é o cenário dos abusos intrafamiliares.

Percebemos que o Governo precisa priorizar uma ação eficaz, a exemplo das campanhas de vacina e da prevenção de inúmeras doenças na infância, e dispor de recursos para levantar uma campanha de nível nacional, provocando a mudança do paradigma, para que se possa cuidar das relações familiares e não só das vítimas, numa perspectiva de prevenção à violência.

Na atenção primária, consideramos que se faz necessário estabelecer um conjunto de ações definidas e praticadas pelas Equipes do Programa de Saúde da Família, sendo capacitados os profissionais para que não só façam a notificação de maus-tratos, mas saibam como prevenir a incidência, fornecendo subsídios para que as famílias encontrem outras formas de educar. Poderão fazer isso durante uma consulta de pré-natal, no acompanhamento do planejamento familiar, no ato da imunização, no puerpério, nas escolas, na consulta do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, enfim, em todas as ações que dizem respeito à família e à criança.

Outra estratégia, também é a organização e a interligação dos serviços de atendimento à criança e ao adolescente vítimas de maus-tratos, facilitando a comunicação entre conselhos tutelares municipais, comitês de prevenção aos maus-tratos infantis dos hospitais, além dos serviços de urgência e emergência, organizando assim, a atenção secundária e terciária.

E neste processo de organização dos serviços, encontra-se a enfermagem, categoria responsável pelo cuidar do indivíduo, da família e da comunidade. O enfermeiro, tanto aquele que atua na atenção primária, como secundária e terciária precisa estar sensibilizado para suspeitar da existência de casos de maus-tratos contra crianças e intervir, não só cuidando dos aspectos físicos e biológicos, mas também denunciando e/ou prevenindo por meio de orientações e palestras para que mais casos não ocorram.

Enfim, vemos que dada a amplitude e magnitude do problema, faz-se necessário uma interlocução de todos setores da sociedade, entidades governamentais e não governamentais, para que se possa construir uma cultura da tolerância, um costume,

do diálogo e do respeito mútuo entre pais e filhos, uma nova prática social de educar nossas crianças baseada no amor e na compreensão. Talvez possamos aprender e seguir o exemplo de nossos índios que sabiam **educar sem bater**, para que a criança do hoje possa sofrer menos e brincar mais. Consideramos que a política dos direitos humanos deva começar em casa para que, assim, possamos diminuir os altos índices de violência que tanto alarmam a sociedade.

#### MANIFESTO 2000 - UNESCO

*Reconhecendo a minha cota de responsabilidade com o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e as gerações futuras, eu me comprometo – em minha vida diária, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região – a: REJEITAR A VIOLÊNCIA.*

## 8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986

ARAÚJO, M. A . Violência cotidiana das famílias. *Texto e Contexto Enfermagem*; Florianópolis, v.8, n.2. p440-444, mai-ago, 1999.

AZEVEDO, M. A , GUERRA, V. N. de A (org.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

\_\_\_\_\_. *A Infância e Violência Fatal em Família*. São Paulo: Iglu, 1998.

\_\_\_\_\_. *A violência doméstica na Infância e na Adolescência*. São Paulo: Robe, 1985.

\_\_\_\_\_. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo : Iglu, 2001.

BARRETO, A de P. Prevenindo a violência na família e na comunidade. *Texto e Contexto Enfermagem*; Florianópolis, v.8, n.2. p. 133-147, mai-ago, 1999.

\_\_\_\_\_. *Manual do Terapeuta Comunitário: subsídios ao trabalho nas áreas de educação e saúde mental comunitária*. Fortaleza, 1999.

BERGER, P. I., LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Aproximações teóricas e conceituais de família e violência no final século XX. *Texto e Contexto Enfermagem*; Florianópolis, v.8, n.2. p. 65-75, mai-ago, 1999.

\_\_\_\_\_. Relações Familiares. *Texto e Contexto Enfermagem*; Florianópolis, v.8, n.2. p. 229-241, mai-ago, 1999.

\_\_\_\_\_. et al. Práticas de educação da criança na família: a emergência do saber Técnico-Científico. *Revista Bras. de Cres. e Des. Humano*, São Paulo, v.1; n. 7, p.49-62, 1997.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M, FISCHMANN, R. (org). *Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2001.

BRÊTAS, J. R. S.; SILVA, C. V.; QUIRINO, M. D.; RIBEIRO, C. A. ; KURASHIMA, A. Y.; MEIRA, A. O. S. Enfermeiro frente à criança vitimizada. *Acta Paul. Enf.*; São Paulo, v.7, n.1, p.03-10, jan/mar, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Violência contra a criança e o adolescente – proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências: *Portaria MS/GM nº737*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M. A , GUERRA, V. N. de A (org.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CAMARGO, C. L. de, BURALLI, K. O . *Violência familiar*. Salvador: Ultragraph, 1998.

CAMINHA, R. M. A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In: \_\_\_\_\_ (org). *Violência Doméstica*. Rio Grande do Sul: AMENCAR, 1999.

CARVALHO, M. do C. B. de (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 2000.

CARLINI-COTIN, B. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 3, n. 30, p. 285-293, 1996.

CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 6 ed. São Paulo: Ática, 1994.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, Resolução196 - *Informe Epidemiológico-1996*

COTTLE, T. J. *O segredo na infância*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989

COSTA, C. B.; MACHADO, M. S.K. (org). *Imaginário e História*. São Paulo: Paralelo 15, 1999, 219p.

DAMAZIO, R.L. *O que é criança*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAVIES, G. The ward. *The Lancet*, vol.355, may 20, p. 1809-1810, 2000.

DEBUS. M. *El Manual para Excelencia en la Investigación Mediante Grupos Focales Academia para el desarrollo educativo* – HEALTHCOM, Washington, 1988.

DIAS, M. L. *Vivendo em família: relações de afeto e conflito*. São Paulo: Moderna, 1992.

DUARTE JÚNIOR, J. F. *A política da loucura: a antipsiquiatria*. 3º ed. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

ELLIS, E. M. *Educando filhos responsáveis* (1995): Como evitar a culpa e a tolerância excessiva e criar filhos conscientes. Trad. Otacílio Nunes. São Paulo: Ática, 1997.

FREUD, S. Três ensaios sobre sexualidade (1905). In: *Obras Completas*. Trad. Jayme Salomão. 2º ed. São Paulo: Imago, 1987, vol VII.

\_\_\_\_\_. A Dissolução do complexo de Édipo (1924). In: *Obras Completas*. Trad. Jayme Salomão. 2º ed. São Paulo: Imago, 1987, vol XIX

FIGUEIREDO, S. C. S., BISOLI-ALVES, Z.M. M. Abuso na infância de pessoas idosas de hoje. *Texto e Contexto Enfermagem*; Florianópolis, v.8, n.2. p. 389-395, maio, 1999.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, 1987.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GARANHANI, M. L. *O significado da cirurgia para a criança*. Ribeirão Preto: 1993, 155p. Dissertação (Mestrado) Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; Universidade de São Paulo.

GALLARDO, J. P. As crianças mártires : o ponto de vista de um especialista em educação física. In : STEINER , M. H. F. (Org.) *Quando a criança não tem vez : violência e desamor*. São Paulo: Pioneira, 1986.

GONDIM, L. M. de P. (org). *Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação de mestrado*. Fortaleza: EUFC, 1999.

GALIAZZI, M. do C. Algumas faces do construtivismo, algumas críticas. In: MORAES, R. *Construtivismo e ensino de ciências: reflexões epistemológicas e metodologia*. São Paulo: EDIPUCRS, 2001.

GOMES, J. V. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: CARVALHO, M. do C. B. de (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 2000. .;

GONZALEZ REY, F. *La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafios*. São Paulo: EDUC, 1999.

GONÇALVES, H. S e cols. Avaliação de serviço de atenção a crianças vítimas de violência doméstica. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 33, n. 6, p. 547-553, 1999

GUERRA, V. N. de A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 3ed. São

Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. *Violência de pais contra filhos* : procuram-se vítimas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1985.187p.

GUERRA, V. N. de A., SANTORO Jr., M., AZEVEDO, M. A . Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e Políticas de Atendimento: Do Silêncio ao Compromisso. *Revista Bras. de Cres. e Des. Humano*, São Paulo, v.1, n. 2, p.72-95, 1992.

GUTIÉRREZ, V. A . T. Violência Doméstica: como fica a saúde mental? In: DELGADO, P. G. O Campo da Atenção Psicossocial, *Anais*, Congresso I. Rio de Janeiro, p.619-625, 1997.

HARRIS, B. Suffer the little children... . *The Lancet*, vol.355, may 20, p. 1805, 2000.

HIL, K. M. Debate sobre a Agressão Física de Crianças. *Infante – Revista Neuropsiq. da Inf. e Adol.*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 11-32, 1996.

JORNAL DA ABRAPIA, Rio de Janeiro, Ano II, n. 7, set/out/nov/dez/, 1992.4p.

JORNAL DA ABRAPIA, Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 5, mar/abr , 2000.4p.

KRYNSKI, S (org). *A criança maltratada*. São Paulo: Almed, 1985.

LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M.C. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, p.225-246, 1997.

LINS, S. V. A *A educação permissiva na relação pais e filhos*. Contribuição ao estudo da subjetividade. Fortaleza: 2000. Dissertação (Mestrado) Psicologia e Subjetividade. Fortaleza, Universidade de Fortaleza.

MALDONADO, M. T. *Comunicação entre pais e filhos: a linguagem do sentir*. 24° ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MARCON S. S., ELSÉN, I. Estudo intergeracional da violência no cotidiano familiar. *Texto e Contexto Enfermagem*; Florianópolis, v.8, n.2. p. 468-474, mai-ago, 1999.\

MARTINS, M.A F, CASTRO, A P.R de. Crianças Vitimizadas no Lar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM. 48, 1996, São Paulo-SP. *Livro Síntese...*, São Paulo: ABEn, 1996, p.201.

MATUI, J. *Construtivismo: Teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino*. São Paulo: Moderna, 1995.

MARCOVICH, J. A criança maltratada. In: KRYNSKI, S (org). *A criança maltratada*. São Paulo: Almed, 1985.

MELLO, S. L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. do C. B. de (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 2000.

MENEGHEL, S. N. et al. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Cad. de Saúde Pública*, ; Rio de Janeiro, n. 14, v23, p.327-335, abr/jun, 1998.

MEZEY, G. C. Domestic violence and pregnancy. *British Journal of Obstetrics and Gynecology*, v. 104, p. 528-531, may, 1997.

MIELNINK, I. *Mãe, pais e filhos: encontros e desencontros*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MIOTO, R. C. T. Famílias hoje: o começo da conversa... *Texto e Contexto Enfermagem*; Florianópolis, v.8, n.2. p. 211-219, mai-ago, 1999.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O . Quantitativo- Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Públ.*; Rio de Janeiro, n. 9, v.3, p.239-262, jul./set., 1993.

MINAYO, M. C, DESLANDES, S.F. et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 7ed. Petrópolis - RJ : Vozes, 1994. 80p.

MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3ed. Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1994.

MINAYO, M. C, SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciência, Saúde, Manguinhos*, v. 4, n. 3, p.513-531, nov, 1997.

MORETTO, V. P. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 144p

MUZA, G. M. A criança abusada e negligenciada. *Jornal de Pediatria*, São Paulo, v. 70, n. 1, p.56-59, 1994.

NEDER, G. *Família Brasileira: a base de tudo*. 3ed. Rio de Janeiro: Cortez, 1996.

NUNES, L. C. Relações entre o espaço familiar e a aprendizagem. *Texto e Contexto Enfermagem*; Florianópolis, v.8, n.2. p. 409-413, mai-ago, 1999.

PELZER, D. *Uma criança tratada como "coisa"*. Trad. Reinaldo Guarany. São Paulo: Manole, 1999.

PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

PIAGET, J., INHERDER, B. *A representação do espaço para a infância*. Paris: PUF, 1972

- PINHEIRO, O de G. Entrevista: uma prática discursiva In: SPINK, M. J. (org) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- PINTO, L. F. Ser criança no terceiro mundo. *Infanto – revista neuropsiq. da Inf. e Adol.*, São Paulo, v. 5, n. 2, p84-90, 1997.
- PIRES, J. M. A. Violência na infância: aspectos clínicos. In: CAMINHA, R. M. A (org). *Violência Doméstica*. Rio Grande do Sul: AMENCAR, 1999.
- QUIROZ, F. El maltrato Infantil. Niños – *Revista de neuropsiquiatria infantil e ciencias afines*, Venezuela, v. 31, n. 79, enero-diciembre, p. 51-61, 1998
- RAVAZZOLA, M. C. Algunos dilemas en el campo de la violencia familiar: comenzando por el primero: la familia como espacio paradójico de amor y violencia. *Texto e Contexto Enfermagem*; Florianópolis, v.8, n.2. p. 39-52, mai-ago, 1999.
- REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S.T., CODO, W. (org). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SAFFIOTI, H. I. B. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A, GUERRA, V. N. de A (org.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.
- SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. do C. B. de (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 2000.
- SCHNEIDER, J. F. et al. Algumas considerações sobre a agressividade na criança - Implicações em Enfermagem. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. Porto Alegre; v.15, n.½, jan/dez, p.41-46, 1994.
- SIMIONATO-TOZO, S. M. P., BISOLI-ALVES, Z. M.M. O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. *Paidéia – Cadernos de Psicologia e Educação*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 14/15, fev/ago, p. 139-150, 1998.
- SCLIAR, M. *Um país chamado infância*. Porto Alegre: Sulina, 1989.
- SPINK, M J. et al. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- TIBA, I. *Disciplina: o limite na medida certa*. 24 ed. São Paulo: Gente, 1996.
- VÍCTORA, C.G. et al *Pesquisa qualitativa em saúde*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
- ZAGURY, T. *Limites sem trauma*. 4ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ZALUAR, A (org). *Violência e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

WESTPHAL, M. F. et al. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. *Bol. Oficina Saint Panam.*, v. 120, n.6, p. 473-481, 1996.

# ANEXOS

## ANEXO I

### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PAIS

#### IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Cônjuge: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Filhos: \_\_\_\_\_

#### HISTÓRIA

- Como foi sua educação? Como foi sua infância? Como avalia a educação recebida por seus pais? Como a sua família nasceu?

#### SER PAI/SER MÃE

- O que é ser pai/mãe? Como você está se vendo nesta função?
- Como é seu filho(s)? Qual a sua relação com ele(s)?

#### A EDUCAÇÃO

- Descreva o que você considera melhor para a educação das crianças. O que é mais importante?
- Como se sente em relação a educação de seu filho? Por que?
- Quais os valores que acha importante serem ensinados a sua criança? Por que?
- Quais as regras de convivência familiar? Quem estabelece estas regras?
- O que você faz quando seu filho faz algo que você considera errado?
- Existe castigo? Como? Quais os meios de castigo? Como ele reage ao castigo?
- O que você faz para que seu filho o obedeça? Como você se sente em relação a isso?

#### PROBLEMAS/ DIFICULDADES

- Quais as dificuldades encontradas na educação de uma criança? Quais os problemas? O que dificulta? O que facilita?

## ANEXO II

### GUIA DE TEMAS DO GRUPO FOCAL

OBJETIVO - Compreender o sentido do castigo físico corporal e/ou psicológico como método educativo adotado pelos pais.

1 - Como vocês foram criados por seus pais ou substitutos? Vocês apanharam? Por quê?

2 - Como vocês criam seus filhos, hoje? De que maneira?

3 - Existe diferença/ semelhança na forma como foram criados e na forma como criam seus filhos?

4 - O que é uma palmada? Para que serve? Quando é necessária? A palmada educa? Porque vocês batem em seus filhos?

5 - O que significa para vocês bater nas crianças? Como se sente? É eficiente bater nas crianças?

6 - Qual a diferença entre a palmada e o espancamento?

### ANEXO III

#### CONSENTIMENTO INFORMADO

Concordo em participar do estudo sobre as "*práticas educativas nas famílias*", tendo em vista que compreendo os objetivos desta pesquisa e o que é esperado de mim como participante e porque fui escolhido. Estou ciente de que todas as informações por mim fornecidas serão confidenciais, que as gravações após o estudo serão apagadas e que posso me retirar deste estudo a qualquer momento, sem implicações para mim ou para minha família.

Concordo também que os resultados do estudo serão publicados, mas será garantido o sigilo de minha identidade.

Fortaleza, \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**MARCAS E CICATRIZES: quando a educação autoritária ultrapassa os limites?**<sup>1</sup>

**MARKS AND SCARS: the authoritarian education: when does it exceed the limits?**

*Mary Anne Fontenele Martins*<sup>2</sup>  
*Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher*<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo se constitui numa reflexão teórica que procura estabelecer relações conceituais entre educação autoritária, maltrato infantil e violência física de pais contra filhos, salientando que é difícil estabelecer uma linguagem única, com definições claras e precisas para um fenômeno tão complexo e polêmico, permeado por contradições e sentimentos. Consultando os estudiosos ligados ao tema, consideramos que a educação autoritária e abusiva alicerçada nos castigos físicos e/ou psicológicos constitui a raiz do maltrato infantil, da violência física de pais contra filhos, permeada por variáveis como a luta pela sobrevivência, as relações de poder e a multigeracionalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pais-filhos – Educação – Maltrato Infantil

**ABSTRACT:** This study is made up of a theoretical thought which aims at setting up conceptual relationships among authoritarian education, child abuse and physical violence from parents towards their children, by pointing out that it is very difficult to establish a unique language with clear and accurate definitions in relation to a so complex and polemic phenomenon, pervaded by contradictions and feelings. After asking for advice to the specialists linked to this subject, we consider that the authoritarian and abusive education founded on physical and/or psychological punishment gives an origin to the child abuse, the physical violence from parents against their children, permeated by variables such as the fight for the survival, the relations of authority and the considerable number of generations.

**KEY WORDS:** Parents-children – Education – Child Abuse.

## INTRODUÇÃO

Ao pesquisar e escrever acerca dos processos educativos em famílias nos deparamos com um fato: há pais que maltratam, agredem fisicamente e castigam seus filhos em nome de uma educação para impor-lhes ordem, disciplina e respeito e até 'proteção'. E o que mais nos surpreende é que tal fato é visto como natural, tornou-se um hábito tão arraigado e freqüente em nossa cultura, como se fosse algo que seja necessário a educação de uma criança.

<sup>1</sup> - Parte integrante da Dissertação de Mestrado em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará

<sup>2</sup> - Enfermeira, Mestranda em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará e bolsista CAPES

<sup>3</sup> Psicóloga, MD, PhD em Ciências Familiares e Sexológicas, Pesquisadora Associada Senior da Universidade de Brasília e prof.a titular da Universidade de Fortaleza

Entretanto, alguns índices apontam para o crescente aumento da violência urbana nos grandes centros urbanos. Segundo o IBGE (2001) na década de 1990 os índices de violência aumentaram, e a proporção de jovens do sexo masculino (idade de 15 a 19 anos) que morreram por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de trânsito) subiu de 63% para 68%. A sociedade brasileira encontra-se alarmada devido a estes altos números da violência e a realidade é bem mais complexa, não estando a solução na construção de mais prisões ou a contratação de mais guardas policiais, com fim de garantir a segurança.

O Governo, a sociedade civil e instituições organizam-se e promovem campanhas pela paz. Fala-se muito em mundo mais pacífico, busca-se uma cultura de paz. Entretanto a nossa inquietação surge: **como pensar em harmonia e paz, se ainda em muitos lares a educação dos filhos está pautada no castigo físico e/ou psicológico e os pais são hostis e autoritários?** Quando a imprensa divulga um caso de espancamento de uma criança por sua mãe, isto aconteceu por quê? A mãe é pré-julgada pela sociedade, o filho separado da família e se instala um processo de investigação, quando a intenção da mãe era dar umas boas palmadas para que o filho lhe obedecesse.

A Associação Brasileira de Amparo e Proteção à criança (ABRAPIA, dados de 1/3/2000) recebe cerca de 1.400 denúncias por ano, nas quais a violência física é a que possui maior índice, representando 29,6%, ficando em segundo lugar a violência psicológica, com 28,5% do total de casos. Aponta ainda que em 47,7% dos casos, a própria mãe é a agressora.

Ao observar estes índices e procurar a causa de tantas denúncias, tudo isto nos leva à perguntas até então pouco esclarecidas. É necessário entender o processo que culminou com a denúncia. Se nos utilizarmos da metáfora de uma árvore, veremos que os frutos, as folhas e o caule são os elementos que nos saltam aos olhos. Entretanto não temos a consciência clara e precisa de que a raiz é a responsável por esta estrutura, por manter, nutrir e fixar a árvore à terra. De maneira semelhante, quando vemos uma criança toda machucada, espancada por seus pais, ficamos aterrorizados e só intervimos quando o fato já ocorreu. Não enxergamos a raiz do problema. E qual seria?

Partimos do pressuposto que a raiz encontra-se nas relações familiares estabelecidas e construídas no cotidiano do sistema familiar. Na forma como os pais

entendem, compreendem e adotam uma educação restritiva, autoritária, extrapolando para agressões físicas e psicológicas quando percebe sua autoridade ameaçada ou uma ordem sua não é atendida.

Este ensaio busca, na revisão teórica, refletir acerca dos processos educativos autoritários empregados pelos pais, que se utilizam de métodos punitivos como instrumento de força, coação e manutenção da ordem e da disciplina. Qual a diferença entre bater para educar e bater para maltratar? Buscamos estabelecer relações entre os conceitos de educação autoritária, maltrato infantil, violência física doméstica, salientando que é difícil estabelecer uma linguagem única, definições claras e precisas para um fato tão complexo e polêmico, permeado por contradições e sentimentos.

Ressaltamos que, de forma alguma, procuramos esgotar o assunto, mas levantar algumas questões, indagações conceituais a fim de somar aos conhecimentos já produzidos e de tornar consciente que o ato de bater em crianças não pode ser visto de forma tão natural e comum. Os autores com os quais estabelecemos um diálogo apresentam diversos conceitos e pontos de vistas diferentes, não havendo uma uniformização destes, o que nos leva a crer que esta nossa tentativa possa servir de guia para clarear idéias de outros estudos futuros sobre este tema.

## A HISTÓRIA QUE MALTRATA...

Na História da humanidade identificamos que os maus-tratos às crianças e aos adolescentes não é algo recente, é um fenômeno que está presente na realidade desde as primeiras civilizações.

*Mutilações, canibalismo, rituais de violência física e emocional, restrições e proibições as mais diversas, fazem parte do catecismo ensinado à criança por toda parte, em um mundo que se diz civilizado. (...). A história está cheia de 'limitações' impostas às crianças em nome de uma razão discutível(...) – a atestar que a trajetória da vida humana na face do planeta está ainda longe de ser considerada civilizada. (Krynski, 1985, p.2).*

Muza (1994) expõe que tanto nos textos bíblicos, como naqueles que mostram a vida no império greco-romano, existem trechos que descrevem os massacres de populações infantis, além das mortes que eram comuns quando crianças nasciam com alguma deficiência ou eram do sexo feminino.

A mitologia grega nos oferece reflexões como tentativa de explicação de certos conceitos que temos de infância, na atualidade. A leitura de alguns mitos permite a compreensão de “que na Grécia antiga, a morte dos filhos pelos pais era DEFENDIDA e JUSTIFICADA como *necessária*, quando se supunha que a criança superaria o poder do pai”, o que representava uma ameaça ao seu reinado. (Azevedo e Guerra, 1998, p.30)

Os mitos eram utilizados pelos gregos para explicar fatos e acontecimentos que não eram bem compreendidos pela sociedade. Dessa forma, a idéia de que a criança é portadora de maldade, que faz algo apenas para afrontar o poder de seus pais permanece ainda difundida e se configura numa atitude que merece ser castigada para que aprenda a não ser ‘respondona’ ou ‘respeitar os mais velhos’.

Também o mito de *Medéia* (matou seus dois filhos por ódio ao pai da criança) ilustra a representação de que a criança é um ser absolutamente dependente dos pais e só o fato de terem lhe dado a vida, autoriza-os a maltratá-la, aterrorizá-la e até mesmo matá-la, de acordo com sua vontade. (Azevedo e Guerra, 1998)

Na Bíblia, encontramos no Antigo Testamento a história de Abrão quando decide sacrificar seu filho a Deus como prova de sua obediência. Através dessa passagem, podemos entender como se estabeleceu uma relação milenar de sujeição dos filhos aos pais. “Com efeito, este é o mito da **obediência filial** levada ao seu limite extremo: impedido de ver, respirar, falar, Isaac é a personificação do ser transformado em coisa” (Azevedo e Guerra, 1998,p.33).

*O castigo físico foi considerado por muito tempo como uma forma ‘sábia’ de educar os filhos. O rei Salomão disse: “Não recusais corrigir o infante; porque se o castigas com vara não morrerás. O castigarás com vara, e livrarás sua alma do sepulcro”(Provérbios 23:13); alguns interpretaram literalmente estas palavras e procederam a castigar fisicamente seus filhos. (Quiroz, 1998, p.55)*

Dessa forma, justifica-se, defende-se e pratica-se a violência contra crianças e adolescentes, não sendo, portanto, considerado um ‘pecado’ pela Igreja ou um crime pela sociedade. Trazemos este legado marcado no decorrer do processo histórico de nossa sociedade, dita civilizada.

## A IDÉIA DA MULTIGERACIONALIDADE

Em um estudo sobre casos de agressões físicas contra crianças, sob a ótica das gerações, Marcon *et al* (1999) puderam constatar que na primeira (bisavós) e segunda (avós) gerações, “o bater era prática corriqueira”, sendo desvinculado de alguma explicação ou orientação prévia. Entretanto, as autoras percebem que, para estas gerações não havia importância em apanhar e consideram que ser um bom pai ou uma boa mãe “estava diretamente relacionado ao disciplinar e corrigir o filho, o que constatou-se, era conseguido através do bater” (p. 472).

*O maltrato infantil tende a transmitir-se transgeracionalmente, quer dizer, de pais a filhos e destes a seus próprios filhos, a menos que se conscientizem desta tendência e aprendam a substituir o maltrato por o bomtrato.* (Quiroz, 1998, p. 53).

Nesta perspectiva, encontramos o conceito de **Multigeracionalidade** em Caminha (1999) como sendo o fenômeno pelo qual crianças expostas aos abusos físicos e psicológicos, de modo repetitivo e intencional, tornar-se-ão adultos que submeterão seus filhos às mesmas experiências pelas quais passaram.

Dessa forma, o autor destaca a multigeracionalidade como uma variável bastante expressa e comum, apesar das outras variáveis relacionadas aos abusos como problemas com álcool e drogas, perda de emprego, falta de condições de habitação, saúde, alimentação, problemas mentais que podem atuar como estressores ou facilitadores para o desencadeamento de agressões físicas contra crianças e adolescentes.

Hill (1996), através de uma revisão bibliográfica, reforça a idéia que os estudos sobre o abuso físico de crianças e adolescentes apontam que a maior parte dos maus-tratos infantis domésticos, nada mais são senão uma extensão dos modelos de punição socialmente aceitos, abrindo espaços para debates acerca da punição física na disciplina educativa entre pesquisadores e opinião pública. A autora constata afirmando que “*A punição física de crianças é a raiz de toda a agressão realizada por adultos, e que não só estimula como perpetua a violência que vemos em nossa sociedade.*” (p. 12).

Esta mesma autora revela que poucas são as pesquisas sobre as práticas atuais de educação das crianças e adolescentes, sendo a punição física uma questão altamente

controvertida e cada vez mais associada com o abuso físico de crianças, aumentando cada vez mais o índices de violência doméstica e causando a segregação familiar.

## AS RELAÇÕES DE PODER QUE PERMEIAM AS FAMÍLIAS

Dada a diversidade dos modelos educativos encontrados hoje, a educação autoritária é a mais antiga no processo histórico e ainda permanece em grande escala nos dias atuais.

Maldonado (1999) explica que isto se deve ao fato de como encaramos o que é criança.

*Se acreditarmos que 'criança não tem vontade', que não pode ter o direito de escolher certas coisas, que não é capaz de assumir responsabilidades ou de encontrar soluções para muitos de seus problemas, tentaremos dominá-la autoritariamente, dar-lhe muitas ordens para serem cumpridas com obediência e submissão, com uma atitude de vigilância permanente, de 'tomar conta' ou 'ficar de olho'. (p.27).*

Para entendermos melhor como se dá as relações entre pais e filhos e como se processa a educação autoritária nos lares, precisamos conhecer as relações que permeiam a sociedade, já que estas estão diretamente ligadas ao meio familiar.

Saffioti (1989) afirma que as relações sociais estão marcadas pelo poder. Observamos que a relação dominação-submissão se constitui e se materializa no tripé: patriarcado (homem domina a mulher), racismo (branco é superior ao negro) e capitalismo (ricos controlam pobres). Assim, a autora considera que o “poder define-se como macho, branco e rico” (p.16). Enfatiza que estas relações de dominação-exploração são definidas por contradições, pelo antagonismo, por lutas veladas para que se converta a direção da relação de poder. “Isto equivale dizer que os interesses das classes subalternas não são apenas diferentes dos das classes dominantes, mas opostos.” (p.17).



Nessa perspectiva, o caráter adultocêntrico acrescenta mais uma constituição da relação de poder, entretanto difere do patriarcado-racismo-capitalismo em sua essência. Saffioti (1989, p.17) nos diz que,

*Enquanto as relações que se estabelecem segundo o amálgama referido são de natureza antagônica, as relações entre a criança e o adulto são hierárquicas. Os interesses dos adultos não são opostos aos da criança enquanto ser social. Ao adulto cabe ensinar à criança em que condições e medida seus instintos podem ser expressos. Em termos da sociedade, cabe ao adulto transformar a criança em pessoa capaz de atuar o máximo possível de sociabilidade.*

A criança nasce num mundo completamente organizado, produzido e reproduzido pelo adulto e para o adulto. Tudo funciona de acordo com as necessidades dos mesmos. Ela é quem precisa adaptar-se às regras e normas já preestabelecidas por seus pais, professores, irmãos, entre outros. No mundo adultocêntrico e na educação autoritária, o poder está nas mãos do adulto e a criança, por sua condição inferior e dependente, é a ele subordinada.

Guerra (1985,p.55 ) afirma que, a

*criança é socialmente dependente do adulto, sendo que sua inferioridade física e a necessidade na qual ela se encontra de viver num mundo inteiramente concebido pelo adulto, e para o mesmo, obrigam-na a se submeter a ele, o que não exclui, evidentemente, as explosões de cólera e de revolta.*

Somado a isso, temos a procriação (ou adoção) que legitima a tomada de posse dos pais sobre seus filhos. Consciente de que são seus filhos, o pátrio-poder estabelece, assim, uma relação de dominação-subordinação, totalmente hierarquizada que permeia as famílias autoritárias, independente da classe econômica ou da cor da pessoa. Há um pensamento coletivo, compartilhado e aceito socialmente de que os filhos são propriedade de seus pais e a eles devem obediência e respeito, independente da forma como são educados, sob a supervisão, é claro, do Estado. (Camargo *et al*, 1998).

A criança não pode ser vista como objeto de manipulação de seus pais. Entretanto, é preciso deixar claro, que não nos posicionamos contra a autoridade que os pais devam exercer na família. Para melhor esclarecermos este ponto, passemos ao tópico seguinte.

## QUAL SERIA A DIFERENÇA ENTRE AUTORIDADE E AUTORITARISMO?

A autoridade definida por Tiba (1996) é algo que deve existir sem descargos de adrenalina. A disciplina é essencial à educação e é necessária uma autoridade saudável, para que o relacionamento entre pais e filhos se desenvolva sem atropelos. Já o autoritarismo é caracterizado por uma imposição que não respeita a subjetividade individual, provocando submissão e mal-estar.

Da mesma forma, Maldonado (1999) acrescenta que os conflitos jamais poderão deixar de existir, considerando que há um 'choque' de gerações entre pais e filhos. Ela explica que a maneira como encarar estes conflitos é um dos pontos fundamentais na qualidade das relações entre pais e filhos. Considera as inevitáveis diferenças de necessidades, atitudes, pontos de vista, aspirações e a distribuição do poder como fatores básicos do conflito. Dessa maneira, ela coloca que o autoritarismo "se faz presente quando os pais impõem decisões, soluções e vontades de modo arbitrário, enquanto as necessidades e os desejos dos filhos permanecem insatisfeitos de modo crônico" (p. 131).

Na educação autoritária, os pais temem ser flexíveis, carinhosos e afetuosos para com os filhos por medo de perderem o controle. Consideram que as expressões de afeto e carinho poderão ser interpretadas como 'moleza'.

*Acham que a boa educação exige o uso de punições e castigos aplicados com rigor e severidade. (...) 'É de pequeno que se torce o pepino'; 'criança só aprende com palmadas', são alguns exemplos de mitos difundidos que, se seguidos à risca, podem ser bastante nocivos porque desconsideram as necessidades das crianças. (Maldonado, 1999, p.132).*

É importante deixar claro aqui, que a autoridade, a obediência e o respeito, a hierarquização na família são características importantes na educação de uma criança.

*Contrariando suas naturais inclinações, obedecendo aos conselhos e ordens dos pais; aplicando o princípio da realidade; impondo-se disciplina e acatando a autoridade dos maiores a criança vai se educando gradativamente. (Mielnik, 1993, p. 205).*

O que tentamos trazer à tona, à reflexão é o modo como esta autoridade e essa exigência à obediência se expressa, se concretiza no processo educativo.

No manejo autoritário de educar, os pais procuram moldar, controlar e julgar o comportamento e as atitudes de seus filhos de acordo com o padrão de conduta por eles estabelecidos. Estes pais supervalorizam a obediência à autoridade como uma virtude e se utilizam de medidas punitivas, e até mesmo abusivas, para 'quebrar a vontade do filho', caso sintam que sua autoridade está ameaçada. Interferem na liberdade do filho para ir e vir ou nas decisões como roupas a vestir ou amizades; atribuem responsabilidades domésticas para impor forte respeito pelo trabalho e castigam quando não cumpridas, e não estimulam ao diálogo, a troca de idéias, acreditando que o filho deva aceitar o que eles dizem sem questionar. (Ellis, 1995).

Nesta perspectiva de educação, os castigos físicos e/ou psicológicos são comuns, diários, pois é difícil para estes pais obterem sempre obediência e bom comportamento de seus filhos. Neste tipo de família, o limite de tolerância é mínimo e

*Quase sempre os pais batem nos filhos porque não conseguem controlar sua própria impulsividade. Quando eles próprios não conseguem 'substituir ações por palavras', transmitem aos filhos que muita coisa se resolve 'no tapa' e 'no grito'. (Maldonado, 1999, p.117).*

E como podemos, então, diferenciar a palmada que educa da palmada que maltrata, que fere? Há uma diferença? Vejamos, então, o conceito de abuso infantil, de maus-tratos que encontramos na literatura.

## **MALTRATO INFANTIL: um conceito possível?**

Segundo Quiroz (1998) quando pensamos em maltrato infantil, recordamos apenas daqueles casos que aparecem nas revistas e na televisão, sendo os casos mais graves e os menos frequentes também. Entretanto, ele afirma que os mais frequentes passam por nós despercebidos. Em nível social, são aqueles que acontecem diariamente como as proibições e restrições arbitrarias, os gritos, as ameaças, as comparações, a frieza afetiva, as palmadas, as miradas de raiva, entre outras, pois já é algo aceito socialmente e não causa tanto constrangimento social.

Gutiérrez (1997) realizou um estudo no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CBDDCA) e, através da Observação Participante, verificou que muitos pais procuram este centro pedindo auxílio, "um certo 'socorro' à educação,

afirmando que seus filhos, já não podem ser 'controlados'."(p.625). Os pais pedem a equipe que os ajudem pois não conseguem mais impor respeito e autoridade aos filhos, e a única forma que encontram é através da agressão física. A mesma autora constatou ainda a enorme falta de paciência dos pais em relação aos filhos, sendo desencadeado por vários motivos como a falta de dinheiro, desemprego, alcoolismo, consumismo exacerbado, frustrações, desesperança, entre outros.

- Muitos estudiosos têm procurado conhecer as causas, os motivos que levam muitos pais a maltratarem seus filhos, abusarem fisicamente como se fosse objetos, coisas em seu poder.

*Nessa linha de raciocínio Foucault (1977) sinaliza para o poder instituído, gerador da disciplina, absorvido pelas instituições especializadas entre as quais se situa a família, que estrutura mecanismos internos de poder, representados por relações intrafamiliares disciplinadas e asseguradas por mecanismos de vigilância e punição. (Nunes, 1999, p. 411)*

Conforme Quiroz (1998) os adultos acreditam que o maltrato é uma boa maneira de educar e justificam isso afirmando: “ - dou graças a meus pais que me castigaram, e por isso agora sou uma pessoa responsável – sem se dar conta de que não foi ‘graças a’ , mas sim ‘apesar’ do castigo.” (p. 59).

Azevedo e Guerra (2001) consideram que o ato de bater nos filhos com o intuito de educá-los é uma verdadeira “mania nacional”, representando um atestado de fracasso dos pais, pois não são capazes de com a palavra impor limites às crianças. Paranhos (2001, p.90) afirma que este ato não tem eficácia como instrumento de disciplina, já que, aos poucos, a criança “ teme menos a agressão física e a tendência dos pais é ainda bater mais, na busca dos efeitos que haviam conseguido anteriormente.”

Desse modo, percebemos que há uma evolução gradativa de uma pequena palmada a um espancamento, o que caracterizaria, então, a violência propriamente dita. Passemos, portanto, ao próximo tópico.

## **A VIOLÊNCIA FÍSICA DE PAIS CONTRA FILHOS**

Conforme Gutiérrez (1997) a violência no país é uma epidemia que vem sendo estudada por diversos ângulos como um verdadeiro problema de saúde pública,

entretanto ainda se desconhece o seu hospedeiro. “A violência tem diversas facetas, e atualmente se sobressai a situação das crianças, sejam aquelas que moram nas ruas, ou aquelas que engordam os números de agressões no lar.” (p.620)

Azevedo e Guerra (1989) consideram que para se diagnosticar como abuso físico devemos ter em mente quatro elementos: a intencionalidade do agressor, as conseqüências do ato abusivo a curto e longo prazo, o julgamento de valor de um observador e a fonte de critérios para o julgamento.

Azevedo e Guerra (1998,p.32) explica que a violência doméstica contra crianças e adolescentes apresenta as seguintes características:

- 1) É interpessoal, permeando todas as classes sociais, sem discriminação de cor ou sexo.;
- 2) É um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis;
- 3) É um processo de vitimização que muitas vezes se prolonga por meses e até anos, aprisionando a vontade e o desejo da criança ou do adolescente;
- 4) É um processo de maus-tratos à vítima, mantendo sua completa objetualização e sujeição;
- 5) É uma violação direta dos direitos fundamentais da criança e do adolescente como seres humanos, e, portanto, uma negação de valores essenciais como a vida, a liberdade, a proteção, e a igualdade;
- 6) “Tem na família sua ecologia privilegiada. Como esta pertence à esfera do privado, a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo”, fazendo com que as próprias vítimas sejam cúmplices do seu agressor, num pacto implícito de silêncio.

É importante deixar claro que o termo abuso infantil aqui utilizado designa uma gama de fenômenos e pode ser definido como uma forma de violência física e/ou psicológica contra crianças e adolescentes, de modo repetitivo e intencional, empreendido por seus pais ou tutores que se utilizam da força física em nome de uma educação e que resulta em danos para as vítimas. ( Muza, 1994; Caminha,1999).

*Os abusos físicos abalam não só o corpo da criança como também sua integridade enquanto ser humano. Bater na criança é traumático em termos físicos e psicológicos. Os danos físicos muitas vezes são recuperados pelo tratamento médico, embora, às vezes, levem à morte*

*ou a traumas físicos permanentes. Os danos psicológicos permanecem. O padrão violento vivido em casa é o modus vivendi levado vida afora. (Caminha, 1999, p.56).*

Entretanto, Muza (1994, p. 57) esclarece que não há “um consenso a respeito da conceituação e definição de maltrato à criança e ao adolescente.” O autor coloca que todas as tentativas de elucidar o problema são falhas, “condicionadas pela própria subjetividade do fenômeno e pela forma fragmentada como a questão é enfocada por muitos autores.” Acrescenta ainda, que a utilização de critérios claros e objetivos para a concepção de abuso traz agilidade para o processo investigativo, contudo corre o risco de apreender dados que não condizem com a realidade.

Partindo deste conceito, encontramos as seguintes classificações para abusos intrafamiliares: negligências, abusos físicos, abusos psicológicos e abusos sexuais. Aqui apresentamos apenas uma classificação didática, mas estes fenômenos geralmente não acontecem isolados, mas interrelacionados. Por questões de pertinência à pesquisa, nos deteremos nos abusos físicos e psicológicos por estarem intimamente ligados à forma educativa adotada pelos pais.

Em face esta realidade, encontramos a síndrome do espancamento ou síndrome da criança maltratada como um diagnóstico clínico a ser realizado, definido como uma condição clínica resultante de um castigo físico rigoroso empreendido por pais ou tutores, ou seja, acontece quando a educação autoritária ultrapassa seus limites, deixando marcas ao longo do corpo, interferindo em seu desenvolvimento saudável e provocando cicatrizes profundas na alma de crianças e adolescentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreendemos, ao final desta leitura, que é difícil conceituar ou definir um problema tão complexo, cheio de interpretações e contradições, não havendo uniformidade ou consenso nos termos. Entretanto, podemos afirmar que a violência física doméstica está intimamente relacionada ao processo educativo autoritário e abusivo adotado pelos pais. Ela é o resultado lógico e concreto de uma sociedade que aprendeu a maltratar, agredir e bater em suas crianças.

Sabemos que educar é uma tarefa complexa. Ressaltamos, ainda, que na maioria das vezes, a bagagem que os pais detêm para educar seus filhos, nos dias em

que os aspectos éticos e sociais estão em crise, parte da própria experiência, da subjetividade individual, repetindo o modelo adotado por seus pais ou fazendo exatamente o oposto. (Maldonado, 1999).

Concordamos com Brêtas *et al* (1994, p.7) quando afirmam que a comunidade exige dos pais um bom trabalho de educação, porém, oferece oportunidades mínimas para que eles aprendam os métodos corretos. A criança e o adolescente são vítimas da desordem, das grandes desigualdades sociais e dominação de classes. Além disso, as condições sócio-culturais, tais como fome, desemprego, competitividade no mercado de trabalho, falta de oportunidade, as frustrações, os estresses freqüentes no cotidiano da vida das pessoas, obrigam-nas a agir como seres irracionais, despejando suas raivas e tensões em seres indefesos e inocentes, seus filhos.

Dessa forma, ainda surge uma última pergunta a ser levantada: o que se têm feito neste sentido? Quais as ações diante deste problema?

As políticas de apoio à infância surgiram em diversos pontos do mundo, na medida em que o fenômeno foi sendo desvelado, desmascarado, provocando indignação e repulsa pela sociedade burguesa emergente. Porém, a grande maioria dessas políticas têm fracassado ou se limitado apenas em atender os casos mais graves de violência, quando a vítima já foi agredida várias vezes e corre risco de vida. É um fenômeno que sempre esteve presente de forma endêmica nas sociedades ocidentais.

Estudiosos no assunto como Azevedo e Guerra (1997) constataram que o foco de atenção é *ex post facto*, ou seja, após o acontecido, e só a partir daí é que as medidas terapêuticas do tipo avaliação diagnóstica, terapias, atividades de apoio, intervenções em situação de crise são implementadas, sendo chamadas de *band-aid* terapêutico. Elas consideram que este tipo de abordagem é tópica, salvacionista e fragmentária.

As propostas de prevenção do fenômeno são ainda bastante limitadas e não discutem a raiz do problema por nós identificada, ou seja, não se estuda os processos educativos autoritários; não se busca entender o sentido da palmada como método de educação bastante utilizado, nem conhecer quais os sentimentos, opiniões, concepções dos pais acerca da educação adotada por eles e praticada em seus lares.

Em alguns países como a Finlândia, a Noruega, a Áustria e a Suécia há uma lei que proíbe os pais de baterem em seus filhos. Entretanto consideramos que apenas uma

lei não é suficiente para que se mude um comportamento tão intrínseco na cultura ocidental.

Salientamos que para se alcançar a paz almejada pela sociedade é necessário olhar para o interior das famílias e intervir da melhor maneira para que não aconteça atos de violência. Intervenção aqui colocada como modo de prevenção, uma política organizada que atue de forma preventiva, educando pais para que possam exercer realmente sua função, se a utilização da força, do abuso, do maltrato.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. de A (org.). (1989), *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo, Iglu.
- \_\_\_\_\_. (1998), *A Infância e Violência Fatal em Família*. São Paulo, Iglu.
- \_\_\_\_\_. (1985), *A violência doméstica na Infância e na Adolescência*. São Paulo, Robe.
- \_\_\_\_\_. (1997), *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 2º edição, São Paulo, Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2001), *Mania de Bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo, Iglu.
- BRÊTAS, J. R. S.; SILVA, C. V.; QUIRINO, M. D.; RIBEIRO, C. A.; KURASHIMA, A. Y.; MEIRA, A. O. S. (1994), "Enfermeiro frente à criança vitimizada". *Acta Paul. Enf*, 7, 1:03-10.
- BRUSCHINI, C. (1997), "Teoria Crítica da Família", In M. A. Azevedo & V. N. de A. Guerra (org.), *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*, 2º ed., São Paulo, Cortez,
- CAMARGO, C. L. de, BURALLI, K. O. (1998), *Violência familiar*. Salvador, Ultragraph ed.
- CAMINHA, R. M. (1999), "A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In R. M. Caminha (org), *Violência Doméstica*, Rio Grande do Sul, AMENCAR.
- ELLIS, E. M. (1995), *Educando filhos responsáveis: Como evitar a culpa e a tolerância excessiva e criar filhos conscientes*. Tradução de Otacílio Nunes. São Paulo, Ática.
- GUERRA, V. N. de A. (1998), *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 3ª

edição, São Paulo, Cortez.

\_\_\_\_\_. (1985), *Violência de pais contra filhos : procuram-se vítimas*. 2 edição, São Paulo, Cortez.

GUTIÉRREZ, V. A. T. (1997), "Violência Doméstica: como fica a saúde mental?" In P. G DELGADO (Org), *O Campo da Atenção Psicossocial, Anais*, Congresso I. Rio de Janeiro.

HILL, K. M. (1996), "Debate sobre a Agressão Física de Crianças". *Infanto – Revista Neuropsiq. da Inf. e Adol.*, 4, 1:11-32.

JORNAL DA ABRAPIA, Rio de Janeiro, Ano II, n. 7, set/out/nov/dez/, 1992.4p.

JORNAL DA ABRAPIA, Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 5, mar/abr , 2000.4p.

KRYNSKI, S (org). (1985), *A criança maltratada*. São Paulo, Almed.

MALDONADO, M. T. (1999), *Comunicação entre pais e filhos: a linguagem do sentir*. 24ª edição, São Paulo, Saraiva.

MARCON S. S., ELSEN, I. (1999), "Estudo intergeracional da violência no cotidiano familiar". *Texto e Contexto Enfermagem*, 8, 2: 468-474.

MIELNINK, I. (1993), *Mãe, pais e filhos: encontros e desencontros*. São Paulo, HUCITEC

MUZA, G. M. (1994), "A criança abusada e negligenciada". *Jornal de Pediatria*, 70,1:56-59.

NUNES, L. C. (1999) "Relações entre o espaço familiar e a aprendizagem". *Texto e Contexto Enfermagem*, 8, 2: 409-413.

PARANHOS, C. (2001). "Palmada Deseduca". *ISTO É*, Abril, 20, 5:90.

QUIROZ, F. (1998), "El maltrato Infantil". *Niños – Revista de neuropsiquiatria infantil e ciencias afines*, 31, 79:51-61.

SAFFIOTI, H. I. B. (1989) "A síndrome do pequeno poder". In M. A Azevedo & V. N. de A Guerra (org.), *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*, São Paulo, Iglu

SCHNEIDER, J. F. et al. (1994), "Algumas considerações sobre a agressividade na criança - Implicações em Enfermagem". *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 15, n.½:41-46.

TIBA, I. (1996), *Disciplina: o limite na medida certa*. 24ª edição, São Paulo, Gente